

REVISTA

Ciência & Polícia

ISSN: 2316-8765 N.03 V.01

Revista científica do Instituto
Superior de Ciências Policiais.



JUNHO DE 2015

ISCP.PM.DF.GOV.BR

Revista Ciência & Polícia

N. 3, V.1, JUNHO 2015

Brasília – Distrito Federal – Brasil

ISSN: 2316-8765

A **Revista Ciência & Polícia** é uma publicação anual do INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS (ISCP) da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). A revista visa orientar e dar publicidade em discussões acadêmicas com reflexões críticas, debates, atualizações de conhecimento, pesquisas e consultas destinadas tanto para a comunidade acadêmica quanto para atores sociais envolvidos em instituições e organizações vinculadas para o melhor entendimento dos fenômenos e processos contra a violência e ao desenvolvimento de políticas de segurança pública cidadã no Brasil e no mundo.

2

A Revista Ciência & Polícia está disponível em :

<http://iscp.pm.df.gov.br>

A equipe editorial da Revista Ciência & Polícia informa que a revisão textual é de inteira responsabilidade dos autores.

Revista Ciência e Polícia

Instituto Superior de Ciências Policiais

CEL QOPM Fábio Aracaqui de Sousa Lima

Reitor

CEL QOPM Leobertino Rodrigues Lima Filho

Pró-Reitoria de Graduação

CEL QOPM Adilson Antônio Evangelista

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

CEL QOPM Cirlândio Martins dos Santos

Pró-Reitoria de Extensão

CEL QOPM Fernando D Áustria e Caravellas Filho

Pró-Reitoria de Pesquisa

CEL QOPM Normando de Assis

Pró-Reitoria de Ensino Assistencial

MAJ QOPM Luciano Loiola da Silva

Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica

EQUIPE EDITORIAL

Projeto Gráfico e Diagramação

CB QPPMC Djalma Gomes Mendes Júnior
SD QPPMC Allan Miquetti de Almeida
SD QPPMC George Vargas Xavier

Revisão

3º SGT QPPMC João Carlos Félix de Lima
CB QPPMC Djalma Gomes Mendes Júnior

Capa

SD QOPM Bruno Ribeiro Pelegrini

Editor

CB QPPMC Daniel Grosara Lima

Coordenação

TC QOPM José Antonio da Silva Dias

Instituto Superior de Ciências Policiais / Departamento de Educação e Cultura

Site: <http://iscp.pm.df.gov.br>

Endereço: Setor de Áreas Isoladas Sudeste - SAISO - Área Especial 04 -

Complexo do Colégio Militar Tiradentes - Asa Sul – Brasília – DF.

Telefone: 61 - 3910-1477

EDITORIAL

E assim nasce mais uma edição da Revista Ciência & Polícia, do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP). Neste processo seletivo, foram encaminhados à redação da Revista vinte e três artigos que, a partir de uma análise feita por dois avaliadores, os publicados neste volume foram contemplados.

A criação do ISCP representou um marco importante na área científica, pois foi a partir de então que assumimos como objetivo a missão de discutir e solidificar o assunto “ciências policiais”. Para dar publicidade aos assuntos discutidos no âmbito dos órgãos de segurança pública e áreas correlatas, esta Revista foi criada e mantida pelo Instituto.

E é nesse contexto que divulgamos os trabalhos selecionados. Com títulos que tratam dos mais variados assuntos, os autores discorrem das experiências e das revisões bibliográficas relacionadas à área de segurança pública e ciências policiais. Assim, podemos oferecer ao mundo informações dotadas de cunho científico para aproveitamento acadêmico e pessoal.

Tudo isso representa o que somos: uma Instituição tradicional, pioneira na área e interessada na inter-relação sociedade-polícia/formação-ciência.

Brasília, julho de 2015.

Prof. Daniel Grosara Lima

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS CONTEXTOS ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA PMDF	07-21
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO: A Polícia Militar do Distrito Federal e sua Atuação Preventiva na Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.	22-35
IMPACTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA NAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO DOS SEGMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SÃO SEBASTIÃO DISTRITO FEDERAL	36-49
IMPACTOS DA AMBIVALÊNCIA FUNCIONAL DOS SARGENTOS E SUBTENENTES NAS RELAÇÕES ORGANIZACIONAIS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	50-63
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES MILITARES NA MOBILIDADE SOCIAL E A CRESCENTE EVASÃO DE CÉREBROS	64-74
O PAPEL INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICO DA CAPELANIA MILITAR	75-87
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER REGISTRADA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2011	88-108
A RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E AS TAXAS DE HOMICÍDIO NO DF	109-125

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS CONTEXTOS ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA PMDF

Cleuter Godinho do Nascimento¹

RESUMO

Estrategicamente, a informação é o ativo intangível mais valioso para as organizações, especialmente, as instituições públicas. O repositório informacional (arquivo ou banco de dados), se corretamente gerenciado garantirá, ressalvados os casos de sigilo, o pleno acesso às informações de domínio e interesse públicos. A gestão documental é condição essencial para a preservação e transmissão das informações no contexto organizacional devendo ser aplicada à documentação desde a sua criação até a destinação final. Aqui, apresentaremos como a relação entre a ausência dessa gestão, com a dificuldade ao acesso às informações e com o aumento desordenado da massa documental pode comprometer a qualidade do serviço prestado pela Corporação. Embasada numa extensa pesquisa arquivística, por meio de métodos qualitativos e quantitativos, os quais abrangeram pesquisas de campo e documental foi possível comprovar esta relação, apontar as causas para a problemática instalada nos acervos custodiados pela PMDF e apresentar possíveis soluções para o problema.

Palavras-chave: Informação, Arquivo, Gestão Documental, Gestão da Informação Arquivística, Massas Documentais Acumuladas.

1. INTRODUÇÃO

Hoje, não há dúvidas quanto ao valor e a importância da informação como ativo intangível das organizações, em especial as instituições públicas. O repositório das informações, independente de ser um arquivo ou um banco de dados, se corretamente gerenciado garantirá o pleno acesso às informações que, embora custodiados pelos órgãos em geral, são de domínio público.

A presente análise tomou por base a literatura arquivística e o estudo realizado na

¹ Bacharel em Arquivologia – UnB, Especialista em Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação. E-mail: cleuter.nascimento@gmail.com

PMDF, com o intuito de verificar a gestão da informação arquivística, com fito na relação direta entre a ausência dessa gestão com o surgimento das massas documentais acumuladas e o com o comprometimento dos negócios da Corporação.

A gestão documental é condição essencial para a preservação e transmissão das informações, em qualquer suporte, no contexto das organizações. Configura-se como um conjunto de procedimentos técnicos que devem ser aplicados aos documentos, do momento em que são criados até a sua destinação final. Estas informações são essenciais para que as instituições, tendo pleno acesso e uso deste ativo, cumpram suas missões específicas e/ou finalísticas.

Assim, será apresentado um breve estudo sobre a situação arquivística da Polícia Militar do DF, no que diz respeito à gestão documental, à acumulação indevida de documentos, bem como a real necessidade da criação de documentos em formato eletrônico, para a melhoria de seus processos internos e redução do volume documental.

2. DESENVOLVIMENTO

8

2.1. Contexto corporativo atual

O acúmulo desordenado de documentos, as chamadas massas documentais acumuladas, tem crescimento diário exponencial e sua origem reside na falta de tratamento técnico arquivístico nas organizações. A PMDF, como qualquer outra instituição, está sujeita ao agravamento do problema, uma vez que a produção documental é o resultado das atividades administrativas e etapa necessária à formalização de seus atos.

O que caracteriza o problema é justamente o saldo negativo gerado pelo fato da gestão não acompanhar o crescimento documental. A dificuldade no pleno acesso, na preservação e na transmissão das informações institucionais, a perda e destruição desse importante ativo são os principais males a serem combatidos e evitados.

No caso da Corporação, o problema agravada-se por alguns fatores, como: a falta de cumprimento dos parâmetros estabelecidos pela política arquivística em vigor desde 2006, ao desconhecimento das próprias normas que coordenam seu sistema de arquivos – SIARQ/PMDF, da legislação arquivística, da não aplicação das técnicas voltadas à gestão da informação e por fim, a distribuição geográfica da maioria das OPM's da Corporação, espalhadas por todo DF.

2.2. Importância do tratamento técnico

No desenvolvimento das atividades organizacionais, a informação desempenha papel fundamental nos processos internos. Devido à sua condição de ativo intangível, as regras de negócio de qualquer instituição, independentemente da sua missão, abrangência ou tipo de atividade, estão ligadas diretamente, à gestão eficiente das informações.

As informações produzidas, recebidas e acumuladas pelos órgãos e entidades da Administração Pública no exercício de suas funções e atividades são registradas nos documentos públicos, que por sua vez, são preservados nos arquivos públicos, considerados aqui, como instrumentos essenciais para a tomada de decisões, para a comprovação de direitos individuais e coletivos e para a o registro da memória coletiva.

Partindo-se da premissa de que as informações são de domínio público e que a legislação ampara o pleno acesso a elas, cabe à PMDF seguir a política arquivística em vigor, com vistas a facilitar o acesso e a transmissão das informações, promovendo a transparência dos atos administrativos em toda sua plenitude.

Para que o acesso e transparência sejam assegurados, é importante salientar que no contexto da Corporação existem duas etapas distintas a serem cumpridas: 1) a mudança da cultura organizacional voltada para a produção documental, com a adoção e aplicação de técnicas desde a gênese documental até sua destinação final, incluindo-se ainda o desenvolvimento de condições para a criação dos documentos em formato eletrônico (mudança de suporte) e todas as garantias legais para que sua autenticidade e fidedignidade sejam mantidas. 2) o devido tratamento técnico do passivo documental existente em suporte convencional (papel), o qual se encontra armazenado, muitas vezes, em condições totalmente insalubres e impróprias para a preservação das informações, nos diversos repositórios das OPM's;

2.3. Fundamentos

Não há como discorrer sobre gestão da informação arquivística, sem citar os procedimentos técnicos voltados para a gestão documental. A gestão documental precede à gestão da informação, pois aquela trata dos critérios técnicos ligados às espécies e tipologias documentais, desde a gênese até a destinação final e esta, agrega valor às decisões e aos processos internos da organização garantindo a eficácia e eficiência administrativas. Todavia,

para fins deste estudo, consideraremos ambos os termos como sinônimos.

O documento, objeto da gestão, é toda informação material, que pode ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprovam fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar. Já os documentos de arquivo são aqueles produzidos ou recebidos por pessoa ou instituição, no exercício de suas atividades e se constituem como elemento de prova ou informação. É importante ressaltar que estes documentos formam um conjunto orgânico, que reflete as atividades e a razão pela qual foram criados.

Não há como falar em gestão informacional, sem citar a importância dos repositórios naturais da documentação institucional e respectivas informações, ou seja, os arquivos propriamente ditos. O termo arquivo é plurissignificativo, mas, para fins desta análise, utilizaremos a definição expressa na Lei Nacional de Arquivos:

São os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (Art. 2º, LEI Nº 8.159/91).

As informações contidas nos documentos precisam ser administradas com eficácia, mas para que seja devidamente gerenciada, disponibilizada e acessada é essencial que as próprias organizações a reconheçam como um recurso institucional essencial. O estabelecimento de políticas arquivísticas é o primeiro passo para que sua condição de recurso seja formalizada institucionalmente.

A implantação de um programa de gestão deve ser uma prioridade, pois com o crescimento diário da produção documental, talvez em curto e médio prazo, no lugar de arquivos funcionais, a organização disporá de um amontoado de papéis sem a devida gestão, o que tecnicamente é denominado de massa documental acumulada (MDA).

Segundo Rousseau e Couture (1994, p.61/62), a introdução da informação documental, ou seja, aquela registrada em suporte qualquer aliada a um código preestabelecido, criou uma verdadeira revolução na maneira de ver e de utilizar a informação. Infere-se que a organização que dispõe mais rapidamente das melhores informações, pouco importando a sua proveniência, o seu suporte ou tipo (livros, revistas, documentos de arquivos, bancos de dados, etc.), é a que alcança maior *performance* e maior competitividade.

O sucesso nos negócios da organização está intimamente ligado à maneira como ela trata seu arcabouço informacional, ter a informação necessária, na hora certa é fator preponderante para decisões acertadas.

3. METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 83), o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador.

Na pesquisa arquivística realizada utilizou-se os métodos qualitativos e quantitativos de forma complementar, pois o surgimento, permanência e agravamento das massas documentais acumuladas estão diretamente ligados à falta de gestão da informação arquivística.

A pesquisa em epígrafe contemplou toda estrutura orgânica da Corporação, unidades administrativas e operacionais, como pressuposto para a gestão e acesso às informações arquivísticas na PMDF e consequente eliminação ou diminuição das massas documentais acumuladas.

Inicialmente, o foco do trabalho restringiu-se em mensurar o grau de conhecimento do público interno acerca dos procedimentos técnicos de gestão da informação institucional arquivística, relacionando-o, com a realização de funções e atividades administrativas e, posteriormente, com a correta classificação, avaliação, arquivamento, resgate e acesso dos documentos. Outro aspecto analisado foi o conhecimento da legislação em vigor e das normas internas que norteiam a prática arquivística na Corporação.

A pesquisa documental permitiu conhecer a realidade da PMDF quanto à localização, importância e estruturação das atividades de arquivo e protocolo. Por meio dos documentos produzidos na instituição, além de traçar um diagnóstico acerca da rotina administrativa, foi possível entender quais documentos compõem os acervos, quais os métodos de arquivamento e recuperação da informação são utilizados e, principalmente, como os comandantes, chefes e diretores vêm à importância da gestão documental no contexto organizacional.

O quadro seguinte demonstra através de um questionário semiestruturado, aplicado aos policiais que trabalham na área administrativa e que participaram de oficinas de capacitação, os seguintes resultados:

PERGUNTAS	PERCENTUAIS APRESENTADOS	
	SIM	NÃO
É a primeira vez que trabalha com arquivos/gestão documental?	61,47%	38,53%
Está sendo obrigado a trabalhar nesta área?	44,27%	55,73%
Já fez algum curso sobre arquivos/gestão documental?	20,49%	79,51%
Encontra-se com restrição médica?	34,43%	65,57%

Tinha conhecimento sobre a Tabela de Temporalidade e o Plano de Classificação de Documentos?	22,95%	77,05%
Gostou do conteúdo apresentado durante as oficinas?	82,78%	17,22%
Foi bem ministrado?	97,22%	2,78%

Tabela 1: Questionário semi estruturado aplicado aos integrantes da Corporação.

3.1. Pesquisa de campo

De caráter exploratório, as visitas foram realizadas no período de 19/04/2011 a 13/02/2012, acompanhadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD/PMDF, com o intuito de verificar a situação “*in loco*” dos repositórios documentais em todas as unidades da PMDF. Além deste aspecto, outro fator importante fora à observação do cumprimento ou não, das normas e técnicas arquivísticas que foram repassadas a todos integrantes da Corporação.

A pesquisa de campo contou com a verificação direta dos dados junto às OPM's, bem como pela colaboração dos responsáveis por estas atividades. A finalidade precípua foi diagnosticar o fluxo do processamento das informações arquivísticas e o uso das técnicas e procedimentos técnicos ligados à gestão documental/informacional. Aspectos ligados aos documentos, materiais e espaços físicos dos setores pesquisados da Corporação também foram objetos de análise.

3.2 Aspectos quantitativos

Do ponto de vista quantitativo, a pesquisa conseguiu mensurar à época, o volume documental aproximado de 2.000 metros lineares (ml). Se considerarmos que um metro linear possui 7.000 folhas, o total em todas as unidades é de 14.000.000 de folhas de papel. Obviamente, estes não são números absolutos, mas esta realidade denota com clareza, a gravidade do problema enfrentado pela PMDF. Acredita-se que hoje, a massa documental esteja ultrapassando a casa dos 3.000 metros lineares.

O volume maior foi observado nas unidades administrativas (Órgãos de Assessoramento Superior, Órgão de Apoio ao Comando Geral, Órgão de Planejamento Estratégico, Órgãos de Direção Geral e Órgãos de Direção Setorial) chegando a 60% do total. Coube aos batalhões o volume restante da massa documental, ou seja, mesmo nas atividades finalísticas a produção é significativa.

3.3 Aspectos qualitativos

Em termos de gestão documental e da informação arquivística, percebe-se que o conhecimento dispensado aos integrantes das Comissões Locais de Avaliação de Documentos – CLAD, grupos de trabalho que atuam em nível de OPM e compõem o SIARQ/PMDF, foi subutilizado. Com isso o problema das massas documentais tende a continuar comprometendo o acesso e resgate célere das informações institucionais.

Qualitativamente, o problema pôde ser identificado com base em entrevistas realizadas com os policiais responsáveis pelo tratamento documental no âmbito das respectivas unidades. A análise destes dados permitiu vislumbrar a dificuldade que os profissionais têm, quando o assunto é a gestão documental.

Da análise, vários fatores provocaram o não cumprimento dos procedimentos técnicos repassados, dentre os quais destacamos:

- O acúmulo de funções por parte destes profissionais, ou seja, não há exclusividade nas atividades de gestão da informação arquivística;
- O efetivo reduzido em todas OPM's, que aliado ao acúmulo de funções, impede a continuidade da gestão documental;
- O desconhecimento das técnicas e princípios arquivísticos;
- O cumprimento das normas internas que disciplinam a gestão documental não é prioridade no contexto administrativo;
- A falta de mão-de-obra especializada, de material de consumo e de proteção individual e, em muitos casos, de instalações adequadas para o repositório documental;
- O crescimento diário da documentação produzida ou recebida pelas respectivas unidades;
- A utilização de métodos empíricos que não levam em consideração a classificação e avaliação documentais, com base nas funções e atividades desenvolvidas pela Corporação.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os dados coletados durante esta pesquisa possibilitaram identificar a origem e analisar o problema do acúmulo desordenado de documentos, some-se a dificuldade no acesso às informações essenciais ao desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais.

A causa principal do problema enfrentado pela PMDF tem causas específicas e reside, principalmente, na ausência de gestão documental/informacional, do não cumprimento dos procedimentos técnicos e da inobservância da legislação arquivística em voga.

Acerca da importância documental, da preservação e da transmissão das informações contidas nestes suportes (documentos), Duranti assinala:

[...] os registros documentais representam um tipo de conhecimento único: produzido ou recebido durante as atividades pessoais ou institucionais. Os documentos são os instrumentos e subprodutos e as provas fundamentais para conclusões e inferências sobre aquelas atividades. E a capacidade que eles têm de registrar e preservar as ações e os atos dos seus criadores é dada pela relação visceral que existe entre os documentos e a atividade da qual eles resultam. (DURANTI, 1994, p.50-51)

O arquivo é o repositório natural e destino final do acervo de qualquer instituição. Entretanto, isto não significa dizer, que as informações ali contidas não sejam úteis à administração que as gerou e nem que serão objetos de esquecimento e descuido por parte de seus órgãos custodiadores.

Assim, para o entendimento necessário que envolve a dinâmica da situação-problema ora em estudo, é de suma importância que seja apresentado, em suas *nuances*, o panorama geral pelo qual passou a PMDF quando da implantação de sua política arquivística, em vigor desde 2006 e seus desdobramentos nos dias atuais.

4.1. Implantação da política arquivística

A produção e recebimento dos documentos atendem a necessidade institucional de formalizar os atos administrativos, como decorrência de suas funções, atividades e finalidades específicas. Esta fase, denominada de fase corrente ou de primeira idade documental, deve se caracterizar como o foco para aplicação dos critérios técnicos, que utilizados corretamente, garantirão o resgate e o acesso pleno a essas informações essenciais ao processo decisório.

De acordo com esta necessidade, podemos citar os ensinamentos do renomado arquivista norte-americano:

No tratamento dispensando aos documentos de uso corrente, os órgãos governamentais preocupam-se, sobretudo com a guarda dos mesmos, de modo que possam ser rapidamente encontrados quando solicitados. O problema básico, portanto, na administração de documentos correntes, é o de conservá-los de maneira ordenada e acessível. (SCHELLEMBERG 2005, p.83)

4.2. Criação do SIARQ/PMDF

A informação é essencial ao desenvolvimento de políticas internas da organização e possibilita a adaptação às mudanças e às inovações que o ambiente externo exige. Com um volume documental da ordem de toneladas e devido à necessidade de descartar a documentação acumulada, normas internas, que apresentavam um caráter mais empírico do que técnico foram editadas.

Abaixo, destacamos, em ordem cronológica, as principais normas editadas:

- **Normas sobre a Guarda e Eliminação de Documentos Oficiais da**

Corporação: documento que entrou em vigor no ano de 1988 e estabelecia critérios restritos à guarda e eliminação;

- **Portaria PMDF nº 005 de 25 de outubro de 1990:** que revogou as normas sobre guarda e eliminação supracitadas. Nota-se neste período que até então, a Lei Nº 8.159/91, ainda não tinha sido sancionada, embora dispositivos constitucionais já atribuíssem responsabilidades à administração pública no tocante à proteção aos documentos públicos.

- **Portaria PMDF Nº 312 de 30 de março de 2001:** que apesar de vigorar em pleno período de efetivação de normas arquivísticas em níveis federal e distrital, ainda utilizam os critérios empíricos utilizados nas normas anteriores. Esta portaria apenas citava, como referência, a Portaria Conjunta SEA Nº 03/98². Até então, os procedimentos técnicos previstos na legislação, ainda não tinham aplicabilidade prática aos acervos custodiados pela PMDF.

O equívoco normativo das portarias retromencionadas provocou danos irreversíveis para a Corporação, para seu público interno e, principalmente para a sociedade, pois o critério utilizado para a classificação, avaliação e posterior eliminação dos documentos baseavam-se, simplesmente, na espécie documental³ e não de acordo com o assunto tratado no documento.

Além de contrariar a norma, o critério supracitado provocou a perda de milhares de informações, definitivamente. Com toda certeza, fontes inestimáveis para a própria administração, para seus processos internos, para comprovação de atos e garantia de direitos de seu público interno, além do subsídio ao conhecimento histórico foram prejudicados. É importante ressaltar que estas atividades não foram propositais, mas infere-se que a falta de conhecimento técnico e a necessidade de eliminar o grande volume documental, provocaram a adoção destas medidas.

A Portaria PMDF nº 477 de 31 de maio de 2005, que revogou as disposições previstas nas portarias e normas anteriores é considerada o primeiro da gestão documental na Corporação, nos moldes legais e tecnicamente corretos. Em 2006, devido à necessidade de ajustes internos na composição da CSAD, entraram em vigor as Portarias Normativas Nº 524 e 534. A primeira continuava disciplinando o sistema de arquivo da Corporação e a segunda mandava aplicar o código de classificação do GDF aos acervos documentais da PMDF, para fins de gestão documental.

Posteriormente, na busca constante pelo aprimoramento e pela reformulação do SIARQ/PMDF, a Corporação editou a Portaria PMDF Nº 800, de 14 de agosto de 2012 que dispõe sobre os procedimentos básicos de gestão de documentos de arquivo no âmbito da Corporação, como forma de se adaptar às normas arquivísticas e aos procedimentos técnicos próprios da área.

² Portaria do GDF que aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade, da área-meio, para aplicação pelos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional no âmbito do Distrito Federal.

³ Espécie documental é a configuração que assume um documento, de acordo com a disposição e a natureza da informação nele contido. Exemplo: ofício, ata, requerimento, etc. Ver PAES (2005, p.26).

Apesar da vigência da norma, pouco tem sido feito para seu fiel cumprimento. O grande problema, neste caso, reside na dificuldade em organizar os acervos e tornar seu conteúdo disponível ao público, principalmente com o advento da lei de acesso à informação.

4.3. Capacitação Técnica

Nas instituições, a capacitação técnica é uma das atribuições mais importantes das comissões permanentes. É uma etapa fundamental e deve ser contínua, até que seus integrantes consigam desenvolver, satisfatoriamente, as atribuições previstas na legislação.

Visando difundir a prática arquivística e mostrar a importância da preservação, do acesso e do resgate das informações contidas nos documentos de arquivo é que surgiu a necessidade da criação de grupos de trabalho em todas as unidades da PMDF.

Esta criação tem respaldo na legislação, a qual assinala que a CPAD tem como atribuições, dentre outras:

[...] I. Sugerir ao titular do órgão da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal a indicação de equipe de trabalho que procederá à identificação dos conjuntos documentais a serem analisados; (DECRETO Nº 24.204, Art. 12, Inc. I).

5. DIGITALIZAÇÃO/MICROFILMAGEM: SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA?

Desde o início dos trabalhos arquivísticos na PMDF, pouco se tem evoluído neste sentido. O cenário encontrado, raras exceções, é desanimador, pois os acervos estão sob a forma de massas documentais acumuladas e a política arquivística implantada, apesar de normatizada e difundida não surtiu os efeitos desejados.

Para a PMDF, o tratamento arquivístico dos documentos ainda não é uma prioridade, equivocadamente, busca-se na Tecnologia da Informação a solução para os problemas de gestão documental na Corporação. O problema reside na necessidade de mudança da cultura organizacional e não na simples mudança de suporte.

Não há que se duvidar da importância e do avanço da tecnologia da informação e nem a respectiva otimização e agilidade que pode agregar aos processos internos. Todavia, esta é uma atividade de suporte e como tal, deve seguir um planejamento arquivístico detalhado, de forma que as necessidades levantadas em termos de automação de processos ligados à gestão da informação atendam os princípios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, quando da implantação de sistemas informatizados.

Assim, a simples digitalização não assegura a correta gestão das informações, pois de acordo com a lei que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, os documentos convertidos não poderão ser eliminados:

[...] Os registros públicos originais, ainda que digitalizados, deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente. (Lei Nº 12.682/12, Art. 6º).

6. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA POSSÍVEL SOLUÇÃO DO PROBLEMA

A realidade da Corporação em termos de gestão documental é caótica. Fato percebido pela simples constatação da massa documental acumulada que abarrotava o espaço físico de todas as unidades da Corporação, a qual aumenta diariamente pelo simples fato de não haver preocupação com a correta aplicação das técnicas vigentes.

Diante desse quadro, surgem questões ligadas à implantação de processos de digitalização e ferramentas GED/Workflow, como a solução dos problemas do acúmulo desordenado de documentos. Isto não é verdade.

É oportuna a citação de Santos (2002, p.116): “[...] instituições brasileiras públicas de arquivo, salvo raras exceções, não estão preparadas para tratar os arquivos eletrônicos e, parecem sequer possuir condições técnicas de pessoal para atender à demanda visando o tratamento da documentação em suportes tradicionais”.

Neste caso específico, para a adoção de documentos em suporte eletrônico seria preciso estabelecer um parâmetro:

– 1º: modificar a atual política administrativa (mudança de cultura) e adotar os princípios e técnicas arquivísticas desde a gênese documental. Otimizar os processos, através da implantação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos - SIGAD que esteja em consonância com os modelos de requisitos, denominado de e-ARQ Brasil, tal qual preconizado pelo CONARQ;

– 2º: por se tratar de um sistema híbrido, à medida que fosse consolidada esta nova postura, o passivo informacional existente poderia ser tratado, a qualquer tempo, e inserido na base de dados do sistema.

Os documentos em suporte eletrônico são uma realidade crescente em várias organizações. As vantagens da criação ou migração são inúmeras, Bodê (2006, p. 52-69) afirma: “[...] a rápida recuperação num acervo (desde que corretamente descritos e indexados), necessidade de pouco espaço físico para armazenamento, possibilidade de acesso (pelo menos de leitura) por vários usuários ao mesmo tempo e inclusive em localidades geograficamente distintas, além de outras”.

Questões sobre autenticidade e preservação destes documentos devem ser consideradas:

Os documentos eletrônicos, gerados no curso das atividades de organizações e pessoas, constituem um problema arquivístico e não apenas tecnológico, que diz respeito ao registro da informação. Se esse registro pode ser apagado ou modificado sem deixar traço, ou mesmo se tornar incompreensível em função da obsolescência tecnológica, a primeira questão a ser enfrentada diz respeito a como produzir e manter documentos

confiáveis, isto é, como garantir a integridade (autenticidade e fidedignidade) dos documentos eletrônicos.” (LACOMBE, 2004, p. 5).

No Plano Estratégico da PMDF, o qual reflete a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Corporação, observa-se:

“[...] O alinhamento das políticas corporativas às diretrizes nacionais e distritais de segurança pública;

- A modernização do modelo de gestão organizacional policial militar, baseado na gestão inteligente dos recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos e orientado aos processos finalísticos da instituição (ênfase no negócio);
- A adoção de estratégias de aproximação com a comunidade, como principal filosofia de gestão;
- A integração com os diversos setores governamentais e da sociedade;
- A qualificação dos profissionais para melhor servirem à sociedade;
- A transparência dos processos de gestão;
- O estímulo às práticas éticas e de respeito aos direitos humanos e garantias individuais e coletivas.” (PLANO ESTRATÉGICO DA PMDF – 2011/2022).

Numa análise minuciosa do plano estratégico, nos aspectos relativos à gestão da informação encontramos no tópico de Políticas Corporativas, os seguintes objetivos:

- ➔ Garantir as informações necessárias à tomada de decisão;
- ➔ Desenvolver a atividade de inteligência policial;
- ➔ Dotar a Corporação de informações e sistemas de suporte à tomada de decisão e aos processos de gestão administrativa;
- ➔ Desenvolver e implementar sistemas de informações de gestão de documentos, de conteúdo e fluxo de trabalho (*workflow*).

O desenvolvimento do plano estratégico demonstra uma iniciativa de suma importância para a Corporação. Todavia, observa-se ainda, a preocupação demasiada com a aquisição tecnológica como solução para os problemas de gestão documental.

A garantia da tomada de decisões necessita do acesso célere às informações. Talvez, alinhar os objetivos do plano estratégico à política arquivística implantada, seja uma solução viável para o pleno desenvolvimento de suas atividades finalísticas e administrativas, para a correta implantação de sistemas informatizados, nos moldes legais, bem como a criação e tramitação de documentos em formato eletrônico.

Assim, o foco principal das ações da PMDF, em termos de gestão da informação, deve ser pautado na garantia do patrimônio arquivístico digital ou convencional, na preservação e manutenção da memória e identidade institucionais, como produto essencial para as futuras gerações e para a sociedade do DF como um todo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exemplo da PMDF observamos, em termos de gestão da informação, as dificuldades que as instituições públicas enfrentam para se adaptar ao avanço tecnológico, à legislação em vigor e, principalmente, em promover a mudança cultural estabelecida ao longo dos anos.

Tecnicamente, muito se tem feito até o momento, principalmente, com a atuação da CPAD nas questões ligadas à difusão, capacitação e elaboração de normas e procedimentos técnicos internos. Porém, é importante que este conhecimento seja explicitado no âmbito interno, com vistas a mudar a concepção e o comportamento da PMDF nas questões relativas à gestão de documentos.

De acordo com os dados levantados é notório que quase a totalidade do acervo documental, raras exceções, carece de tratamento técnico arquivístico adequado. Se mantidas as condições atuais, em pouco tempo, não haverá mais espaço para “estocar” a massa documental acumulada e nem mão-de-obra especializada para vencer este crescimento.

Em termos de TI, não há como ficar alheio a esta realidade. Todavia, a digitalização é etapa posterior à classificação, avaliação e a implantação de um programa de gestão eletrônica de documentos (GED), que pode ser tanto utilizado para documentos eletrônicos (digitais), em suporte de papel ou simplesmente, para documentos digitalizados. Ou seja, ela só é viável, após o cumprimento de etapas essenciais à gestão documental.

Seguir a política arquivística vigente se configura na solução viável para os problemas enfrentados pela PMDF. Além de essencial é o primeiro passo para que a otimização de seus processos internos, a racionalização da produção documental e a migração segura do suporte informacional sejam satisfatórias e completamente exequíveis. É inadmissível que milhares de metros lineares de documentos e informações se percam por falta de gestão.

Uma vez preservada a informação, a memória e identidade institucionais estão garantidas, definitivamente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. Arquivo: boletim histórico e informativo, S.Paulo, v.10, n.2, p.81-83, jul.-dez.1989.

BODÊ, Ernesto Carlos. Assinaturas digitais e arquivologia. Arquivística.net, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 52-69, jan./jun., 2006. Disponível em: <http://www.arquivistica.net/ojs/include/getdoc.php?id=187&article=51&mode=pdf> Acesso em 20 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital: preservar para garantir o acesso. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=71&sid=46>> Acesso em: 20 mar. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº. 25, de 27 de abril de 2007. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=206&sid=46>> Acesso em: 20 jun. 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

20

JARDIM, José Maria. Transparência e opacidade do estado do Brasil: usos e desusos da informação documental. Niterói: Ed.UFF, 1999. 239 p.

LOPES, Luis Carlos. A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

NASCIMENTO, Cleuter Godinho do. A gestão da informação arquivística e sua relação direta com as massas documentais acumuladas na Polícia Militar do Distrito Federal. 2013. 103p. Curso de Pós-Graduação em Gestão da Conhecimento, da Informação e Documentação, Especialização *Lato Sensu*. União Interuniversitária do Brasil, polo de pós-graduação da FALC/SP. Brasília.

PAES, Marilena Leite. Arquivo : teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. 228 p.

Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI / Polícia Militar do Distrito Federal - EstadoMaior/Seção de Inteligência Estratégica Ciência e Tecnologia. 1 ed. Brasília : PMDF/ Rio de Janeiro : Talagarça, 2011.

ROCHA, Claudia Lacombe. Gestão arquivística de documentos eletrônicos. Rio de Janeiro: Conarq, 2004. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/gt_gestao_arquivistica_pagina_web_corrigido3.pdf> Acesso em 20 jun. 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística . Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos modernos : princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. 663 p.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.). Arquivística: temas contemporâneos. Brasília: SENAC, 2007.

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO: A Polícia Militar do Distrito Federal e sua Atuação Preventiva na Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Flávio Barbosa de Castro⁴

RESUMO – A presente pesquisa faz demonstração da aplicabilidade de uma política pública de Estado direcionada ao gênero, realizada por meio de um policiamento desenvolvido pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, na atuação preventiva e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, denominado Prevenção Orientada à Violência Doméstica – PROVID. Para tanto, além da apresentação de conceitos, arcabouço jurídico, planos nacionais e distritais que legitimam a mencionada atuação, aponta a nova organização de uma Polícia cidadã que busca a consolidação da filosofia de policiamento comunitário e de direitos humanos.

PALAVRAS CHAVE: Políticas Públicas, PMDF, Gênero, Violência Doméstica, Direitos Humanos.

ABSTRACT – The present research is demonstration of the applicability of a public policy of State directed to gender, performed by means of a policing developed by the Military Police of the Federal District- PMDF, on preventive action and coping with the domestic and family violence against women, called Prevention Oriented to Domestic Violence- PROVID. For both, in addition to the presentation of concepts, legal framework, national plans and district detailing the above-mentioned actions, points to the new organization of a Police citizen who seeks to consolidate the philosophy of community policing and human rights.

KEYWORDS: Public Policy, Military Police of the Federal District, Gender, Domestic Violence, Human Rights.

1. INTRODUÇÃO.

Este trabalho apresenta uma política pública de segurança voltada para o enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VDFCM) que é desenvolvida pelo policiamento de Prevenção Orientado a Violência Doméstica (PROVID), subordinado à Divisão de Direitos Humanos (DDH) e ao Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (CPCDH) da Polícia Militar do Distrito

⁴ Bacharel em Direito pela Faculdade Projeção, Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), em Análise Criminal pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GER), pela Universidade de Brasília (UNB). <<http://lattes.cnpq.br/3497062267334574>>

Federal (PMDF), já reconhecido, normatizado e em execução em nove regiões administrativas do Distrito Federal. No entanto, ao empenhar-se na execução das ações nas Organizações Policiais Militares (OPM's) com o policiamento já implementado e na sua extensão a outras OPM's, constatou-se uma problemática na corporação.

A discussão decorre da prática profissional experimentada pelo autor na PMDF desde o ano de 1993, momento que ingressou na instituição e dos três últimos anos, período que atua no núcleo técnico do PROVID, a atuação na área e conhecimento do autor contribuiu sobremaneira para melhor observar e verificar a perspectiva da realidade prática e aplicação de teorias. São dois momentos distintos em que presenciou tanto a ótima receptividade, reconhecimento e legitimidade da implementação do mencionado policiamento na corporação por parte de outros órgãos governamentais e alguns policiais militares, quanto a insensibilidade e resistência da referida institucionalização e continuidade por parte de outros policiais militares.

A análise do autor trouxe à tona uma problemática baseada na incerteza por parte de alguns policiais, quanto da existência de preceito normativo legal que pudesse amparar as ações desenvolvidas pelo PROVID.

Quanto à metodologia, adotou-se o método de pesquisa dedutivo que, segundo Santos (2013), “entre as áreas do conhecimento onde pode ser usado estão a Sociologia, a Economia, a Matemática, a Lógica e a Física Teórica”. Quanto à técnica usada nessa pesquisa está a análise de documentação indireta, mais especificamente a pesquisa bibliográfica, pesquisados artigos científicos, legislação brasileira, Planos Nacionais e Distritais de Políticas Públicas para as Mulheres, bem como a nova organização da Polícia cidadã que busca a consolidação da filosofia de policiamento comunitário e de direitos humanos, além de analisar o elevado número de ocorrência de violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal.

Nos dados coletados foram elencados elementos qualitativos que possibilitam a relação entre a legitimidade e relevância das ações desenvolvidas pelo policiamento PROVID.

2. O ESTADO, O GOVERNO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

O Conceito de Estado e Governo, respectivamente:

(...) as unidades políticas (municípios, estados, nações), que se apresentam sob a forma de repúblicas e/ou democracias, e neste sentido, dizem respeito ao modo como o poder é exercido e quem exerce o poder. Já governo pode ser entendido, como a organização, que é a autoridade administrativa ou gestora de uma unidade política. (HEILBORN, et. al., 2010, v. 1, p. 16)

Além disso, as autoras apresentam também qual é o compromisso de um Estado Democrático de Direito:

Os Estados Democráticos de Direito, como são definidas todas as repúblicas democráticas, assumem o compromisso da manutenção das liberdades individuais, do respeito aos **DIREITOS HUMANOS**, de agir em acordo com uma constituição com garantias jurídicas construídas ao longo dos tempos por representantes do povo. Este Estado Democrático de Direito subsiste não importando quem esteja no governo: se o governante 'X' do partido 'Y' ou se o governante 'W' do partido 'Z'. (HEILBORN, et. al. 2010, v. 1, p. 16)

Nesse mesmo sentido, ao tratar sobre as Políticas Públicas, Heilborn (et. al., 2010) afirma que “de um modo geral, política pública pode ser definida como tudo aquilo que o governo (municipal, estadual ou federal) faz no que diz respeito às leis, medidas reguladoras, decisões e ações”.

Sendo assim, ao se fazer cumprir as leis, o governo estará realizando políticas públicas, todavia, para implementá-las, sua formulação não deve ser feita aleatoriamente com a inexistência de um problema a ser solucionado.

O foco analítico principal da política pública se encontra no tipo de problema que a política visa corrigir, de modo que seja possível a identificação do problema e avaliação da forma de chegada desse problema no sistema político (*politics*), à sociedade política (*polity*) e às instituições-regras que modelarão a decisão e a implementação da política pública. (HEILBORN; et. al., 2010, v.1, p. 20).

Daí surge a necessidade em elaborar e implementar políticas públicas que contemple a problemática da VDFCM baseada nas questões de gênero.

2.1. Gênero

Para melhor compreensão demonstra-se um conceito mais amplo em relação ao gênero decorrente da essência da norma, quando alcança especificamente às mulheres:

[...] é o conjunto de fatores socioculturais atribuídos aos corpos, estabelecendo a ideia de masculino e feminino. **Em outras palavras, a condição de gênero está ancorada nos significados que indicam o que é ser homem ou ser mulher e não na anatomia dos corpos.** [...] (HEILBORN, et. al., 2010, v.2, p. 13). (Grifo nosso).

Logo, as ciências sociais enfatizam que as identidades masculinas e femininas não são construções biológicas, são culturais, engendradas sobre os corpos e variáveis através da história, ou seja, as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que se dão na história, fazendo de gênero uma categoria de classificação dos indivíduos, assim como a classe social e a raça, ou etnia, (HEILBORN. et. al., 2010, apud HEILBORN, 1997). Nesse mesmo sentido:

Não é sinônimo de sexo (masculino ou feminino), mas corresponde ao conjunto de representações que cada sociedade constrói, através de sua história, para atribuir significados, símbolos e características para cada um dos sexos. Assim, as diferenças biológicas entre homens e mulheres são interpretadas segundo as construções de gênero de cada sociedade, (AUAD, 2008).

Isso implica dizer que a forma que se percebe cada um dos corpos está relacionada aos atributos sociais fixados aos sexos (órgãos genitais). Atribui-se ao feminino a fragilidade, subserviência e emoções, ao masculino a força, a razão e a agressividade. Essas características são percebidas e sentidas como naturais pelo corpo, logo, construídas socialmente e internalizadas. Estes conceitos revelam a desigualdade de gênero nas relações entre homens e mulheres, e se não problematizado e ressignificado, continuarão a contribuir com as expressões da violência.

A masculinidade hegemônica é uma estrutura que organiza o eixo das violações e que instaura o homem e o masculino como mandatários da violência. Pensar sobre a produção do masculino e produzir novas formas deste são estratégias fundamentais de combate ao sexismo e machismo.

2.2. Masculinidade.

A compreensão do processo da construção da masculinidade é condição indispensável no estudo de questões que envolvem as relações entre os gêneros, seja em âmbito institucional, escolar ou doméstico, dentre outros. Tanto é assim que em meio aos assuntos que despertaram os estudos sobre a masculinidade, apresenta-se a violência doméstica.

Comportamentos e valores até então considerados naturais e vistos como inerentes às características biológicas dos homens e ao mundo masculino foram revelados e questionados por **denúncias de violência doméstica**, assédio sexual. Monopólios de postos e funções no mercado de trabalho e práticas homofóbicas. (AGUIAR, 2009, p. 7) (Grifo nosso)

Segundo Aguiar (2009), os abusos do poder presentes em todas as culturas foram frontalmente questionados ao longo das últimas décadas. O movimento feminista e o movimento homossexual foram os principais responsáveis por trazer a público o debate sobre o tema, particularmente a década de 60. Todavia, o autor não apresenta uma conceituação concreta do significado de masculinidade, apontando que este conceito é cultural, produzido em:

Uma espécie de roteiro social que prescreve para homens formas de pensar, sentir e comportar. Tudo que foge ao roteiro é então percebido como feminino e inaceitável. Assim, experienciar algo considerado “feminino” gera conflitos e ansiedade em função de uma crença de que tal vivência ameaça de maneira direta a identidade masculina. (AGUIAR, 2009, pag. 13-14).

Ademais, os estudos sobre as masculinidades são enfáticos em apontar que o aprendizado social, segundo o modelo hegemônico de masculinidade, promove uma espécie de confinamento aos papéis tradicionais do gênero masculino, modelo que limita a autonomia dos homens sobre suas próprias vidas e relacionamentos.

Paz interior, expressão emocional, afetos, satisfação sexual e saúde física são áreas que os homens frequentemente têm pouco controle devido às restrições que são consequências dos processos de socialização e construção das identidades masculinas. (AGUIAR, 2009, p. 14).

Essa falta de autonomia por parte dos homens, os quais não podem externar alguns de seus sentimentos, dentre eles, os emocionais afetivos, é consequência de um construto social.

Meninos são levados desde cedo a crer que existe um homem viril, corajoso, esperto, conquistador e imune a fraquezas, inseguranças e angústias. Quando são repreendidos por não se comportarem como deveriam, eles se sentem desconfortáveis e problemáticos em relação ao modelo (AGUIAR, 2009, p. 14. Apud NOLASCO, 1993).

Com o mencionado apontamento, se pode inferir que não existe um conceito do que é ser masculino, podendo se afirmar somente o que o homem não deve fazer para ser enquadrado na categoria do masculino, ou seja, um modelo que deve negar e ir de encontro com todas as práticas e sentimentos considerados culturalmente femininos.

Logo, pode-se perceber que essa construção social, por sua vez, reforça a violência de gênero entre homens e mulheres, incidindo com maior frequência no ambiente doméstico e familiar, local em que o homem sob a proteção e cobrança da sociedade, exerce um dos seus papéis, o de provedor da família, (SAFFIOTI, 1999).

Daí, um dos inúmeros papéis estabelecidos ao homem, por meio do construto social, que quando em evidência, pode subjetivamente colocar em xeque sua masculinidade, fazendo com que o homem ao tentar reafirmar essa masculinidade e reaver sua posição hierárquica, acaba se rendendo à produção e autoria da violência doméstica.

3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SEGUNDO O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.

O Código Penal não trouxe em seu bojo a definição legal de Violência Doméstica, sendo assim, a partir do advento e vigência da lei 9.099 de 26 de setembro de 1995 que dispõe dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, as ocorrências no contexto doméstico e familiar passaram a ser recepcionadas por esta Lei, passando a qualificar as violências, nesse âmbito, como infração penal de menor potencial ofensivo.

Uns dos objetivos da lei 9.099/1995 era ampliar o acesso à justiça e dar maior celeridade ao processo. No entanto, não alcançava todos os crimes e a aplicação de penas alternativas contribuiu para a descrença de proteção do Estado com relação à violência doméstica e familiar, tendo em vista a possibilidade de indenização à vítima, alargando uma sensação de injustiça.

Objetivando alcançar a justiça, os movimentos sociais e feministas lutaram por uma lei específica para enfrentar crimes de violência doméstica. Em 17 de junho de 2004 foi aprovada a Lei nº 10.886, que acrescentou parágrafos ao art. 129 do Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”, todavia, abarcando somente os crimes de Lesão Corporal.

Essa tipificação foi acrescentada ao Código Penal com a finalidade de proteger as pessoas, que independentemente de sexo, idade ou gênero, se encontram em situação de violência nas relações

domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, um avanço ético, uma vez que as relações de poder se configuraram também em ambientes domésticos, mas, mesmo assim, quando constatada a consumação do crime, sua aplicabilidade continuava sendo submetida à lei 9.099/1995, reiterando a sensação de injustiça nos crimes de VDFCM baseados no gênero.

Objetivando especificamente o enfrentamento às desigualdades de gênero e raça no Estado Brasileiro, o governo federal instituiu o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

4. PLANOS NACIONAIS E DISTRITAL, DE POLITICAS PARA AS MULHERES

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM I), objetiva especificamente o enfrentamento às desigualdades de gênero e raça no Estado Brasileiro.

O mencionado Plano apresenta em seu Capítulo 4, os objetivos, metas, prioridades e plano de ação para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, vindo primeiramente contextualizar que:

A violência contra a mulher acontece no mundo inteiro e atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. Qualquer que seja o tipo, física, sexual, psicológica, ou patrimonial, a violência está vinculada ao poder e à desigualdade das relações de gênero, onde impera o domínio dos homens, e está ligada também à ideologia dominante que lhe dá sustentação. (I PNPM, p. 73).

Para se alcançar o objetivo acima demonstrado, várias metas foram estabelecidas, tais como:

Integrar os serviços em redes locais, regionais e nacionais; Instituir redes de atendimento às mulheres em situação de violência em todos os Estados brasileiros, englobando os seguintes serviços: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Polícia Militar e Unidades Móveis do Corpo de Bombeiros (...); e Implantar serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência em todos os Estados brasileiros e Distrito Federal segundo o diagnóstico realizado e as estatísticas disponíveis sobre a violência em cada região. (I PNPM, p. 77).

Em 2008, surge o PNPM II, validando os princípios e diretrizes do PNPM I e realizando adequações em seu capítulo 4, passando a constar o seguinte teor: “Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres”.

O PNPM II amplia e aprofunda o campo de atuação do governo federal nas políticas públicas para as mulheres, incluindo seis novas áreas estratégicas que irão se somar àquelas já existentes no PNPM I e que tem amplitude nacional.

O Plano Nacional elenca que enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres é um dever do Estado e uma demanda da sociedade. Coibir, punir e erradicar todas as formas de violência devem ser preceitos fundamentais de um país que preze por uma realidade justa e igualitária entre mulheres e homens, apresentando como um dos objetivos específicos a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha. (PNPM 2013-2015, p. 43-44).

No ano de 2014, surge o I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (I PDPM), o qual estabelece claramente em sua apresentação, que: “na sua elaboração, o enfrentamento à desigualdade de gênero e, por conseguinte, a busca pela equidade, assumem centralidade na formulação e implementação das políticas”, além de elencar que: “A garantia e ampliação dos direitos das mulheres são pressupostos para a real estruturação da ‘capital da civilidade’”. (IPDPM 2014-2015, p. 09).

O I PDPM do Distrito Federal foi aprovado por meio do Decreto nº 35.268, de 27 de março de 2014 com duas perspectivas: lançar as bases para a construção de uma nova cultura de equidade de gênero e enfrentar a violência contra a mulher.

Para tanto, aduz como alguns dos objetivos específicos para o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher: “o fortalecimento da rede, o atendimento integral e humanizado às mulheres em situação de violência em todas as instâncias do Poder Público, além de apresentar como uma das metas, a capacitação dos profissionais das áreas de segurança pública”, (IPDPM 2014-2015, p. 52).

5. A LEI MARIA DA PENHA

A lei 11.134/2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da CF/1988.

A Lei Maria da Penha assevera em seu art. 1º, várias disposições, dentre elas, mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e medidas de assistência e proteção a elas.

Essa lei trouxe em seu art. 5º e incisos, que se configura violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial e que tenha ocorrido no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

Com esse mesmo intuito ao tratar das medidas integradas de prevenção, a lei aduz em seu art. 8º, inciso I, como essas políticas públicas devem se articular, estabelecendo a integração operacional entre vários órgãos governamentais, dentre eles, os de segurança pública, obrigando estes a realizar medidas preventivas contra ações de violência doméstica e familiar em conjunto com os demais órgãos, sejam eles governamentais ou não governamentais.

Além disso, estabelece no inciso VII do mesmo artigo, que para atuar nas ações e de forma articulada, conforme elencado no inciso I, os profissionais de segurança pública devem ser capacitados quanto às questões de gênero e de raça ou etnia, caso contrário o agente poderá promover um possível constrangimento e revitimização da usuária.

Fator agravante para a não declaração de atos de violência por parte da vítima é o receio quanto à forma com que será atendida, seja na delegacia, seja no serviço de saúde. O medo de não ser ouvida, de ser criticada, de ter que ficar horas esperando pelo atendimento diante de olhares penalizadores, desconfiados ou de acusação e o fato de

sentir-se responsável pelo fracasso de revelação, entre outros fatores, muitas vezes desencorajam e retardam uma tomada de atitude. (HEILBORN et. al., 2010, v. 2, p. 175).

Pensando em melhorar esse atendimento e cumprir com o que é estabelecido nos preceitos normativos, bem como nas diretrizes nacionais e distrital direcionadas a proteção da mulher, a PMDF promove ações preventivas e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

6. A POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

A atividade policial militar é normatizada por meio de preceito previsto no Inciso V do artigo 144 da CF/88.

A PMDF sob o manto do novo Decreto de nº 31.793 de 10 de junho de 2010, que revogou o Decreto nº 4.284, de 04 de agosto de 1978 e alterou o formato organizacional da instituição, institucionalizou o Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (CPCDH), como um dos Órgãos de Apoio ao Comando-Geral, conforme inciso V, art. 100 do atual Decreto.

De acordo com o artigo 108 incisos I ao IV da norma compete ao CPCDH o assessoramento ao Comando-Geral da PMDF no desenvolvimento de programas sociais preventivos de segurança pública voltada para a comunidade, bem como na implementação e consolidação da filosofia de policiamento comunitário e de direitos humanos, compreendendo as seguintes divisões: Divisão Administrativa (DA); Divisão de Polícia Comunitária (DPC); Divisão de Direitos Humanos (DDH) e a Divisão de Programas e Ações Sociais (DPAS).

Com essa organização inovada e com um olhar mais voltado para o clamor da sociedade no que diz respeito a uma polícia militar mais concisa na prevenção de situações de risco à vida humana e ênfase na importância da preservação da dignidade humana, institucionalizou-se o PROVID, subordinado atualmente a DDH.

6.1. O policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica – PROVID

A ideia inicial do antigo Programa de Educação para a Segurança e a Cidadania (EDUCS), era alfabetizar adultos moradores de Ceilândia, cidade-satélite do Distrito Federal, que por alguma razão não tiveram oportunidade de estudar. Esta convivência trouxe a tona algumas denúncias relacionadas à violência doméstica as quais não chegavam à serem registradas em delegacias.

Percebendo esta realidade, a PMDF em 2013, compreendendo a complexidade e crescimento do fenômeno da violência doméstica no Distrito Federal e do bom desempenho do programa capacitou 40

policiais militares, com a intenção de ampliar o EDUCS em mais 10 regiões administrativas do DF, as quais foram selecionadas a partir do elevado número de ocorrências de violência doméstica.

Houve uma evolução natural do programa, se tornando então, um policiamento orientado ao problema, apoiado pela legitimidade das atividades desenvolvidas e pela necessidade de conferir real identidade das ações executadas. Em 24 de outubro de 2014, altera o nome EDUCS para PROVID.

O PROVID foi implementado em nove OPM's e regiões administrativas do Distrito Federal: Taguatinga, Gama, Ceilândia Norte, Samambaia, Sobradinho, Planaltina, São Sebastião e Santa Maria. Além das OPM's implementadas, encontra-se em execução o acordo de cooperação técnica entre PMDF e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, mediante os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher das circunscrições judiciárias do Núcleo Bandeirante e de Planaltina, com previsão de implementação em outras regiões do DF.

O trabalho conta com uma rede de apoio composta por vários órgãos governamentais e não governamentais, dentre eles: Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas); Conselhos Tutelares; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Defensorias Públicas e TJDF.

Logo, é relevante informar que os/as policiais atuantes no policiamento submetem à capacitação, estudando sobre Direitos Humanos, Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Psicologia Aplicada: Procedimentos e Técnicas de Intervenção em contextos de Violência e Procedimentos Administrativos e Operacionais de atendimento. Esta capacitação é pautada numa filosofia mais humanística sempre enfatizando a questão das desigualdades em suas especificidades por meio da desconstrução machista e sexista.

Na atuação de prevenção primária trabalham em articulação com uma rede de apoio e proteção desenvolvendo mobilizações com a comunidade, ações junto aos órgãos e entidades que possam fortalecer a rede de atendimento das famílias em contexto de violência doméstica, promovendo ações educativas, tanto na comunidade como no âmbito da corporação. As ações de prevenção secundária são realizadas mediante os atendimentos das demandas de violência doméstica e familiar que podem ser originados de solicitação e denúncia espontânea, encaminhamento de outros órgãos governamentais e não governamentais e ou da própria subseção de planejamento operacional da OPM.

O atendimento obedece ao sistema de acolhimento, encaminhamento e ou acompanhamento, sendo realizado por meio da visita solidária aos envolvidos no contexto de violência. O acolhimento às partes envolvidas no contexto de violência doméstica e familiar dar-se-á da seguinte forma:

- Explicação sobre a motivação da visita solidária;
- Comunicação formal à vítima e ao agressor de que eles serão inclusos e monitorados pelo policiamento de PROVID da PMDF;
- Realização da escuta ativa do agressor e da vítima de forma individualizada, excetuando-se os casos que envolvem abuso sexual de criança e/ou adolescentes;

- Orientação das partes, vítima e agressor acerca dos preceitos da legislação pertinente ao caso;
- Esclarecimento sobre a existência das políticas públicas que compõe a rede de enfrentamento a violência doméstica e familiar daquela localidade; e
- Disponibilização dos números de telefones do Batalhão de Polícia Militar – BPM da área, para possíveis solicitações emergenciais, bem como do policiamento PROVID.

Após tais orientações, caso a equipe do PROVID identifique a existência de situação de risco é efetivado o encaminhamento para outro órgão especializado que compõe a rede de proteção, m caso de crime os procedimentos legais são adotados imediatamente, bem como confeccionado o respectivo Boletim de Ocorrência Policial Militar.

O acompanhamento das famílias ocorre por meio de visitas, seguindo preferencialmente prazos estipulados nas diretrizes do policiamento previstas no CPCDH e registrados em processos específicos. O processo deverá ser arquivado quando a equipe de atendimento constatar que o conflito foi resolvido ou encaminhado aos órgãos competentes, devendo ser elaborado o seu respectivo relatório.

Importante informar que cada equipe de atendimento acompanha entre 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) casos (famílias) simultaneamente, realizando no mínimo 70 (setenta) registros de visitas mensalmente.

Logo, percebe-se que essas ações cumprem as diretrizes orientadas pelas leis e planos nacionais estipulados pelo Governo Federal.

7. BREVES ESTATÍSTICAS

Waiseifisz traz informações estatísticas acerca da temática em análise:

Os dados em níveis nacionais expedidos pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais divulgam a atualização do Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil contabilizando 107.572 atendimentos relativos à Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências, onde, 70.285 (65,4%) são mulheres e 37.213 (34,6%) homens, (WAISEIFISZ, p. 18), reforçando a necessidade do funcionamento do PROVID.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal divulgou por meio de Informações Estatísticas nº. 030/2013 NUEST, estudo comparativo relativo ao período de jan./fev. dos anos de 2012 e 2013, por regiões administrativas. No referido documento, foram analisadas 31 (trinta e uma) regiões administrativas do DF, restando comprovado que as seis regiões administrativas com maior incidência de crimes de violência doméstica, quando somados as participações, somam 50% do total registrado no DF, (Informações Estatísticas nº. 030/2013, p. 1).

Além disso, pode-se abstrair do documento que houve um aumento com a variável de sessenta e sete casos de violência doméstica contra a mulher, nos meses de jan./fev. de 2013, (Informações Estatísticas nº. 030/2013, p. 2), o que demonstra a necessidade da capacitação de profissionais da

segurança pública, e, por conseguinte, a implementação e continuidade de ações mais efetivas de prevenção e redução dos crimes dessa natureza no DF.

8. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

As ações desenvolvidas pelo PROVID são fundamentadas pelo Art. 4º da Lei Federal nº 6.450/77, que dispõe sobre a organização básica da PMDF c/c o inciso IV do art. 3º do Decreto Federal nº 7.165/10, que regulamenta a lei nº 6.450/77; Incisos I e VII do art. 3º do Decreto nº 31.793 de 11 de junho de 2010 que trata da organização básica da PMDF, bem como a competência de seu Comandante; Portaria PMDF nº 926 de 24 de outubro de 2014 que regulamenta o policiamento PROVID; e a Instrução Normativa nº 001 CPCDH, publicada no BCG nº 003 de 06 de janeiro de 2014, que estabelece as diretrizes de seu funcionamento, logo são legítimas.

CONCLUSÃO

Segundo os conceitos apresentados nesta pesquisa, pode-se constatar que o Distrito Federal é uma unidade política organizada para assumir o compromisso da manutenção das liberdades individuais e do respeito aos direitos humanos conforme as garantias jurídicas constitucionais. Sendo assim, ao identificar um problema ele deverá avaliar a forma que este se inseriu no sistema político e declinará à sociedade e às instituições governamentais a responsabilidade em modelar e decidir como a política pública deve ser implementada.

Nesse sentido, sabendo que a violência de gênero nas relações entre homens e mulheres no contexto doméstico e familiar é um problema que se não coibido e enfrentado, continuará a contribuir sobremaneira com os índices da violência, adotou-se os preceitos normativos, planos nacionais e distrital demonstradas na pesquisa como políticas públicas de coibição e enfrentamento desse fenômeno, sendo apresentado, em todas elas, as atribuições das instituições de Segurança Pública, dentre elas, as da Polícia Militar.

Atendendo ao clamor da sociedade no que diz respeito a uma polícia militar mais concisa na prevenção de situações de risco à vida humana e ênfase na importância da preservação da dignidade humana por meio de um policiamento orientado ao problema, a PMDF instituiu o PROVID, o qual por meio de suas ações cumpre as normas estabelecidas nas legislações e planos, federal, distrital e institucional.

Por fim, tornou-se inequívoca por meio dos dados apresentados no bojo deste trabalho que existe legitimidade na atuação realizada pelo PROVID da PMDF, restando claro, a necessidade de continuidade e implementação deste nos Batalhões de Polícia Militar das demais regiões administrativas

do DF, abrindo caminho por meio deste estudo para novas pesquisas e outros apontamentos inerentes a temática.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Henrique Machado de. Repositório.unb.br. Gênero e Masculinidades: Follow-Up de uma intervenção com homens autores de Violência Conjugal. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8188/1/2009_LuizHenriqueMachadoAguiar.pdf>. Acesso em: 19 Mai. 2015.

AUAD, Daniela. CAPPF Centro Acadêmico Professor Paulo Freire. Formação de professoras, relações de gênero e sexualidade: um caminho para a construção da igualdade. Disponível em:

<<http://cappf.org.br/tiki-index.php?page=G%C3%AAnero%3A+Daniela+Auad+2>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 mai. 2015.

_____. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. DEL2848, Rio de Janeiro, RJ, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 24 mai. 2015.

_____. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. L9.099, Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 24 mai. 2015.

_____. Lei 10.886, de 17 de junho de 2004. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". L10.886, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.886.htm>. Acesso em: 24 mai. 2015.

_____. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Institui a Lei Maria da Penha. L11.340, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 24 mai. 2015.

_____. Presidência da República. Secretária de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília. Secretária de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.: il.

BRASILIA. Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010. Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal. Disponível em:

<http://www.pm.df.gov.br/site/images/Institucional/Leis_Decreto_31.793-10-AtribuiesPMDF.pdf>.

Acesso em: 23. Mai. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2014-2015. Disponível em:

<<https://secretariadamulherdf.files.wordpress.com/2014/07/i-pdpm.pdf>>. Acesso em: 25. Mai. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Segurança Pública-SSP. Informações Estatísticas nº. 030/2013 – NUEST “Crimes de Violência Doméstica Contra a Mulher, Segundo a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Disponível em:

<http://www.ssp.df.gov.br/images/Estatistica%20SSPDF/2013/LEIMARIADAPENHA_JAN_FEV12_13%201.pdf>. Acesso em: 23. Mai. 2015.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP – Ger: v. 1/Políticas Públicas e Promoção de Igualdade. Orgs. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

I PNPM – Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres I. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-pnpm/>>.

Acesso em 24 mai. 2015.

II PNPM - Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres II.

Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf>. Acesso em: 25. Mai. 2015.

PREVENÇÃO ORIENTADA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PROVID. Disponível em <

<http://pmdfprovid.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>> Acesso em: 24.05.2015;

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Já se Mete a Colher em Briga de Marido e Mulher. Scielo.br. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015.

WASEIFISZ, Júlio Jacobo. Mapa de Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil.

Disponível em: < http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>.

Acesso em: 25 Mai. 2015.

IMPACTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA NAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO DOS SEGMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SÃO SEBASTIÃO DISTRITO FEDERAL

Isângelo Senna da Costa⁵

RESUMO

O trabalho buscou aferir o impacto das atividades do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) nas ações de planejamento dos segmentos do Sistema de Segurança Pública no Distrito Federal que atuam em São Sebastião. Para tanto, a pesquisa desenvolveu-se em três vertentes: legislação, literatura e entrevistas. O estudo apontou que a estrutura estudada contribuía apenas com informações para os órgãos de segurança da cidade, sem, contudo, participar decisoriamente das decisões tomadas pelos segmentos. Espera-se, assim, contribuir-se com a produção de conhecimento quando o assunto é a parceria entre o Estado e a Sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: CONSEG, Polícia Comunitária, Segurança Pública.

ABSTRACT

This work aimed to check the impact of the Safety Community Committee (CONSEG) in the planning of the Federal District Security agencies of São Sebastião neighborhood. Therefore, the research was developed through: legislation, doctrine and interviews. The study revealed that the CONSEG provided just some information to the security agencies, without taking part in their decision process. Then, it is expected that this work is able to foster more knowledge regarding the partnership between the society and the government.

KEY WORK: CONSEG, Community Policing, Public Safety.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa verificar o impacto das atividades do Conselho Comunitário de Segurança de São Sebastião (CONSEG/São Sebastião) nas ações de planejamento das unidades dos segmentos do Sistema de Segurança Pública no Distrito Federal que atuam naquela cidade. O modelo de

⁵ Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília. Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar de Brasília. Pós-graduado, lato sensu, em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade de Brasília. Pós Graduado, lato sensu, em Segurança Pública e Direitos Humanos pela UNEURO/SENASP. Pós-graduado, lato sensu, em Gestão de Segurança Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais da PMDF. isangelodf@yahoo.com.br

polícia tradicional baseia-se na dicotomia polícia versus marginalidade. Nessa perspectiva, o policial é eficiente quando responde prontamente às chamadas de emergência e efetua a prisão de delinquentes.

Historicamente, a polícia brasileira vem concentrando em si tanto o planejamento quanto a execução de planos de enfrentamento da criminalidade. Ocorre que a comunidade não encontra lugar nessa equação. Em face disso, os CONSEGs possuem extrema importância ao promoverem a mediação entre o Estado e a sociedade na busca de soluções para as demandas comunitárias que possam ter reflexo no combate à violência.

Assim, alguns questionamentos emergem: as reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança têm surtido efeito, no sentido de fomentar a parceria entre Estado e sociedade a ponto de a última influir nas ações de planejamento daquele no que tange a segurança pública? Qual é o delineamento legal dos CONSEGs? Como os conselhos se estruturam? E por fim, as demandas havidas nas reuniões do CONSEG/São Sebastião têm de fato chegado aos órgãos do Sistema de Segurança que atuam naquela cidade e impactado nas ações de planejamento de seus órgãos?

Dessa forma, a pesquisa desenvolveu-se em três vertentes: legislação, literatura e entrevistas, a fim de encontrar resposta que satisfaçam as questões anotadas. Por fim, almeja-se a contribuição para outros estudos que venham tocar o tema.

POLÍCIA COMUNITÁRIA COMO PARADIGMA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Coroando o processo de redemocratização no país, a promulgação da Constituição Federal (1988), alcunhada “Constituição Cidadã”, impôs mudanças organizacionais significativas em todo o aparelho estatal. Nessa mesma esteira, tornou-se mister que as agências integrantes do Sistema de Segurança Pública passassem por um profundo reposicionamento institucional (SAPORI, 2007).

Destarte, ao mesmo tempo em que os aparelhos policiais brasileiros necessitaram se adaptar a abertura político-democrática de ordem interna, também precisaram se coadunar com a reforma do modelo de polícia tradicional, até então, calcada no trinômio homem-rádio-viatura, na maioria dos países (ZAVATARO, 2009). É justamente nesse cenário, em que a sensação de insegurança passou a por em risco a confiança da sociedade nas instituições democráticas, que o conceito de polícia comunitária se populariza no cenário internacional. Em Trajanowics e Bucqueroux (1999), encontra-se uma definição clássica para o termo:

O policiamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como: crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1999).

Note-se que dois adjetivos necessariamente acompanham a expressão “polícia comunitária”, quais sejam: filosofia e estratégia. O primeiro diz respeito à mudança na forma de se pensar a prática policial; o segundo consiste na reorientação da atuação das agências policiais. Todavia, ambos qualificadores se traduzem em ações focadas na proximidade com os cidadãos, na prevenção e na resolução de desordens, delitos e violência. Contudo, não há que se falar em ruptura com o passado, mas sim em evolução na forma de se pensar e de se fazer polícia (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1999).

Por outro lado, a comunidade também precisa se harmonizar com as mudanças pelas quais passam a polícia, que deve obter não apenas seu apoio, mas, acima de tudo, sua participação (TROJANOVICZ, e BUCQUEROUX, 1999). Por isso, torna-se recomendável que cidadãos ordinários participem, inclusive em conjunto com agentes públicos, de palestras, seminários, fóruns e cursos correlatos a sensibilização para a relevância da polícia comunitária. Tal convivência harmônica permitirá ao cidadão comum enxergar os profissionais de polícia em sua essência (BAYLEY, 2002).

Do exposto, permite-se inferir que a polícia comunitária, mesmo não sendo a panacéia para a solução de todos os problemas correlatos a segurança pública no país, pode contribuir para a consolidação do processo democrático brasileiro. O país, assim, poderia seguir em sintonia com as melhores práticas policiais levadas a efeitos por Estados democráticos (SANTANDER, 2008) calcados no respeito, proteção e promoção dos Direitos Humanos.

RELEVÂNCIA DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA PARA A POLÍCIA COMUNITÁRIA NO DISTRITO FEDERAL

A resistência em compartilhar ou delegar às comunidades e aos cidadãos qualquer medida de controle da Segurança Pública, consiste num traço comum a todos os governos. Em regra, a preservação da ordem pública é entregue a profissionais (à polícia) (OSBONE e GAEBLER, 1994). A polícia comunitária se apresenta como alternativa a esse voo solo por parte do Estado, buscando empoderar às pessoas para exercerem a necessária influência nas decisões relativas aos serviços que lhe são fornecidos em suas comunidades. Isso também significa permitir ao policial operacional a liberdade necessária para ser criativo e tomar decisões relevantes (TROJANOVICZ e BUCQUEROUX, 1999).

Dessa forma, visando suplantando a centralização político-administrativa e operacional estatal, a exemplo do que aconteceu em outros países, no início da década de 1980, em diversas partes do Brasil, emergiram espaços locais de discussão em torno dos percalços de Segurança Pública. Assim, deu-se a gênese de um novo paradigma no enfrentamento da violência: os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS) (ZAVATARO, 2009).

O advento dos CONSEGS, verdadeiros “canais democráticos de representação, reivindicação e identidade social” (ÁVILA, 2008), vem ao encontro da proposta de Trajanowics e Bouqueroux (1999)

consoante à articulação entre parceiros necessários ao sucesso da polícia comunitária. Nesse cenário, permite-se aos conselhos comunitários de segurança constituir o principal fórum de reunião para os seis grandes indicados pelos autores em epígrafe, quais sejam: departamento de polícia, comunidade, autoridades civis eleitas, comunidades de negócios, mídia e outras instituições (justiça, serviços, clubes, etc.).

Acrescente-se que são contribuições dos CONSEGS: a) a promoção da aproximação da polícia, e demais aparelhos estatais, com a sociedade a que serve; e b) o desenvolvimento de parcerias entre o Estado e a sociedade (TULCHIN e RUTHENBURG, 2006.). Segundo Vicente, os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS) figuraram como verdadeiro caso de sucesso para o êxito da polícia comunitária no Distrito Federal. Fato reconhecido tanto por policiais quanto pela sociedade (VICENTE, 2007).

Contudo, vale se alertar quanto a alguns desvios que podem comprometer a trajetória de sucesso dos Conselhos Comunitários de Segurança: a) ausência de lideranças e baixa participação da comunidade nos conselhos (SILVEIRA, 2007); b) alocação de investimentos privados para a manutenção e custeio das polícias, seja no que tange aos consertos e manutenção de viaturas policiais, seja no que tocante à manutenção de unidades policiais e de materiais de expediente (ZAVATARO, 2009); c) diálogo pouco produtivo entre os parceiros integrantes do CONSEG, que passa a figurar como um fórum de reclamações e levantamento de demandas em detrimento da busca de soluções coletivas para problemas da comunidade (FRUHLING, 2006); d) a alteração na dinâmica de poder dentro da comunidade, onde integrantes do Conselho podem se entregar a aventuras políticas, o que pode despertar resistências por parte do “*status quo*” (TROJANOVICZ e BUCQUEROUX, 1999); e) dentre outras.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo empregou métodos qualitativos, conduzidos sob a perspectiva interpretativa (KAPLAN e DUCHON, 1998). No transcurso dos trabalhos, buscou-se extrair resultados como opiniões, atitudes, e percepções dos dirigentes de unidades operacionais do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal sediadas em São Sebastião, por serem esses os legítimos representantes de seus órgãos, possuidores de assento junto ao CONSEG daquela cidade.

A pesquisa utilizou-se de conteúdo descritivo, onde se objetivou a descrição do impacto das atividades do CONSEG de São Sebastião nas ações de planejamento dos aparelhos estatais aludidos. Para o alcance de tais fins, utilizaram-se análise documental e estudo de caso (VERGARA, 2000). A primeira deu-se em sede de apropriação cognitiva de manuais, normas, relatórios e correspondências oficiais diversas; o segundo, ponto de partida para a pesquisa qualitativa, significou a análise do objeto de estudo.

SUJEITOS DO ESTUDO

Pesquisou-se o Conselho Comunitário de Segurança da 14ª Região Administrativa do Distrito Federal. Trata-se de entidade de natureza privada de interesse público, que conta com uma diretoria eleita pela comunidade, membros governamentais efetivos e membros colaboradores, esses últimos oriundos da sociedade civil ou de outras agências públicas.

Foram entrevistados, além do presidente do CONSEG local, os servidores de carreira da Segurança Pública do DF que, na ocasião, exerciam a direção da 14ª Companhia de Polícia Militar Independente, da 14ª Companhia Regional de Incêndio e da 30ª Delegacia de Polícia. Três entrevistados eram do sexo masculino e um do sexo feminino. Para fins de exposição dos resultados e análise dos dados, os sujeitos serão identificados, respectivamente, como CCS, CB, PM e PC, caracterizando quatro membros do CONSEG.

PESQUISA DOCUMENTAL

Foram analisados documentos oficiais e legislação referente aos Conselhos Comunitários de Segurança, dentre os quais se encontram: relatório da Prestação de contas do Governador (2009), tópico relacionado às atividades da SUPROC; relatório de reuniões do CONSEG/São Sebastião; sítios da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF e de seus segmentos; e manuais dos cursos internacional e nacional de polícia comunitária da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

COLETA DE DADOS

A coleta de dados se processou por meio de técnicas de entrevista e análise documental. No caso, o instrumento enquadrou-se no modelo abordado por Minayo (1994), com o estabelecimento de conversa, realizada por iniciativa do entrevistador, com o fim de se obter informações pertinentes ao objeto da presente pesquisa.

A entrevista se deu de forma semi-estruturada, onde se buscou combinar perguntas fechadas e abertas (FLICK, 2004). Os entrevistados contaram com a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem prefixação de respostas ou imposição de condições pelo pesquisador. Seguindo encadeamento lógico entre os assuntos, de menor para maior complexidade, o roteiro utilizou-se de onze questões. Ademais, a flexibilidade do roteiro permitiu a adaptação de certas perguntas com o conseqüente aprofundamento de grande parte das respostas (FLICK, 2004).

A pesquisa ocorreu entre os meses de abril de 2008 e janeiro de 2009. As entrevistas, que duraram em média quarenta e cinco minutos, foram precedidas de sistemático levantamento documental e revisão da literatura correlata às teorias fundamentais da filosofia de polícia comunitária.

ROTEIRO DOS TÓPICOS OBSERVADOS NOS DOCUMENTOS

Para análise dos documentos, procurou-se observar os seguintes tópicos: a) Natureza jurídica dos CONSEGs do Distrito Federal; b) Composição dos CONSEGs; c) Principais demandas levantadas nas reuniões dos CONSEGs; d) Contornos da Polícia Comunitária no Distrito Federal; e) Perfil socioeconômico da população de São Sebastião; f) Dados estatísticos consoantes à criminalidade geral e atuação das agências de Segurança Pública em São Sebastião; e g) outros.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Preliminarmente, aos participantes foi solicitada a gravação das entrevistas que, a despeito de absorver considerável tempo e energia (FLICK, 2004), foram transcritas com máxima fidelidade. O roteiro de entrevista orientou-se por tópicos básicos, tais quais: a) avaliação e indicadores de desempenho do CONSEG estudado; b) estágio do CONSEG; c) comparação do CONSEG local, com outros CONSEGs; d) risco a continuidade do CONSEG; e) impacto do CONSEG nas ações de planejamento dos segmentos de segurança pública; f) articulação desses segmentos em torno das demandas havidas nas reuniões do CONSEG; e por fim; g) desafios e perspectivas do CONSEG.

ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados coletados no decorrer da investigação ancorou-se: a) na busca de compreensão desses dados, b) no teste dos pressupostos; c) no alcance de repostas as indagações formuladas nos primórdios da pesquisa; e d) no intento de ampliação do conhecimento do assunto pesquisado. Para tanto, deu-se a transcrição das gravações das entrevistas e o estabelecimento de categoria de análise de conteúdo; seguido da releitura e organização de todo o material coletado.

Ressalte-se que, em pesquisas qualitativas, as categorias se relacionam entre si de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos. Assim, constituem substrato de massas maiores de dados que foram quebradas em unidades menores e, em seguida, reagrupadas (BRADLEY, 1993).

Dessa forma, a partir da técnica análise de conteúdo, o produto das entrevistas realizadas no transcurso da pesquisa foi agrupado nas famílias de código (categorias) (FLICK, 2004). Por fim, as entrevistas foram confrontadas com os dados havidos na pesquisa documental e com o referencial teórico, sempre tendo em perspectiva as percepções dos entrevistados.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

São Sebastião

São Sebastião, criada pela Lei Distrital nº 705 de 10/05/1994, integra a 14ª região administrativa do Distrito Federal. Segundo a CODEPLAN, a época da pesquisa (2008), a população urbana da cidade era de 64.322 habitantes, tendo uma área territorial de 383,71 Km², sendo a área rural de 379,15 Km² e a área urbana de 4,56 Km². A cidade situa-se a 26 km da estação rodoviária de Brasília. A população urbana da RA constituía 0,9% da população do Distrito Federal. Na região localiza-se a Penitenciária da Papuda (GDF, 2006).

As famílias da região, em sua maior parcela (90,3%), pertenciam às classes C, D e E. Por sua vez, a população urbana de São Sebastião era dotada de infraestrutura básica em quase sua totalidade, contudo, havia ainda algumas quadras sem infraestrutura, com acesso precário aos serviços de saúde, educação, lazer e espaços culturais na cidade. Essa situação se agravava pelo fato de 50% da população da cidade ser constituída por indivíduos com idade inferior a 25 anos de idade.

Alguns dados estatísticos consoantes à criminalidade e atuação dos segmentos de Segurança Pública em São Sebastião.

No relatório estatístico de 2008, consta-se que a PMDF registrou 86.130 (oitenta e seis mil e cento e trinta) ocorrências no Distrito Federal naquele ano. Desses, 1.880 (um mil oitocentos e oitenta) deram-se na Região Administrativa de São Sebastião. Ou seja, a cidade ocupou 2,18% da demanda formalizada da corporação naquele ano.

O mesmo documento informou que no primeiro semestre de 2008, a PMDF realizou 116 (cento e dezesseis) operações de combate a roubo em transporte coletivo de passageiros, desse quantitativo, apenas uma operação se deu na cidade de São Sebastião. A mesma realidade se verifica quanto às 544 (quinhentos e quarenta e quatro) operações levadas a efeito pela instituição contra roubos a postos de combustíveis, apenas uma dessas operações ocorreu na cidade em estudo.

Ao seu turno, estatísticas da Polícia Civil revelam que em números absolutos, São Sebastião contou com a redução no número de homicídios de 10 (dez) em 2007, para 06 (seis) em 2008. Desses

crimes, quatro foram cometidos por adultos e dois por menores de dezoito anos. Já, roubos a comércio e residências também são crimes que se mostraram mais comuns, com média mensal, em 2007, em 6,4.

Seguindo com dados divulgados pela PCDF, chamava a atenção em São Sebastião, o número de armas de fogo retiradas de circulação, 380 (trezentos e oitenta), em 2006, e 393 (trezentos e noventa e três), em 2007. “No período entre janeiro e dezembro de 2007, destaca-se o dia de domingo com 699 registros. A faixa horária compreendida entre 18h00 e 23h59 era a de maior incidência, com 1.371 ocorrências.”

Por fim, quanto ao registro de ocorrências policiais envolvendo adolescentes, no ano de 2008, em São Sebastião, tem-se que em 309 (trezentos e nove) menores figuram como infratores, em 305 (trezentos e cinco), na condição de vítimas e em 55 (cinquenta e cinco) registros participaram de outras formas. Na perspectiva do Distrito Federal, respectivamente os números são: 7421 (sete mil quatrocentos e vinte e um), 9150 (nove mil cento e cinquenta) e 1318 (um mil trezentos e dezoito).

Quando se observam os dados estatísticos concernentes a ocorrências registradas pelo CBMDF, a cidade de São Sebastião não aparecia entre as cinco cidades de maior demanda em nenhum dos principais códigos de atendimento (ferimento por arma branca ou de fogo, acidente automobilístico, desabamento e incêndios).

Por último, o relatório anual da SUPROC, no tópico que trata especificamente das demandas do CONSEG de São Sebastião, quantificava quarenta e quatro solicitações advindas da comunidade local. Dentre essas, 26 (vinte e seis) versavam sobre a necessidade de maior presença do Estado, seja por meio da intensificação do policiamento ostensivo e construção de postos comunitários, seja por intermédio da atuação do Conselho Tutelar ou da Vara da Infância e da Juventude. O restante dos registros se dividia entre elogios e críticas à atuação policial, denúncias de tráfico de drogas, ausência de sinalização e operações de trânsito, dentre outros.

Aspectos legais e estruturais do CONSEG de São Sebastião

A época do estudo, os CONSEGS do Distrito Federal eram regulamentados pelo Decreto Distrital N.º 28.495, de 04 de dezembro de 2007. Os CONSEG urbanos eram compostos por: a) diretoria eleita pela comunidade; b) membros governamentais efetivos e; c) membros colaboradores. Em regra, são membros governamentais efetivos dos CONSEGS: Administrador Regional, Delegado-Chefe da Delegacia de Polícia da circunscrição, Comandante da Unidade Policial Militar da respectiva Região Administrativa, Comandante da Unidade Bombeiro-Militar, representante do Departamento de Estradas de Rodagem ou do DETRAN-DF, e Subsecretário da Subsecretaria de Programas Comunitários da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Associações de moradores, clubes sociais, etc., figuravam como membros colaboradores.

O CONSEG/São Sebastião se reunia mensalmente em reuniões ordinárias, e em intervalo de tempo menor em caráter extraordinário, buscando: a) obtenção de subsídios da sociedade para aperfeiçoar a atuação das agências do Estado, no que toca à segurança pública; b) reunir lideranças locais e autoridades na busca de melhorias na qualidade de vida da população e aperfeiçoamento da prestação de serviços por parte do Estado; c) promover a mobilização comunitária com vistas à resolução de problemas comuns a todos; d) promover eventos que ampliem a percepção de riscos por parte da comunidade; e) levar demandas oriundas da comunidade às autoridades governamentais; e f) auxiliar agências estatais na resolução de problemas da comunidade.

Assim, permite-se inferir que, no DF, ao menos em face de sua norma reguladora, os CONSEGS catalisam o processo de *accountability* por parte das agências de segurança pública, ampliando a interação dessas instituições com a comunidade e promovendo uma cultura de transparência entre ambas (TULCHIN e RUTHENBURG, 2006). Porém, percebeu-se certo desconforto dos entrevistados quanto à ausência de *feedbacks* por parte do próprio CONSEG. No mesmo diapasão, restou evidente a percepção uníssona dos entrevistados quanto à ausência de instrumentos formais de avaliação das atividades do CONSEG.

As Administrações Regionais eram tributárias de instalações físicas, material de informática e de expediente para as atividades dos CONSEG (artigo 56, Decreto 28.495 DF). Nesse mesmo sentido, os demais órgãos que compunham os conselhos possuíam a incumbência de apoiar seus integrantes, oriundos da comunidade, com transporte e outros recursos. A SUPROC, por exemplo, disponibilizava uma viatura, por quatro horas semanais, sempre que solicitada, a fim de que as diretorias de CONSEGS menos autossuficientes pudessem desempenhar suas atividades.

Particularmente, em São Sebastião, observou-se que a Administração Regional fornecia instalações e equipamentos para o funcionamento do Conselho, entretanto, esse careceria de materiais de expediente e recursos específicos para ações de mobilização da comunidade.

Contudo, se o CONSEG/São Sebastião não dispunha de todos os recursos logísticos para o pleno desempenho de suas funções, o mesmo não se pode dizer do respaldo que recebia da comunidade dado seu sucesso quanto à mobilização comunitária. Tal afirmação encontrou ressonância no discurso de todos os entrevistados, quando se tratou do estágio de institucionalização do conselho.

A despeito desse quadro favorável, saliente-se que quando se perguntou aos entrevistados a respeito dos riscos aos quais o CONSEG encontra-se submetido, foram citados: a) apropriação do conselho por uma diretoria com fins pessoais (políticos); b) alta rotatividade dos membros governamentais; c) ingerências políticas; d) desilusão e desestímulo por parte das pessoas que estão à frente do conselho.

Impacto do CONSEG nas ações de planejamento dos segmentos de segurança pública em São Sebastião.

Na perspectiva de uma gestão comunitária de segurança pública (DANTAS, 2009), o CONSEG deve oportunizar a população a possibilidade de exercer influência nas decisões relativas aos serviços que lhe são fornecidos. Na prática, tal parceria decisória deve ocorrer já nas ações de planejamento dos segmentos, deve primar pela articulação entre as agências estatais e pela interação com a comunidade. Na seqüência, o CONSEG deve participar do monitoramento da execução do plano e da aferição dos resultados esperados. Contudo, não obstante revelarem relativa parceria entre os órgãos do CONSEG, as entrevistas apontaram que isso se dava muito mais por conta do cotidiano das instituições do que devido a articulações havidas no âmbito do conselho.

Por outro lado, ainda que com reservas por parte de dois dirigentes, concernentes à ingerência nas ações operacionais e ao grau de participação, a análise das entrevistas revelou total consonância quanto ao impacto do CONSEG/Sebastião nas ações globais de planejamento dos segmentos de Segurança Pública com assento no conselho.

(...) eu creio que sim, no planejamento de segurança pública regional eu posso dizer que sim. Creio que sim porque a maioria das decisões que são feitas pelos comandos e pelo delegado a maioria são centradas na própria reunião (...). (Entrevistado CCS)

(...) tem impacto sim, é principalmente pra polícia militar e pra polícia civil que o serviço é mais atuante (...) (Entrevistado CB)

Olha, às vezes tem seu impacto positivo e às vezes tem o impacto negativo. O impacto positivo é que aproxima a comunidade... é o elo de ligação entre a polícia, propriamente dita, como órgão de segurança e a comunidade. (...) tem os problemas operacionais e administrativos que na minha opinião fica difícil... eles tem que entender isso, né? (Entrevistado PM).

Ainda pequena, ainda pequena, mas eles merecem crédito, merecem confiança, porque acredito que no futuro haverá uma contribuição bem maior do que a que vem sendo dada hoje, mas ainda é pequena. (Entrevistado PC)

Quando se buscou captar a percepção dos entrevistados quanto à influência do CONSEG para as atividades desenvolvidas pelas unidades, com exceção à 14ª CPMInd, que contou com todas as respostas afirmativas, 14ª CRI e 30ª DP não alcançaram unanimidade. Dentre as justificativas para tal, os entrevistados citaram a natureza dos serviços prestados pelas instituições e a qualidade das informações levantadas no CONSEG.

Portanto, observa-se que a despeito de todo o arsenal à disposição do CONSEG para o enfrentamento dos problemas vivenciados pela comunidade de São Sebastião, o conselho não usava todos os recursos que lhe estavam disponíveis. Assim, em verdade, o conselho atuava como instância de levantamento de insumos para as ações das unidades policiais e do Corpo de Bombeiros, bem próximo

das estratégias empregadas pelo programa dos países anglo-saxões como o *neighborhood watch* (FRÜHLING, 2003).

Resta evidente a influência que a entidade exercia sob as decisões dos segmentos de segurança pública, ainda que isso ocorra apenas em sede de atendimento de determinadas demandas havidas em reuniões. Entretanto, o impacto da participação do CONSEG nas ações de planejamento de segurança pública em São Sebastião, limitava-se a identificação de problemas vivenciados pela comunidade. A pesquisa revelou que não havia a efetiva participação do conselho no planejamento dos órgãos, seja no âmbito individual das unidades, seja quando essas estabelecem estratégias de ações conjuntas.

RECOMENDAÇÕES

Em função dos resultados do trabalho, consoante as atividades do Conselho Comunitário de Segurança de São Sebastião, recomendam-se:

- a) a intensificação da participação da comunidade nas atividades do CONSEG, inclusive, com a ampliação da representatividade da sociedade, com o envolvimento de associações de moradores, comunidade de negócios, grupos religiosos, diferentes faixas etárias e classes econômicas, dentre outros;
- b) o desenvolvimento de estratégias a fim de que o CONSEG alcance alto suficiência em termos logísticos;
- c) a construção de instrumentos que permitam um *feedback* recíproco entre a comunidade e os órgãos governamentais integrantes do CONSEG; e
- d) a participação efetiva do CONSEG no planejamento dos órgãos de Segurança Pública que atuam na cidade, tanto em sede de operações articuladas entre esses, quanto na realidade individual das unidades, com vistas ao desenvolvimento de uma efetiva parceria decisória entre a comunidade e os órgãos responsáveis por sua segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi discutido ao longo do trabalho, é possível inferir acerca do tema que:

- a) a polícia comunitária, filosofia e estratégia, figura como novo paradigma de segurança pública no Brasil, buscando aproximar polícia e comunidade, vai ao encontro das correntes democráticas potencializadas pelo processo de abertura política vivenciado no país desde a década de 1980;
- b) os Conselhos Comunitários de Segurança emergem como importante ferramenta de mediação entre a comunidade e as instituições responsáveis por sua segurança. Essa realidade também é vivenciada no Distrito Federal e, em particular, na cidade de São Sebastião;

- c) São Sebastião integra o conjunto de Regiões Administrativas do Distrito Federal. A época da pesquisa, a cidade contava com relativa infraestrutura básica, mas enfrentava demanda reprimida em termos de serviços públicos de saúde, educação, esporte e lazer. Quando o tema é segurança pública, a pesar de não possuir índices alarmantes de criminalidade, a população se ressentia da carência de maior presença de agentes públicos e aparelhos de segurança;
- d) os resultados da pesquisa apontam no sentido de que o CONSEG/São mostrou-se reconhecido por sua capacidade de promover mobilização comunitária e influir nas decisões dos segmentos de segurança pública com sede operacional na cidade. Entretanto, essa entidade não lograva êxito na participação efetiva das ações de planejamento daquelas agências. O conselho figurava apenas como um fórum de levantamento de insumos para as ações das unidades policiais e do Corpo de Bombeiros da cidade;
- e) para suplantar o desafio de figurar simplesmente como fórum de levantamento de demandas da comunidade em face dos serviços do Estado, o CONSEG/São Sebastião necessitava ampliar a representatividade da comunidade local em seu seio (comerciantes, entidades da sociedade civil organizada, diversificação de faixas estarias, etc.) e desenvolver estratégias de parceria decisória com os órgãos de Segurança Pública que atuam na região;
- f) neste trabalho, utilizou-se entrevista em profundidade, com uma amostra limitada composta por quatro membros relevantes do CONSEG/São Sebastião. Para trabalhos futuros, sugere-se a ampliação do tamanho da amostra. Igualmente, recomendam-se entrevistas com membros da comunidade que sejam frequentadores assíduos das reuniões do CONSEG. Finalmente, sugere-se a replicação da pesquisa relatada, em outras regiões administrativas do Distrito Federal, para fins de comparação dos resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Carlos Frederico Domínguez (2008). *Democracia e novas formas de socialibilidade no Brasil: in dúbio pro democracia*. In SANTANDER, Carlos Ugo; ÁVILA, Carlos Dominguez; DUARTE; Aldira Guimarães (Orgs.). *Estudos Sobre Direitos Humanos Sociedade e Democracia*. São Paulo: CMDH.

BRADLEY, Jana (1993). Methodological issues and practices in qualitative research. *Library Quarterly*, v. 63, n. 4, p. 431-449.

CODEPLAN (2006). *Síntese de informações sócio-econômicas do Distrito Federal*. CODEPLAN. Disponível para acesso em <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000005.pdf>. Acessado em 07 de mar. de 2009.

DANTAS, George Felipe de Lima. (2009). *Em busca de um modelo de gestão da segurança pública: policiamento comunitário*. Disponível para acesso em <http://www.upis.br/nusp/downloads/nusp10.pdf>. Acessado em 14 de mar. de 2009.

DANTAS, George Felipe de Lima; BRITO, Carlos Eugênio Timo, LUIZ, Carlos Magalhães (2009). *Janelas quebradas: uma interpretação brasileira*. Disponível para acesso em http://www.fenapef.org.br/htm/docs/070809_BW-Texto-final%20.doc. Acessado em 19 de mar. de 2009.

FLICK, Uwe (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman.

FRÜHLING, Hugo (2006). *The Impact of Community Policing and Police Reform in Latin America*. in TULCHIN, Joseph; RUTHENBURG, Meg (org.) *Toward a Society under law: citizens and their police in Latin America*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press; The Johns Hopkins University Press. Baltimore, Maryland.

FRÜHLING, Hugo (2003). *Policía Comunitaria y Reforma Policial en América Latina: cuál es el impacto?* Santiago: Centro de Estudios en Seguridad Ciudadana. Instituto de Asuntos Públicos: Universidad de Chile.

FRÜHLING, Hugo (2003). *Police and Society in transitional countries: the case of Latin America*. In LINDHOLT, Lone at al. (Org.). *Human Rights and the police in transitional countries*. Hillerod: Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

KAPLAN, B.; DUCHON, D (1988). *Combining qualitative and quantitative methods in information systems research. A case study*. MIS Quarterly.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

OSBONE, David; GAEBLER, Ted (1994). *Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor Público*. Brasília: ENAP - MH Comunicação.

PMDf. Disponível para acesso em http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=estrutura_operacional. Acessado em 21 de fevereiro de 2009.

SANTANDER, Carlos Ugo (2008). *A sociedade civil nos processos de transição política em Brasil e Peru: cronologia e comparação*. In SANTANDER, Carlos Ugo; ÁVILA, Carlos Dominguez; DUARTE; Aldira Guimarães (Orgs.). *Estudos Sobre Direitos Humanos Sociedade e Democracia*. São Paulo: CMDH.

SAPORI, Luís Flávio (2007). *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. FGV Editora.

SENASP (2006). *Curso Nacional de Polícia Comunitária*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

SENASP (2008). *Manual do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Sistema Koban*. São Paulo: PMESP.

SENASP (2002). *Policiamento Comunitário: experiências no Brasil 2000-2002*. São Paulo: Página Viva.

SSPDF (2008). *Relatório Anual da Subsecretaria de Programas Comunitários*. Brasília, 2008.

SSPDF (2009). Disponível para acesso em <http://www.ssp.df.gov.br>. Acessado em 21 de fevereiro de 2009.

TROJANOWICZ, Robert.; BUCQUEROUX, Bonnie (1999). *Policiamento Comunitário: como começar*. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

TULCHIN, Joseph; RUTHENBURG, Meg (2006). *Toward a Society under law: citizens and their police in Latin America*. Washington, D.C : Woodrow Wilson Center Press. The Johns Hopkins University Press; Baltimore, Maryland.

VERGARA, Sylvia (2000). *C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 3.ed. São Paulo: Atlas.

VICENTE, Victor Manoel Barbosa (2007). *A institucionalização da atividade de segurança comunitária na Polícia Militar do Distrito Federal*. Dissertação. Brasília: Universidade de Brasília, Brasília.

ZAVATARO, Bruno (2006). *Democracia nos conselhos comunitários de segurança de Curitiba: uma nova gestão de Segurança Pública?* Monografia. Curitiba: UFPR.

IMPACTOS DA AMBIVALÊNCIA FUNCIONAL DOS SARGENTOS E SUBTENENTES NAS RELAÇÕES ORGANIZACIONAIS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Layla Maria de Sousa Santos⁶

RESUMO

As Polícias Militares tem estrutura hierarquizada, dividida basicamente entre Oficiais e Praças. Existe distinção entre funções dentro de um mesmo quadro, assim Sargentos e Subtenentes são responsáveis por fiscalizar as atividades de Soldados e Cabos, independente de serem todos Praças. Essa característica enseja dúvidas sobre a efetividade das funções de fiscalização, analogamente ao que ocorreu com os capitães do mato dentro da estrutura social escravocrata. Esses homens provocavam desconfiança dos senhores em virtude da sua proximidade social e étnica com os seus vigiados e eram mal vistos pelos escravos por terem “traído” suas origens e servirem aos interesses da elite social. Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa descritiva realizada por meio de aplicação de questionários a Soldados, Cabos, Sargentos, Subtenentes e Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. O objetivo é compreender os impactos acarretados pela ambiguidade funcional dos Sargentos e Subtenentes nas relações organizacionais da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar do Distrito Federal; Segurança Pública; Ambivalência funcional; Relações organizacionais.

ABSTRACT

Military Police Forces have a hierarchical structure divided into two careers: Officers and Enlisted Men. There are different tasks within the same career, so Sergeants and Sublieutenants are responsible for supervising Soldiers and Corporals, although they are in the same career. This feature is a source of doubts about the effectivity of supervision functions, much like what occurs with bush captains during slavery. Those men generated mistrust of the former slave-owners because they were freed slaves just like the ones they had to monitor. On the other hand, the slaves felt they had been betrayed by bush captains. Therefore, this article presents the results of descriptive research developed through application of questionnaires to Soldiers, Corporals, Sergeants, Sublieutenant and Officers of the Federal District Military Police. The aim is to understand how the Sergeants and Sublieutenants functional ambiguity impacts on organizational relationships in the institution.

KEYWORDS: Federal District Military Police; Public Security; Functional Ambivalence; Organizational Relationships.

⁶Oficial da Polícia Militar do Distrito Federal. Especialista em Segurança Pública e Cidadania e em Gestão Pública pela Universidade de Brasília, com MBA em Gestão de Pessoas pela Fundação Universa.
Email: laylamssantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A estrutura organizacional da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), fundamentada na hierarquia, é baseada na divisão dos militares por postos e graduações e é permeada pelas relações interpessoais nas quais um detém o controle sobre o outro, devendo, portanto, fiscalizá-lo. Assim como em algumas empresas e outras corporações, na PMDF, a nomenclatura dos cargos (ou dos postos e graduações, neste caso) precede as funções executadas e até mesmo os requisitos formais necessários para ocupá-los. A estrutura de cargos está dividida, basicamente, em um quadro de Praças e outro de Oficiais. Essa diferença de quadros provoca tensão entre comandados e comandantes, “oprimidos e opressores”, comum também em outras organizações.

Os Sargentos e Subtenentes são, por força normativa, responsáveis por fiscalizar a execução das tarefas realizadas pelos Cabos e Soldados, ou seja, mesmo fazendo parte do mesmo quadro (o de praças) há a diferenciação das tarefas e a relação entre as diferentes graduações é marcada pela hierarquia. Dessa relação decorre a essência controversa das atribuições dos Sargentos e Subtenentes, que são responsáveis por fiscalizar colegas de quadro. Assim sendo, Sargentos e Subtenentes das Corporações Militares estão em uma espécie de “limbo” funcional, uma vez que eram executores (Cabos e Soldados) e passaram a ser fiscais após serem promovidos por tempo de serviço.

Este artigo destinou-se a analisar um modesto recorte desse emaranhado de interações funcionais que compõem a PMDF. Por meio de pesquisa de campo aliada a alicerces teóricos e análise documental, buscou-se avaliar os impactos da ambivalência funcional dos Sargentos e Subtenentes nas relações organizacionais dessa instituição.

APANhado HISTÓRICO E CONCEITUAL

Não há apenas uma definição sobre o que é polícia e do que ela se ocupa. Agências policiais existem em praticamente todo o mundo, mas cada sociedade tem seu modelo de policiamento. Neste ponto, há que se fazer a distinção entre função policial e instituição policial, uma vez que as atribuições de polícia não recaem somente sobre instituições policiais. Exemplos disso são os órgãos de fiscalização, como é o caso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária⁷ (ANVISA). A função policial existe desde as sociedades mais primitivas, mas nem sempre foi executada por uma agência policial. Segundo Reiner (2004), as atribuições policiais passaram a ser mais evidentes a partir da chamada divisão social do trabalho⁸, no entanto, instituições policiais estruturadas especificamente para a execução do policiamento só passaram a existir com a centralização político-administrativa, ou seja, o surgimento do Estado-

⁷ A ANVISA tem poder de polícia uma vez que exerce função reguladora e fiscalizadora de direitos individuais e coletivos com o objetivo final de promoção de saúde e qualidade de vida da sociedade.

⁸ Para saber mais, ler Durkeim (2004). O autor examina as funções existentes no seio da sociedade e as define como mecanismo de coesão social.

Nação⁹. A fórmula institucional experimentada no século XIX se consagra a ponto de, ao fim dos anos 1800, quase todos os países já contarem com ao menos uma instituição policial. A partir do século XX, a discussão se voltou para o tema da modernização das polícias.

Bayley (2006, p. 20), conceitua polícia como “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação da força física”. Assim, o uso da força, ou a autorização para usá-la, é característica central da instituição policial, muito embora outros agentes sociais também tenham tal autorização. Bayley (2006) afirma ainda que ser pública, profissional e especializada são as três características essenciais das instituições policiais modernas. O fato de ser pública não se refere somente à autorização coletiva do uso da força, mas fundamentalmente à natureza da agência. Em outros termos, diz respeito a quem financia e gere essa instituição. A profissionalização refere-se à preparação para o desempenho das funções como seleção, treinamento e carreira estruturada. Já a especialização é uma característica relacionada ao controle do comportamento social por meio do uso (mesmo potencial) da força física. Uma polícia não especializada faz muitas outras coisas além de aplicação de coerção física. Frisa-se que raras são forças policiais totalmente especializadas, seja por exercer atividades diversas da coerção, em função da necessidade de se adaptar às demandas sociais; seja por terem um processo de especialização incompleto devido à similaridade com as forças militares de defesa externa, o que é o caso do Brasil.

Historicamente, as Polícias Militares brasileiras tendem a se comportar de forma mimética¹⁰ em relação às Forças Armadas e parte desse processo envolve a assimilação de ritos, manuais e a estruturação administrativa. As primeiras agências policiais brasileiras foram criadas em virtude da vinda da Família Real. Em 1808, foi fundada a Intendência-Geral de Polícia da Corte e, em 1809, a Divisão da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, que são os embriões das instituições conhecidas hoje como Polícia Civil e Polícia Militar, respectivamente.

Após a renúncia de Dom Pedro I, em 1831, devido a pouca idade de seu sucessor, iniciou-se o Período Regencial. Aproveitando o cenário de indefinições políticas, a Guarda Real de Polícia, por duas vezes, se insurgiu contra o a Regência Provisória promovendo saques e gerando insegurança e medo na cidade do Rio de Janeiro¹¹. O levante provocou a criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes e a extinção da Guarda Real de Polícia¹². Em 18 de outubro de 1832, Tenente-Coronel do Exército Luiz

⁹ Definição originada a partir do conceito de “Estado da Razão” concebido pelo Movimento Iluminista. Trata-se de território com fronteiras bem definidas, ocupadas por uma população coesa e por um governo próprio.

¹⁰ Mimetismo organizacional é a tendência das organizações que pertencem ao mesmo campo de tornarem-se semelhantes. Esse comportamento pode ser provocado por três fatores, essencialmente: a coerção, no caso de uma organização ser subordinada à outra; profissionalização, que implica na produção de saberes essenciais ao exercício da função e, portanto, a existência de uma “Escola”; e aspressões políticas de toda ordem.

¹¹ Para saber mais ver Collecção de Leis do Império do Brazil, 1873.

¹² “Em 1866, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes ganhou a denominação Corpo Militar de Polícia da Corte e, em 1920, recebeu a designação de Polícia Militar” (COSTA, 2004, p. 87).

Alves de Lima e Silva¹³ foi nomeado comandante do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, permanecendo na função por oito anos. Essa sequência de acontecimentos foi determinante para a militarização da polícia como forma de controlar e disciplinar seus integrantes (COSTA, 2004). Ainda durante o Segundo Reinado, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes passou a ser empregado com força auxiliar do Exército, utilizando de sua prerrogativa do uso da força tanto externa quando internamente, inclusive em confrontos de grande vulto como foi a Guerra do Paraguai (MUNIZ, 2001).

A partir da Constituição republicana de 1891, o Brasil passou a adotar o modelo federalista descentralizado e os Estados adquiriram mais autonomia, inclusive para adaptarem as suas agências policiais às peculiaridades regionais. Na Era Vargas (1930-1945), a Revolução Constitucional de 1932¹⁴ teve profundo efeito sobre a polícia, uma vez que esse episódio reforçou a ideia de submeter, militarmente, os Estados ao Presidente. Durante o Estado Novo, todo o aparato repressivo, principalmente voltado à dissidência política, foi centralizado no Distrito Federal (ainda no Rio de Janeiro) sob a égide da Polícia Civil do DF que, a partir de 1933, subordinou-se diretamente a Getúlio Vargas (COSTA, 2004). A Constituição Federal de 1934 já definiu as Polícias Militares como forças auxiliares e reservas do Exército e, como resultado dessas mudanças, essas agências policiais passaram progressivamente ao controle do Exército e as Polícias Cíveis, ao do Presidente. Já no período do Governo Militar (1964 – 1985), as Forças Armadas assumiram a repressão política e submeteram ainda mais as Polícias Militares, principalmente com a criação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) em 1967.

O padrão burocrático-militar como modelo administrativo adotado pelas Polícias Militares tem dois pilares: hierarquia e disciplina. A hierarquia é implantada pela divisão dos militares por postos (para Oficiais) e graduações (para Praças). Em que pese a estrutura administrativa e os modelos de formação e especialização dos policiais militares terem sido implementados mimeticamente pautados no militarismo¹⁵, existe uma dinâmica própria nas relações organizacionais estabelecidas entre esses policiais. Isso porque a natureza da atividade exige adaptações, bem como a criação de códigos próprios. No entanto, os policiais militares do DF estão submetidos ao Regulamento Disciplinar do Exército¹⁶.

Assim como maioria das polícias brasileiras, a PMDF obedece à mesma estrutura hierárquica funcional do Exército, com algumas variações (Tabela 1). Os policiais militares chamados de “combatentes”¹⁷ estão divididos em dois quadros: o de Praças e o de Oficiais, por isso, existem duas

¹³ Mais conhecido como Duque de Caxias (ou Marechal de Ferro), ganhou notoriedade por debelar movimentos revolucionários e por comandar os exércitos argentino, brasileiro e uruguaio (Tríplice Aliança) na Guerra do Paraguai. É considerado Patrono do Exército Brasileiro.

¹⁴ A Revolução Constitucional de 1932 foi um dos conflitos armados brasileiros e ocorreu em resposta à Revolução Militar de 1930 que depôs o Presidente eleito Washington Luís e deu início à Era Vargas. A Força Pública de São Paulo, contrária ao governo provisório instituído por Getúlio Vargas, enfrentou o Exército que era apoiado pela Força Militar gaúcha (Brigada) e pela Polícia militar de Minas Gerais.

¹⁵ Muniz (2001, p. 182) explica que “militarismo” é uma palavra inserida no jargão policial, utilizada como uma designação informal da ideologia militar.

¹⁶ Decreto n.º 4.346 de 26 de agosto de 2002, aplicado à PMDF por força do Decreto Distrital n.º 23.317 de 25 de Outubro de 2002.

¹⁷ São considerados policiais militares combatentes os inseridos no Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes (QPPMC). Essa designação os diferencia dos policiais

formas de ingresso na Corporação, ambas por meio de concurso público de nível superior, o que guarda semelhanças com o modelo adotado por grande parte dos órgãos públicos brasileiros, que tem carreiras de técnico e de analista.

Tabela 1

OFICIAIS	POSTOS
	Coronel
	Tenente-Coronel
	Major
	Capitão
	1º Tenente
	2º Tenente
PRAÇAS	GRADUAÇÕES
	Subtenente
	1º Sargento
	2º Sargento
	3º Sargento
	Cabo
Soldado	

Segundo Freire (2009), três paradigmas¹⁸ influenciaram a formulação de leis e políticas de segurança nos últimos cinquenta anos: o da Segurança Nacional, adotado pelo Governo Militar; o da Segurança Pública, prescrito na Constituição Federal de 1988 (CF/88); e o da Segurança Cidadã, abordagem mais moderna da atividade policial com foco no policiamento comunitário¹⁹. A Segurança Nacional está edificada no dever do Estado de neutralizar qualquer ameaça (inimigo externo ou interno) à soberania e aos interesses nacionais. A CF/88 alterou o modelo para a Segurança Pública, voltado para a manutenção da ordem e “combate à criminalidade”. No entanto, o paradigma da Segurança Nacional foi superado apenas formalmente, uma vez que a Constituição incorporou todas as agências estatais, inclusive as policiais, e não promoveu as reformas necessárias ao cenário de mudança (CHOUKR; AMBOS, 2004). Atualmente, muito se discute acerca da Segurança Cidadã, pois o paradigma da Segurança Pública voltado à “guerra contra o crime” tem sido questionado. Segundo Alves e Evanson (2013), essas ações meramente repressivas tem “o efeito de Sísifo²⁰”, uma vez que os policiais conseguem evitar e reprimir crimes, mas não podem estar em todos os lugares ao mesmo tempo e, quando deixam determinado local onde atuaram, invariavelmente os delitos voltam a ocorrer.

militares que ingressaram na Corporação para composição de quadros considerados auxiliares, como é o caso dos médicos, veterinários, capelães e etc. Em suma, policiais militares combatentes são aqueles que foram selecionados e treinados para a execução da atividade-fim: policiamento.

¹⁸ A autora conceitua paradigma como “crenças, valores e conceitos que predominam no governo e na sociedade em determinada localidade e período”, distinguindo da definição de política pública (FREIRE, 2009, p. 102).

¹⁹ Para saber mais, ler Skolnick e Bayley (2006).

²⁰ Segundo a mitologia grega, Sísifo foi castigado por Hermes por ter mentido para Hades, deus das sombras, para voltar ao mundo dos vivos. O castigo foi a condenação a empurrar eternamente uma enorme pedra até o topo de um cume, no entanto, sempre que alcançava o ápice, a pedra rolava e voltava à base do monte e, assim, a tarefa não teria fim.

Há uma dimensão mítica envolvendo a atividade policial, notadamente, em função do arquétipo do herói que enfrenta o bandido. Nas palavras de Bastazin (1998, p.83), o mito integra um “conjunto de fenômenos cujo sentido é difuso, pouco nítido e múltiplo”, assim como é a natureza da atividade policial. Mas não é só no imaginário social que o policial é o profissional que passa os seus dias perseguindo criminosos, envolvido em tiroteios e resgatando vítimas em perigo. Os próprios policiais acreditam que as atividades criminais de grande gravidade são o cerne da sua profissão (MONET, 2001), em que pese a maior parcela das ocorrências atendidas pelas Polícias Militares seja de fatos não criminais ou crimes de baixa lesividade (MUNIZ; SILVA, 2010).

O indivíduo tende a escolher carreiras que, no seu entender, exijam desempenho de tarefas compatíveis com as habilidades que ele reconhece possuir. Compreender o que o profissional faz, qual a sua rotina e a sua dinâmica de trabalho é essencial para identificar se as aptidões individuais são compatíveis com as competências exigidas. No caso dos policiais, percebe-se que isso é uma tarefa difícil, pois o senso comum abraça definições imprecisas sobre o que a polícia faz e a ideia que se tem da atividade não necessariamente condiz com o cotidiano dos policiais.

Em pesquisa realizada no âmbito da PMDF, com soldados recém-ingressos, foi evidenciado que 94% dos participantes do estudo prestaram outros concursos públicos, em diversas áreas, o que pode evidenciar a pretensão de se alcançar a estabilidade oferecida pelo serviço público e não exatamente a vontade específica de ser policial militar (SANTOS, 2012). Conclusão parecida foi apresentada por Rossi (2001) em sua pesquisa com alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), na qual identificou que o principal fator determinante na escolha pela carreira militar é a estabilidade. Os pesquisados “influenciados pelas pressões sociais e flutuações do mercado de trabalho, vinculam demasiadamente a seguridade da carreira militar com as oscilações do mercado” (ROSSI, 2001, p. 108).

“A polícia é uma instituição sem objetivos próprios, que obedece aos definidos pela autoridade política à qual esta subordinada” (MONJARDET, 1996 *apud* RUDNICKI, 2007), isso ocorre, essencialmente, em virtude de não existirem definições claras do que é ou não atribuição da polícia. A polícia pode fazer qualquer coisa que seja possível encaixar na expressão “manutenção da ordem”, que é suficientemente genérica e abrangente para compreender toda sorte de atribuições que a conjuntura sociopolítica demandar.

Mesmo diante da ineficiência de diversas instituições públicas, é sobre os ombros da polícia que recai a cobrança por maior segurança e menos violência. Isso influencia a imagem da instituição e a percepção dos cidadãos em relação à polícia, estigmatizando seus membros. Soma-se a isso o fato de a polícia ser o agente estatal responsável pela aplicação da lei, cerceando direitos e liberdades individuais, o que comumente causa desconfortos e até constrangimentos. A marca infamante que essa profissão carrega está também associada ao fato de ser considerada de pouca importância e baixa complexidade. Para o senso comum, a atividade policial requer baixo grau de instrução formal, pois aplica técnicas e métodos pouco elaborados ou sem refinamento (BITTNER, 2003). Não obstante, as polícias são comumente classificadas como ineficientes, corruptas e abusivas.

A PESQUISA

Foi realizada pesquisa descritiva, do tipo qualitativa-quantitativa, sobre a natureza das atividades de fiscalização executadas pelos Sargentos e Subtenentes da PMDF e os impactos disso nas relações organizacionais. O objetivo foi avaliar as percepções dos participantes da pesquisa acerca do papel funcional dos Sargentos e Subtenentes, considerando três perspectivas diferentes: a dos próprios fiscais (Sargentos/Subtenentes), a dos policiais fiscalizados por eles (Soldados/Cabos) e a dos Oficiais, que são responsáveis por fiscalizar os fiscais. O método utilizado para coleta de dados foi o questionário anônimo, escolhido pela possibilidade de comparação entre as respostas dos três grupos de pesquisados para que os resultados fossem revestidos de maior confiabilidade e legitimidade. Foi necessário fazer algumas adequações na apresentação das questões para os três grupos de respondentes devido às diferentes posições que os participantes da pesquisa ocupam na escala hierárquica da Corporação. Foram aplicados trinta questionários (dez para cada grupo de respondentes) todos considerados válidos para os fins da pesquisa.

A aplicação dos questionários ocorreu no Centro de Altos Estudos e Aperfeiçoamento da Polícia Militar (CAEAp/PMDF), unidade responsável por promover cursos de especialização e aperfeiçoamento para os policiais militares de todos os postos e graduações. Os questionários foram aplicados somente a policiais militares que estão lotados em Unidades Operacionais, ou seja, Batalhões com responsabilidade de executar o policiamento (atividade-fim), visto que é nesse tipo de Unidade que as relações hierárquicas são mais acentuadas e onde Soldados e Cabos são necessariamente fiscalizados por Sargentos e Subtenentes, e esses, por sua vez, são fiscalizados pelos Oficiais.

RESULTADOS

Foram construídos gráficos para representar quantitativamente os dados coletados por meio dos questionários. O parâmetro utilizado foi o número de participantes que concordou ou concordou totalmente com as assertivas apresentadas. Para fins de análise, quando cinco ou mais participantes da pesquisa responderam que concordam ou concordam totalmente com a afirmativa apresentada, considerou-se alto grau de concordância e a mesma regra foi utilizada para definir baixo grau de concordância.

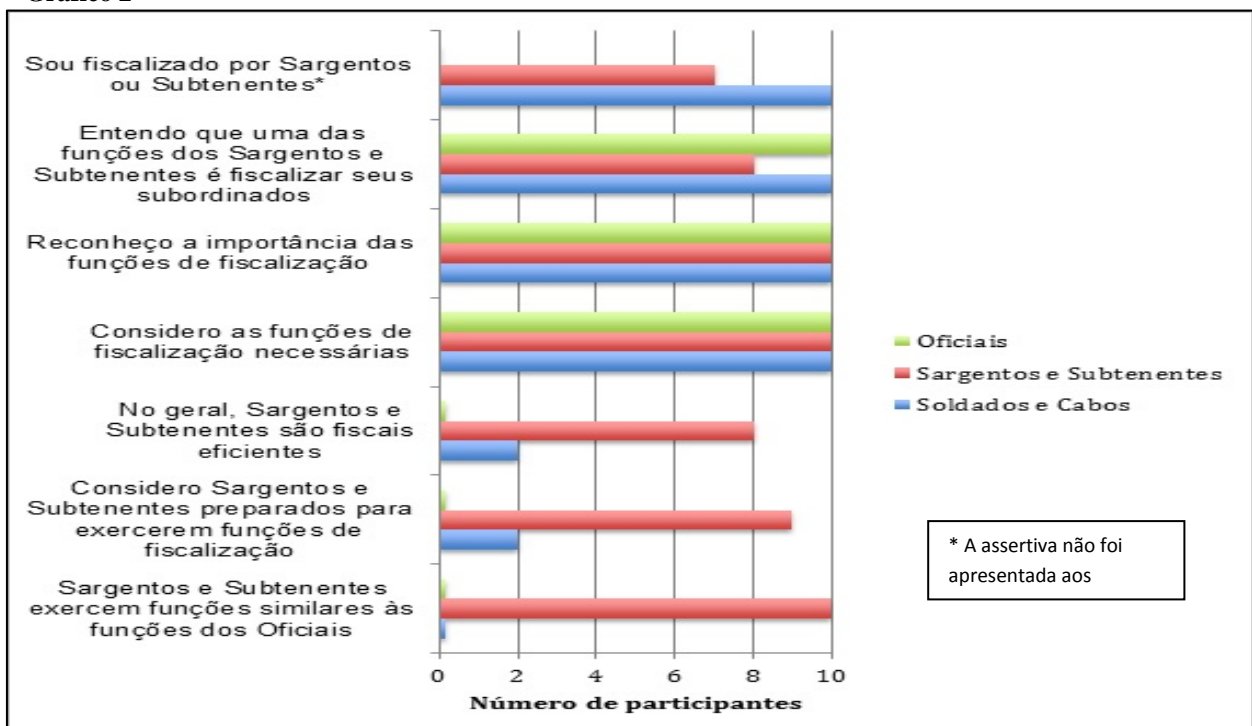
Segundo os dados coletados, os respondentes dos três grupos afirmaram ser vocacionados para a profissão policial militar. Apesar disso, entre os Soldados/ Cabos apenas um concordou ou concordou totalmente com a assertiva “estou satisfeito profissionalmente” e somente três pretendem permanecer na corporação até a inatividade.

Gráfico 1



Mesmo exercendo atividades distintas e ocupando posições diferentes na escala hierárquica, os respondentes apresentaram reação semelhante no tocante à valorização profissional (ou a falta dela) e, em suas respostas, demonstraram que o sentimento de desvalorização é compartilhado por todos, independentemente do grau hierárquico.

Gráfico 2



* A assertiva não foi apresentada aos

O tópico merece destaque diante da análise dos dados, pois nenhum Soldado/Cabo respondeu que concorda ou concorda totalmente com a assertiva “sinto-me valorizado dentro da corporação”, apenas dois Sargentos/Subtenentes e três Oficiais concordam ou concordam totalmente. O sentimento de desvalorização também se reflete na pouca concordância dos respondentes com a assertiva “gostaria que meu filho seguisse a mesma carreira”.

Sobre o papel funcional dos Sargentos e Subtenentes, os três grupos apresentaram alto grau de concordância em relação às assertivas “entendo que uma das funções dos Sargentos e Subtenentes é fiscalizar seus subordinados”; “reconheço a importância das funções de fiscalização” e “considero as funções de fiscalização necessárias”.

Por outro lado, as respostas apresentaram considerável índice de divergência em relação à eficiência e o preparo dos Sargentos e Subtenentes enquanto fiscais, bem como, acerca da similaridade das funções dos Sargentos/Subtenentes e dos Oficiais. Os Sargentos e Subtenentes percebem suas atividades mais efetivas e relevantes do que transparece aos outros dois grupos. Isso quer dizer que os Sargentos e Subtenentes gozam de pouco reconhecimento profissional, tanto por parte dos subordinados como dos superiores, o que corroborado pelo baixo grau de concordância apresentado por eles em relação à afirmação “meu trabalho é reconhecido pelos meus superiores”.

Incumbir Sargentos e Subtenentes da função de fiscalizar outras praças mais modernas é uma tentativa de lidar com a discricionariedade experimentada pelos policiais durante as atividades de policiamento. Analogamente, no período histórico denominado Brasil-Colônia, houve a criação de milícias formadas pelos capitães do mato, especializadas em vigiar e recapturar escravos foi uma estratégia repressiva que, mesmo não conseguindo eliminar fugas, serviu para mantê-las em um patamar aceitável (REIS, 1996).

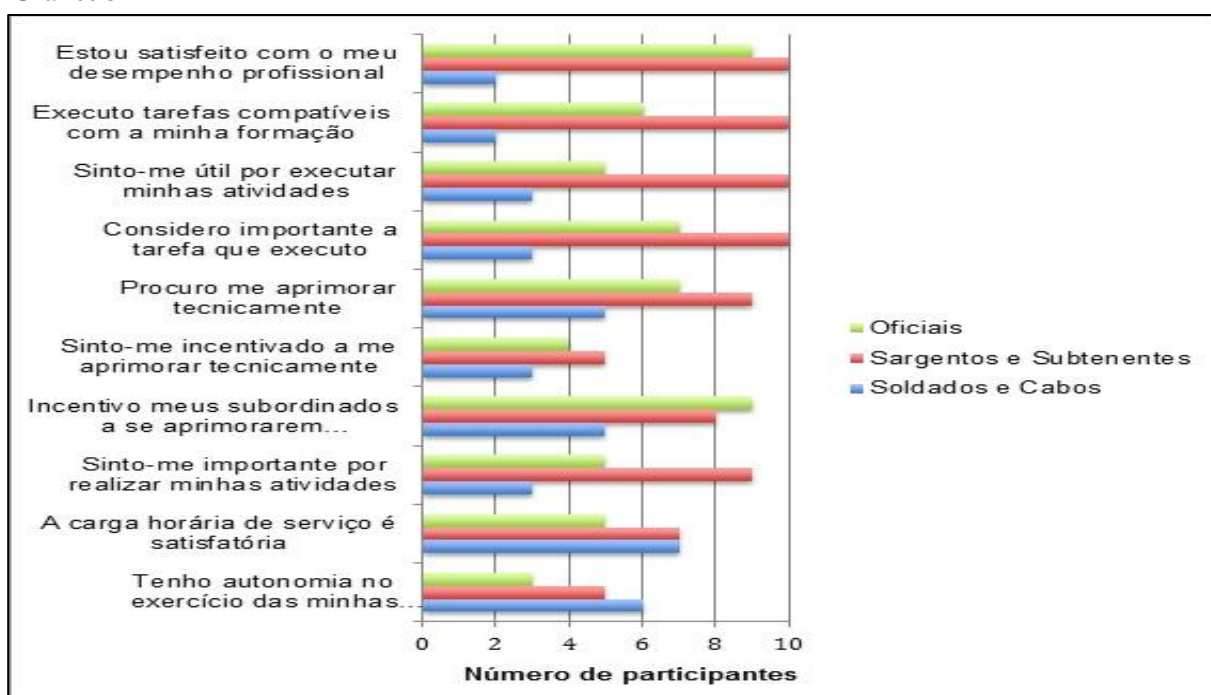
No início do século XVIII, notadamente em virtude do surgimento dos quilombos, as fugas de escravos tornaram-se mais frequentes, o que motivou a instituição do cargo de capitão do mato. Esses excativos eram recompensados financeiramente quando conseguiam recapturar escravos fugitivos e quilombolas. Eram, portanto, negros que ascenderam alguns degraus na hierarquia social e assumiram um trabalho remunerado, mas que gozavam de pouquíssimo prestígio na estrutura escravocrata brasileira. Ser escravo liberto e, portanto, conhecedor da realidade das senzalas e das técnicas de fuga, era fator estratégico para os capitães do mato. Essa proximidade social com seus “alvos”, todavia, era causa de desconfiança por parte dos senhores de escravos.

O Estatuto da PMDF, em seu art. 38, esclarece quais são as atribuições dos Subtenentes e Sargentos na instituição:

Art. 38 - Os Subtenentes e Sargentos auxiliam ou complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e emprego de meios, quer na instrução e administração.
Parágrafo único - No exercício das atividades mencionadas neste artigo e no comando de elementos subordinados, os Subtenentes e Sargentos deverão impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade técnico-profissional, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas pelas Praças que lhes estiverem diretamente subordinadas e a manutenção da sua coesão e do seu moral, em todas as circunstâncias.

Ao tratar dos Cabos e Soldados, o mesmo diploma legal limita-se a dizer que são “essencialmente elementos de execução”. Apesar disso, diuturnamente, Soldados e Cabos atendem e conduzem ocorrências de acordo com o seu entendimento, com as técnicas que dominam e com o julgamento que fazem dos fatos. Estando ou não acompanhados de Sargentos, Subtenentes e/ou Oficiais, foi conferido poder de polícia²¹ aos policiais que se encontram na base da escala hierárquica, o que lhes autoriza a executar toda e qualquer ação referente à manutenção da ordem pública. Mas, em que pese essa seja a realidade de trabalho, as normas ainda os retratam, pura e simplesmente, como cumpridores de ordens.

Gráfico 3



Como pode ser visto no Gráfico 3, com exceção das assertivas acerca da autonomia e a carga horária, todas as demais respostas dos Soldados e Cabos referentes à avaliação técnico- profissional apresentaram menor grau de concordância do que as dos outros grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não bastasse o estigma da profissão, os Sargentos e Subtenentes da PMDF ainda têm que lidar com desconfianças internas e o pouco reconhecimento profissional tanto de seus comandados e

²¹ Faculdade discricionária da qual o Estado e seus agentes dispõem para restringir direitos individuais pelo bem da coletividade ou em benefício da própria administração pública.

fiscalizados como de seus comandantes e fiscais. A ambiguidade funcional vivenciada por eles é fato causador de tensões internas, analogamente ao que ocorreu em relação aos capitães do mato na estrutura social escravocrata.

Assim como os capitães do mato, Sargentos e Subtenentes, antes de galgarem algumas posições hierárquicas, foram Soldados e Cabos, o que lhes conferiria a referida perícia e a capacidade de identificar subterfúgios e falhas na execução do serviço. A ascensão atribui mais autoridade hierárquica aos graduados, mas não necessariamente é sinônimo de prestígio e reconhecimento. Além disso, existe a suspeição de que sejam complacentes com seus antigos colegas.

A condição de auxiliares e substitutos dos Oficiais é vivenciada de forma empírica e condicionada a ordens circunstanciais, uma vez que não há definição de quais são as funções dos Sargentos e Subtenentes na estrutura da PMDF. Existe apenas as previsões do Estatuto que os apresenta como responsáveis pela disciplina e pelo cumprimento das normas internas. Isso é resultado do mimetismo isomorfo em relação à organização do Exército Brasileiro, na qual, Soldados e Cabos tem quase nenhuma autonomia, devendo consultar seus superiores imediatos sobre eventuais intercorrências durante o serviço. Na PMDF, Sargentos e Subtenentes exercem funções mal (ou não) prescritas devendo fiscalizar policiais que “nas ruas” tem a mesma autoridade estatal que eles. Existe, portanto, um pseudo-poder que não é necessariamente reconhecido pelos Soldados e Cabos, além de ser questionado pelos Oficiais.

Sargentos e Subtenentes demonstraram que se sentem desvalorizados e pouco reconhecidos, no entanto, não se pode atribuir tais resultados à ambiguidade funcional, uma vez que os outros dois grupos de participantes apresentaram o mesmo padrão de respostas.

A fiscalização, função central da atividade dos Sargentos e Subtenentes, é uma alternativa para controlar ações e lidar com o alto grau de discricionariedade que os policiais militares detêm. No entanto, a lógica parece subvertida, pois tal poder é conferido aos policiais, em todos os níveis hierárquicos, em decorrência da natureza das ações de policiamento, ou seja, é parte indissociável da atividade policial.

O que se pensa ser a atividade policial nem sempre coincide com a realidade das ações desempenhadas. O “caçador de bandidos” muitas vezes dá lugar ao mediador, prestador de informações, conciliador, até porque, existe uma tendência de criminalização dos conflitos sociais para que passem a ser “assunto de polícia”. O próprio treinamento tende a ser voltado para as competências e não para o que a polícia faz de fato. No entanto, as competências são essencialmente normativas (o que deveria ser, e não o que é). Em suma, a real atribuição da polícia pode não ser exatamente aquela que o policial acredita ser sua missão.

É importante valorizar os policiais “ponta de linha” e reconhecer a discricionariedade e a autoridade que possuem, treinando-os com foco em situações rotineiramente enfrentadas por eles e não somente para confrontos armados e fiel execução de ordens. No entanto, os efeitos de tais modificações seriam inócuos sem mandatos específicos para atuação das polícias e,

consequentemente, normas e códigos de conduta que possam pautar o treinamento, a atuação e a responsabilização, quando for o caso.

Por fim, ressalta-se que este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, tampouco apresentar soluções, mas sim de fomentar discussões sobre a temática abordada, provocando reflexões e, quem sabe, mudanças na estrutura organizacional da PMDF.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado**: moradores de favelas, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Unesp, 2013.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: Edusp, 2006.

BASTAZIN, Vera. **Mito e poética na literatura contemporânea**: um estudo sobre José Saramago. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

BITTNER, Ergon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 14, 1873.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 19 dez. 1935.

_____. **Decreto-Lei n. 66.862**, de 8 de julho de 1970. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). Coleção de Leis do Brasil, p. 24, v. 6.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CHOUKR, Fauzi; AMBOS, Kai. **Polícia e Estado de Direito na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

COSTA, Arthur. **Entre a lei e a ordem**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Arthur, et al. Novos padrões de seleção na Polícia Militar do Distrito Federal. **Diversidade & Desigualdade** –Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 11, p. 115-132, ago./dez. 2012.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Moema. Paradigmas da segurança pública no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

MONET, Jean. **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001.

MONJARDET, Dominique. **Ce que fait lapolice: sociologie de la force publique**. Paris: La Découverte, 1996.

_____. **O que faz a polícia?** São Paulo: EDUSP, 2003.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser**. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. A crise de identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, vol. 1, p. 177-198, winter, 2001.

PORTO, Maria. **Condutas Policiais e Códigos de Deontologia**. Um estudo comparativo sobre as relações entre polícia e sociedade. Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública. Brasília, Relatório final de pesquisa, 2006.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

REIS, João. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Povo Negro – **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1996.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROSSI, Regiane. **Vocação, tradição ou profissão: um estudo sobre a escolha profissional e a evasão escolar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RUDNICKI, Dani. **A formação social de oficiais da Polícia Militar**: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Layla. **O ingresso dos policiais militares com nível superior na Polícia Militar do Distrito Federal e os conflitos entre gerações**. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador: D. Pedro II**, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, José; GALL, Norman. Incentivos perversos e segurança pública. **Braudel Papers**. n. 22, p. 3-13, 1999.

SKOLNICK, Jerome; BAYLEY, David. **Policamento comunitário**. São Paulo: Edusp, 2006.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES MILITARES NA MOBILIDADE SOCIAL E A CRESCENTE EVASÃO DE CÉREBROS

Marcos de Araújo²²

RESUMO

O objetivo deste estudo de métodos mistos concomitantes, é examinar as realidades sociais de mulheres e homens nos diferentes postos, procurando identificar quais camadas da sociedade, nos últimos 30 (trinta) anos, foram atraídas para ingressar nos cursos de formação de oficiais das Forças Militares, em especial nas Forças Armadas e se estes militares experimentaram mudanças de classes sociais. A metodologia adotada comportou pesquisa bibliográfica e documental com procedimentos comparativos. Houve investigação de campo com entrevistas e questionários aplicados aos Estagiários do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – CAEPE 2013, e ao corpo permanente da Escola Superior de Guerra – ESG, no Campus do Rio de Janeiro e a alguns de seus respectivos palestrantes. Conclui aquilatando a importante função de mobilidade social que as Instituições Militares possuem no contexto nacional apesar da paradoxal elevada taxa de evasão existente entre os oficiais. Identifica também os motivos de evasão.

PALAVRAS CHAVE

Mobilidade social. Evasão. Militar. Classe. Estratificação.

ABSTRACT

The purpose of this study is to examine the social realities of men and women in different positions, trying to identify which sections of society were attracted to join the officers training courses of the Military Forces, particularly in the Armed Forces and, if these soldiers experienced any changes to their social classes. The methodology adapted used research from bibliographies and documents with comparative procedures. The study included field research with interviews and questionnaires given to student in Advanced Strategic Policy Studies Course - CAEPE 2013 and the instructors and staff of the Escola Superior de Guerra - ESG, Campus of Rio de Janeiro; as well as some of their speakers. Concludes recognizing the important social mobility function that military institutions have at the national level despite the paradoxical existing high evasion rate among officers. It also identifies evasion reasons.

Keywords

Social mobility. Evasion. Military. Class. Stratification

²² Doutor em Ciência Jurídica e Social pela Universidad Del Museo Social Argentino. Mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euro-Americano – Unieuro. Especialista em Segurança Pública, Direitos Humanos e Política Criminal pela Escola de Gestão Pública do DF, EGDF, e Faculdades Farias Brito – Ceará. Especialista em Gestão Estratégica em Segurança Pública pela PMDF/UNB. E-mail: profdearaujo@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Classe e Estratificação

As ideias desenvolvidas por Karl Marx e Max Weber formam a base da maioria das análises sociológicas de classes e estratificação. (GIDDENS, 2005).

A obra que Karl Marx trabalhava na ocasião de sua morte, posteriormente publicada como parte do O Capital, foi interrompida exatamente quando indagava “o que constitui uma classe”? (GIDDENS, 2005, P. 234). Dessa forma o conceito de Marx para classe deve ser analisado a partir do conjunto de seus escritos. Segundo esta análise, para ele, uma classe é um grupo de pessoas que se encontram em uma relação comum com os meios de produção – os meios pelos quais elas extraem seu sustento.

Esses meios de produção inicialmente consistiram na posse da terra e dos instrumentos e animais necessários para seu cultivo. Portanto, havia duas classes principais no período pré-industrial: a primeira, composta pela pequena nobreza, os aristocratas e os donos de escravos; e a segunda, os servos, os escravos e os camponeses livres que representavam o grupo que se envolviam diretamente no trabalho da terra.

Na sociedade moderna as duas classes são formadas por aqueles que detêm os meios de produção – os industrialistas ou capitalistas e aqueles que ganham a vida vendendo seu trabalho para eles – a classe operária. Para Marx, existe em toda sociedade caracterizada por um capitalismo desenvolvido, a **classe dominante** e a **classe dominada**. Ou seja, existe entre as classes uma relação de exploração.

Na visão de Giddens, (2005) a teoria de Max Weber para a estratificação foi construída sobre a análise desenvolvida por Marx, contudo ele a transformou e aprimorou. Para Weber, a estratificação social não é uma questão de classe pura e simples, mas é amalgamada em mais dois outros aspectos: status e partido. Weber apresenta um contraponto ao modelo bipolar de Marx.

Segundo o sociólogo alemão, as divisões de classes não se baseiam somente nos meios de produção, mas em diferenças econômicas dissociadas da propriedade. O autor acredita que a posição de mercado exerce influência sobre as oportunidades de vida do indivíduo. “Aqueles que desenvolvem ocupações gerenciais ganham mais, e dispõem de condições favoráveis de trabalho, do que, por exemplo, os operários”. (GIDDENS, 2005, p. 236)

Ainda que Marx acreditasse que as diferenças de *status se* originavam das divisões de classes em uma mesma sociedade, Weber era contrário a esta ideia. Nem sempre a posse de riquezas é indicadora de um *status* elevado.

Para Weber a formação do partido pode influenciar a estratificação, independentemente da classe e do *status*, sendo um aspecto importante do poder. O partido define um conjunto de indivíduos que trabalham juntos por terem formações, objetivos e interesses em comuns. Um marxista pode tentar

explicar os “conflitos” entre praças e oficiais nas Forças militarizadas em termos de classe, já que as praças são originárias das classes mais pobres. Já um seguidor de Weber qualificaria esse raciocínio como ineficaz, pois muitos oficiais também vêm de uma classe pobre.

Na ótica de Giddens, Marx caminhou na tentativa de reduzir a estratificação social exclusivamente no eixo das divisões de classe, por outro lado, Weber apontou para a complexa influência que a classe, *status* e partido guardam entre si. Complementa afirmando que “o esquema de Weber fornece uma base mais flexível e sofisticada para a análise da estratificação do que aquela oferecida por Marx” (GIDDENS, 2005, p. 233).

O sociólogo britânico afirma que as classes diferem das antigas formas de estratificação em muitos sentidos:

Ao contrário de outros tipos de estratos, as classes não são estabelecidas por providência legais ou religiosas; a condição de membro não se baseia em uma posição herdada especificada legalmente ou por costume. Os sistemas de classes são normalmente mais mutáveis dos que os outros tipos de estratificação, e as fronteiras entre as classes nunca são claras. Não existe nenhuma restrição formal quanto ao casamento entre pessoas de diferentes classes.

A classe de um indivíduo é, pelo menos de alguma forma, *conquistada*, e não simplesmente “determinada” no nascimento, como é comum em outro tipo de sistema de estratificação. A mobilidade social – movimento ascendente e descendente na estrutura de classes – é muito mais comum do que nos outros tipos. (nos sistemas de castas, a mobilidade individual de uma casta para a outra é impossível).

As classes dependem de diferenças *econômicas* entre agrupamento de indivíduos – desigualdades na posse e no controle de recursos materiais. Nos outros tipos de sistema de estratificação, os fatores não econômicos (como influência da religião no sistema indiano de casta) são geralmente os mais importantes.

Nos demais tipos de estratificação, as desigualdades são expressas primeiramente nas relações pessoais de dever ou de obrigação – entre servo e o senhor, o escravo e o amo, ou entre os indivíduos de castas mais baixas e os de castas mais altas. Os sistemas de classes, em contraste funcionam principalmente por meio de conexões de larga escala com caráter impessoal. Por exemplo, o ingrediente principal das diferenças de classe encontra-se nas desigualdades de condições de pagamento e de trabalho; estas afetam todas as pessoas em categorias ocupacionais específicas, como resultado de circunstâncias econômicas que prevalecem em toda a economia. (GIDDENS, 2005, p. 233).

O movimento que vai dos extremos desiguais às sutilezas da mescla entre eles é observável nos diversos agrupamentos humanos. Naturalmente, a ideologia predominante quer sejam políticas, culturais ou religiosas, poderão agravar ou minimizar o impacto da desigualdade.

Ainda que diferentes na forma de estratificação é possível observar algumas similitudes valorativas e comportamentos desejáveis nas classes mais altas na sociedade indiana e nas sociedades ocidentais, como o sacrifício e dedicação em prol do bem comum. No ocidente, pelo menos em tese:

Quanto mais alta a casta, maiores as restrições. [...] Ao atingir a casta mais elevada, a do brâmane, que é a do sacerdócio hereditário da Índia, suas vidas, como já foi dito, são cada vez mais restritas. Em comparação com os costumes ocidentais, suas vidas são de ininterrupto ascetismo. (VIVEKANANDA, 2004, p.331)

Embora o sistema de castas, cuja característica principal era a impossibilidade de mobilidade, tenha sido abolido oficialmente na Índia em 1950, ainda se observa na sociedade indiana moderna os

vícios da imobilidade e exclusão que se aproxima das desigualdades do sistema de classes ocidental, com a mobilidade rápida da classe média. Naturalmente, os sacrifícios variam em cada sociedade, mas em cada uma delas é perceptível a crença no sacrifício proporcional ao valor atribuído por seus integrantes e seguidores. Classes mais elevadas exigem maiores atribuições e responsabilidades.

Neste sentido considera-se “que a razão de ser de toda estruturação social é a obtenção de uma ordem que se afeioe aos ditames do **bem comum**.” (CAVALCANTI, 1980, p. 5). “Apenas por vício um cidadão daria mais importância à vida privada que aos interesses do coletivo.” (HOLLANDA, 2011, p.7). Não se deve, portanto, descuidar dos aspectos que envolvem a Segurança da Nação, sendo imperioso destinar-lhes consideráveis parcelas de seus esforços e recursos. Isto porque o ideal do **bem comum**, perseguido pelo desenvolvimento, não poderá ser atingido, em condições satisfatórias, sem a garantia proporcionada pela Segurança, obtida pelas medidas e ações de Defesa. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2013, p 127).

Recorrendo à filosofia política platônica, onde a premissa para a harmonia social é o reconhecimento das desigualdades naturais entre os homens (HOLLANDA, 2011, p.8), vê-se que o problema da mobilidade, em sua fórmula simplista, pode mascarar realidades desiguais e entorpecer iniciativas genuínas de mudança *no status quo*:

Utilizar apenas a mobilidade para falar sobre a ascensão social acaba por focar o estudo em fatores limitados, existiriam então outras forças operando no processo de ascensão social? Nas metodologias dos estudos clássicos sobre o tema foram utilizadas critérios sobre ocupação e renda, ainda pode estar embutido nestes estudos o entendimento de que o movimento é mecânico, que escolaridade representa ascensão social, e na simplicidade da fórmula bastaria o investimento em educação, pessoal e governamental, como garantia de melhoria do status social. [...] (PASTORE; HALLER, 1993, p. 25).

Bourdieu (2007) contrapondo-se à mobilidade esclarece:

A representação obtida, assim, não seria tão difícil de conquistar se não pressupusesse duas rupturas: uma com a representação espontânea do mundo social, resumida na metáfora da "escala social" e evocada por toda a linguagem comum da "mobilidade" com suas "ascensões" e "declínios": e outra, não menos radical, com toda a tradição sociológica que, ao não se contentar em retomar, tacitamente e por sua conta, a representação unidimensional do espaço social - à semelhança do que fazem, por exemplo, as pesquisas sobre a "mobilidade social" -, acaba por submetê-la a uma elaboração falsamente erudita, reduzindo o universo social a um continuum de estratos abstratos (*upper middle class*, *lower middle class*, etc.), obtidos pela agregação de espécies diferentes de capital em decorrência da construção de índices - instrumentos, por excelência, da destruição das estruturas. A projeção sobre um único eixo pressuposto na construção da série contínua, linear, homogênea e unidimensional à qual, habitualmente, é identificada a hierarquia social, implica uma operação extremamente difícil - e arriscada, em particular, quando é inconsciente -, consistindo em reduzir as diferentes espécies de capital a um padrão único e em avaliar, por exemplo, com a mesma bitola, a oposição entre empresários da indústria e professores do secundário (ou artesãos e professores primários) e a oposição entre empresários e operários (ou quadros superiores e empregados). Esta operação abstrata encontra um fundamento objetivo na possibilidade, continuamente oferecida, de converter uma espécie de capital em uma outra a taxas variáveis de conversão, segundo os momentos, ou seja, segundo o estado da relação de força entre os detentores das diferentes espécies. Ao exigir a formulação do postulado relativo à convertibilidade das diferentes espécies de capital que é a condição da redução do espaço à unidimensionalidade, a construção de um espaço com duas dimensões permite, de fato, perceber que a taxa de conversão das diferentes espécies de capital é um dos pretextos fundamentais das lutas entre as diferentes frações de classe, cujo poder e privilégios estão relacionados com uma ou outra dessas espécies e, em particular, da luta

sobre o princípio dominante de dominação - capital econômico, capital cultural ou capital social, sabendo que este último está estreitamente associado à antiguidade na classe por intermédio da notoriedade do nome, assim como da extensão e da qualidade da rede de relações - que, em todos os momentos, estabelece a oposição entre as diferentes frações da classe dominante. (BOURDIEU, 2007, p.115)

Classe Social do Militar durante a Carreira: Há Mobilidade Social?

Objetivando comparar a classe social do militar no ingresso com a que se encontra no final da carreira foi perguntado aos Oficiais Superiores Estagiários do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – CAEPE 2013, e aos Oficiais do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra - ESG, se ao ingressarem na Instituição experimentaram mudança de classe social. Foi pedido para ser considerada somente a realidade pessoal. Nas respostas, 53% dos militares afirmaram que sim.

Visando avaliar a intensidade dessa influência, quando ela ocorre, bem com identificar o percentual da mobilidade social ascendente e descendente foi questionado se o ingresso na instituição influenciou a mobilidade social. Apurou-se que para 49% dos oficiais houve melhora; para 41% não houve influência alguma e 10% pioraram sua situação da classe social.

Metade dos oficiais experimentou mudança ascendente em sua classe social. Considerando este percentual, os resultados vão ao encontro das respostas de alguns estagiários entrevistados no âmbito da ESG/CAEPE 2013. Esta mobilidade pode ser explicada pelo fato de que a maior parte dos que ingressam nas Academias são jovens em seu primeiro emprego²³. A exceção se dá para os concursos que exigem curso superior.²⁴ Ainda assim, as atividades deixadas pelo/a aprovado/a para o ingresso na carreira possuem remuneração inferior ao que receberá no início da carreira de oficial.

O impacto social na vida do jovem oficial, em virtude de seu ingresso na carreira militar, é maior, em termos de mobilidade social, do que a progressão que experimenta ao longo da carreira. Este impacto não se refere somente à mudança de situação de dependente econômico para economicamente ativo, mas principalmente na forma de “ritos de passagem de uma fase da vida para outra, ou seja, no término de certas etapas (escolarização) e início da seguinte (trabalho) na saída do indivíduo de sua família original e entrada em outra, ou preparação de nova família”. (PASTORE, 1979, p. 83).

O status da família original pode influenciar a decisão pela escolha da carreira. Esta influência manifesta-se diferenciadamente ao longo das gerações, condicionada ao contexto histórico, político e cultural. O impacto da realidade socioeconômica do país atua diretamente nas interações familiares, formação educacional e na perspectiva profissional de seus jovens membros, interferindo nos valores e

²³ O ingresso nas Academias se dá, em média, entre 18 e 20 anos, e entre 22 e 24 anos de idade o candidato é declarado aspirante.

²⁴ São exemplos alguns Quadros Complementares nas FA, e em algumas Forças Auxiliares que exigem nível superior para matrícula. Nestes casos o ingresso ocorre, em média aos 28 anos de idade.

escolhas. Assim, percebem-se a dinâmica social, os elementos motivadores, os recursos disponibilizados que capacitarão os futuros Oficiais, bem como as oportunidades oferecidas pelas instituições, atreladas às políticas institucionais da época. Por meio dessas políticas, plano de carreira e oportunidades, evidencia-se também a importância e o poder que são atribuídos às instituições militares.

A mobilidade social pode ser ratificada nos depoimentos colhidos de vários oficiais. Esses foram enfáticos ao afirmarem que melhoraram sua condição social ao ingressarem na Força Militar.

Eu acredito sim, que houve mobilidade social. Vou tecer um rápido histórico. Meu pai foi oriundo do Estado do Rio Grande do Sul, e ingressou no EB prestando o serviço militar, no ano de 1957, entrou como soldado e fez os cursos regulares para praças, Soldado, Cabo e Sargento. Minha mãe é filha de pessoas da classe baixa. Minha avó, eu me lembro de que ela fornecia alimentação para fora, para casas, restaurantes. Tinha muitos filhos, seis ou sete, e com uma renda bem baixa para subsistência, na realidade [...] Acessei a Academia Militar das Agulhas Negras por processo seletivo, onde aqueles que obtivessem as melhores notas ingressavam. O início foi dessa forma, mas eu lembro bem de que no início da minha vida, o meu pai se dedicava as atividades do EB e minha mãe lavava roupa e fazia bolo, para reforçar as finanças, pois éramos e ainda somos seis filhos. Necessitava de um complemento de renda. Não as coisas não foram fáceis, mas a minha ascensão foi basicamente em cima do ensino [...]. Cel EB²⁵, jun. 2013, ESG RJ. Informação verbal.

Nas diversas entrevistas realizadas durante a pesquisa, pode-se constatar que os oficiais criticam a ausência de um plano de carreira que compatibilize as distorções existentes entre as responsabilidades crescentes da profissão, com os ganhos salariais proporcionalmente decrescentes. “Esta situação obriga-nos a fazer comparações com a função de motorista de certas autoridades que ganham mais do que um coronel com mais de 30 anos de carreira”. (Coronel da FAB, ESG, jun. 2013)

O fato de terminar a carreira na mesma classe que a iniciou apresenta aspectos negativos, pois os gastos tendem a aumentar de forma desproporcional em relação às reposições financeiras decorrentes, sejam das correções salariais, seja da progressão na carreira. Este fenômeno foi destacado por vários oficiais entrevistados.

Dentro das Forças Armadas, você tem muito pouca mobilidade, dentro daquela pirâmide econômica, a própria estrutura de salário das FA, não te permite isso. Um coronel tem muito mais encargos familiares do que um tenente e ele ganha aproximadamente 50 a 60% a mais que o tenente. Este não tem muitos gastos, é ele e o carro dele. Um coronel que tem família, filho e está pensando em ir para a reserva não recebe um salário proporcionalmente diferenciado em relação ao tenente. Não há uma proporção adequada. Isso não te permite mudança de classe social no exercício da profissão [...]. Cel EB, 16 mai. 2013, ESG-RJ. Informação verbal.

O aumento de responsabilidades com as respectivas despesas sem a devida compensação salarial pode ser uma forma de desvalorização profissional e institucional realizada pelo Estado, por meio de seus governos, principalmente quando comparadas às Forças Militares a outras categorias profissionais.

A pesquisa indica que as Forças Militares têm sido instrumento de mobilidade social para, praticamente, a metade do efetivo pesquisado. A investigação revela, no entanto, expressivo percentual de

²⁵ Preferiu-se adotar o anonimato visando preservar os entrevistados.

oficiais que não experimentam alguma mobilidade social, 41% (quarenta e um por cento). Este evento pode ser explicado pelo fato de essa parcela considerada de oficiais já pertencer, no momento do ingresso na caserna, a uma classe social privilegiada, em relação àquela representada pela metade dos entrevistados.

Por intermédio da metodologia da história oral²⁶ pode-se averiguar que é na Marinha que se encontra o maior percentual de oficiais que não experimentam mudanças em sua condição social.

Particularmente para estes oficiais a Marinha não é um local em que há a instrumentalização da mobilidade social. Eles ingressaram na instituição em um estamento social e se julgaram pertencentes a ele até hoje. Há relatos de situações que houve inclusive descenso, 10% (dez por cento) dos oficiais enquadram-se nesse caso.

De minha parte não houve nenhuma mudança. Hoje em dia julgo que pelo contrário, a gente regrediu um pouco mais. A vida militar hoje, para os últimos postos, financeiramente falando, está bem aquém do que eu acho que poderíamos receber. Mas, a minha origem é da classe média, durante a minha vida nunca faltou nada em minha casa, mas também não fomos tão abastados, mas não tivemos dificuldades, graças a Deus.

Quando você ingressou na Marinha você pertencia a uma determinada classe a qual você se mantém até hoje, é isso? Sim, não houve modificação, na minha vida não. CMG Dair, ESG, 16 mai. 2013. Informação verbal.

Para suprir o déficit salarial, muitos militares desempenham outras atividades remuneradas ou equilibram a diferença compondo com o cônjuge. 21% dos entrevistados confirmaram que desempenham outra atividade remunerada. 26% declararam que não desempenham outra atividade porque compõem a renda com o cônjuge. 37% disseram que não desempenham, mas sentem necessidade. 1% declarou desempenhar esporadicamente outra atividade remunerada. Somados, tem-se um resultado de 85% que direta ou indiretamente atestam a necessidade da complementação da renda. 15% (quinze por cento) totalizam os que deram outras respostas.

Tal dinâmica se relaciona com os motivos de evasão crescente que as instituições militares têm enfrentado nos últimos anos. Interessante notar que fenômeno semelhante ocorre nas forças auxiliares, em que os profissionais exercem atividades laborais extras, ou “bicos”. Segundo Bonfanti (2009), embora o fenômeno tenha divulgação na mídia, pouco tem sido estudado. Principalmente em se tratando de questões de segurança, qualidade de vida, autoimagem do profissional e o fato de estar à disposição, ainda que em horário de descanso.

²⁶ História oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em gravar entrevistas com alguém que pode testemunhar acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>> Acesso: em 11 jul. 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após exame das realidades sociais de oficiais nos diferentes postos, a pesquisa pôde identificar quais camadas da sociedade, nos últimos 30 (trinta) anos, foram atraídas para ingressarem nos cursos de formação de oficiais das Instituições Militares, em especial nas Forças Armadas. Atualmente as classes “C” e “D” são majoritárias nas diversas Academias Militares, mesmo na Marinha do Brasil que tinha a tradição de atrair camadas mais elitizadas da sociedade.

Consoante as interpretações dos resultados colhidos no trabalho de pesquisa conclui-se que ao se confrontar a classe social do militar na ocasião do seu ingresso com a do final da carreira há relativa mobilidade social ascendente para 53% dos pesquisados. Neste caso, mesmo considerando que a maior parte dos que ingressam nas Academias são jovens em seu primeiro emprego, os oficiais nas entrevistas confirmaram que as organizações militares representaram instrumento para a sua mobilidade social durante toda a carreira.

Por outro lado, 41% dos pesquisados terminaram a carreira na mesma classe que iniciaram. Esse fato apresenta aspectos negativos, pois os gastos tendem a aumentar de forma desproporcional em relação às reposições financeiras decorrentes das correções, sejam salariais, seja da progressão na carreira.

Esta aparente contradição poder ser entendida quando se compara as classes sociais dos ingressantes no passado com os atuais aprovados para o primeiro ano das Academias Militares. Se no passado os componentes das classes “A” e “B”, com maior presença dessa última, possuíam hegemonia nos ingressos, a pesquisa identificou que há atualmente maior acesso das classes “C”, “D” e “E”. Esse fato requereu um minudente trabalho na pesquisa que possibilitou identificar subsídios que explica a alta taxa de evasão experimentada atualmente pelas Forças Armadas, bem como a expressiva mobilidade social identificada.

Em relação à evasão houve fortes motivos identificados, tais como a desmotivação com a carreira, fruto da ausência de reconhecimento profissional aliado a questões salariais. A percepção de 78% dos oficiais entrevistados é que atividades melhores remuneradas, na iniciativa privada e em outros órgãos da Administração Pública, condições financeiras e de evolução na carreira mais favorável que na Caserna, têm sido a razão da evasão. No entanto, a pesquisa identificou outros fatores motivadores. Um deles, fortemente destacado nas entrevistas, foi a sobrecarga suportada pelas famílias decorrentes das constantes mudanças de domicílio e com a perda de valor aquisitivo do salário. Os oficiais criticam também a ausência de um plano de carreira que compatibilize as distorções existentes entre as responsabilidades crescentes da profissão com os ganhos salariais proporcionalmente decrescentes.

A evasão de cérebros das Forças Armadas cresceu nos últimos anos, esta perda de capital humano com a migração de militares para a iniciativa privada tem preocupado e influenciado negativamente o pensamento estratégico das Forças Armadas exigindo das autoridades tratamento urgente para o fenômeno, sob pena de se desprezar o capital mais valioso de uma instituição – o humano.

Os oficiais indicam que a instituição funciona como instrumento de mobilidade social, mas pontuam que no passado a carreira era mais estável, não apenas pelo salário que era melhor, mas também pelo prestígio que a carreira gozava na sociedade.

De maneira geral a pesquisa conclui que, se por um lado há nas Forças Militares – FM, mobilidade social descendente para parte dos oficiais mais antigos, e, atrativos menos interessantes na Instituição que no passado, por outro lado as FM possuem um papel fundamental na mobilidade social, oportunizando que componentes das camadas mais humildes da sociedade possam chegar ao oficialato, ocupando posição na carreira militar, de presença majoritária de camadas privilegiadas da sociedade.

A revisão bibliográfica realizada na Biblioteca da Escola Superior de Guerra revelou que não havia contribuições científicas disponíveis sobre o tema. Foram encontradas duas conferências proferidas na ESG, e um Trabalho Especial que tangenciaram o assunto. A escassez de material científico foi a principal limitação para abordar de maneira aprofundada a questão. As pesquisas com as novas turmas das Academias Militares pode ser tema para novas averiguações, sendo que nesses casos a inclusão das Polícias Militares como foco poderia complementar o presente estudo e, ao mesmo tempo, abrir outros espaços para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, André de. Fuga de talentos na elite militar. **Correio Braziliense**. Brasília, DF, 7 abr. 2013.

ARAÚJO, Marcos de. **Mobilidade social, multiculturalismo ou discriminação na Polícia Militar**: um estudo sobre estigmas e preconceitos na corporação. Brasília, DF: Fortium, 2008.

BONFANTI, Sérgio Augusto. O bico realizado por policiais militares da capital gaúcha: implicações, fatores intervenientes e consequências. **Direito & Justiça**: Revista da Faculdade de Direito da PUCRS, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 182-197, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/viewFile/8486/6238>> Acesso em: 17 jul. 2013.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007. BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Academia Militar das Agulhas Negras. **Anuário estatístico**: Base de Dados 2003 a 2012. [S.l.: s.n., 2012?]

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Escola Naval. **Perfil socioeconômico dos aspirantes do 1º ano**: 2004 a 2012. [S.l.: s.n., 2012?]

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Força Aérea Brasileira. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=fabnumeros>>. Acesso em 02 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Programa internacional de avaliação de estudantes; PISA**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso em 05 mai 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Índice de desenvolvimento da educação básica**, IDEB. Projeções para o BRASIL até 2021. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=452713>. Acesso em 06 mai 2013.

CAVALCANTI, Manoel Niederauer Tavares. **Mobilidade social no Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 1980.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

ENGELS, F. & MARX, K. **Manifesto do partido comunista**, Petrópolis: Vozes. 1990

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso**: monografia. Rio de Janeiro, 2012.

_____, **Manual Básico** - Rev., atual. Rio de Janeiro, 2013.

FERNANDES, D. C. **Estratificação Educacional, origens socioeconômicas e raça no Brasil: as barreiras de cor**. Prêmio IPEA 40 anos - IPEA-CAIXA 40. 2005

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**, 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MARTINS ALVES, José Antonio. **Mobilidade Social nas Forças Armadas**. Trabalho Especial do Departamento de Estudos da ESG, Tema 107, 1979.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1979.

_____; HALLER, A.O. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In VELOSO. J.P.R.; ALBUQUERQUE.,R.C.A. (org) **Pobreza e mobilidade social**. São Paulo: Nobel, 1993.

VIVEKANANDA, Swami. **O que é religião**. Rio de Janeiro: Lótus do Saber, 2004.

O PAPEL INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICO DA CAPELANIA MILITAR

Gisleno Gomes de Faria Alves²⁷

Resumo: Estudos sobre a Espiritualidade no Ambiente de Trabalho revelam que atividades como as realizadas pela Capelania Militar cooperam significativamente com os resultados pretendidos pelas organizações. Para se identificar possíveis contribuições da Capelania Militar para a Corporação - PMDF foi traçada uma correlação entre três fontes: 1ª) estudos nas áreas de Administração, Espiritualidade no Ambiente de Trabalho e Capelania; 2ª) a Portaria PMDF nº 790, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa na Corporação e 3ª) o Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022. Como fruto dessa investigação, verificou-se que a Capelania Militar vai muito além da mera reprodução da prática religiosa exercida no meio civil, pois esta exerce, direta e/ou transversalmente, um papel institucional e estratégico relevante para a Corporação, especialmente no que se refere à gestão de pessoas (cultura organizacional, valores, motivação e qualidade de vida), à gestão da imagem da instituição e à difusão de sua filosofia de ação.

Palavras-chaves: Capelania Militar, Espiritualidade no Ambiente de Trabalho, Plano Estratégico.

75

INTRODUÇÃO

O termo capelania pode dizer respeito ao serviço de assistência religiosa e espiritual em uma instituição, bem como a uma área de atuação – militar, hospitalar, escolar, prisional etc. – ou a uma filosofia de trabalho que correlaciona questões religiosas e institucionais. Vieira (2011, p.09) define capelania como “uma espécie de espaço do sagrado, de apoio espiritual e ético e de consolo dentro das instituições que a adotam”. Para Ferreira e Ziti (2012, p. 40), “capelania consiste no trabalho de religioso devidamente qualificado para assistência espiritual a internos de qualquer entidade, seja hospital, prisão, colégio, quartel e outros contextos fechados”.

Nas organizações militares, a abertura para a assistência religiosa e espiritual vem de longa data. Desde a chegada dos Portugueses ao Brasil até o presente momento, as Organizações Militares dispõem desse serviço.

A Capelania Militar é um componente da estrutura da Polícia Militar do Distrito Federal legalmente instituído para prestar assistência religiosa e espiritual, conforme prevê a Portaria PMDF Nº790, que, por sua vez fundamenta-se no texto constitucional e em outras leis regulamentares. Em

²⁷ Major Capelão da Polícia Militar do Distrito Federal, graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília, com complementação pela Universidade Luterana do Brasil, e em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília.

termos técnicos, a capelania é a responsável pela Espiritualidade no Ambiente de Trabalho (EAT) da PMDF e deve executar suas atividades com comprometimento institucional e alinhamento com o Plano Estratégico da Corporação (2011-2022).

Robbins (2005, p.389) entende que “a espiritualidade no ambiente de trabalho apenas reconhece que as pessoas possuem uma vida interior, que alimenta e é alimentada por um trabalho com significado, realizado dentro do contexto de uma comunidade”. Para esse autor, a EAT “remete às discussões sobre temas como valores, ética, motivação, liderança e equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal” (ROBBINS, 2005, p. 390).

Citando Garcia-Zamor (2003), Vasconcelos (2008, p. 20) elenca três aspectos vitais da espiritualidade que são relevantes para o ambiente de trabalho: “(1) reconhecimento e aceitação da responsabilidade individual pelo bem comum, (2) pelo entendimento da interconexão em tudo na vida e (3) pelo ato de servir a humanidade e ao planeta”.

Reportando-se a pesquisas na área, Vasconcelos (2008, p. 55) aponta para a “possibilidade de maximização do capital humano como consequência da orientação à espiritualidade no trabalho”. Essa afirmação encontra guarida na revisão teórica realizada por Reave (2005), na qual analisou mais de 150 estudos, chegando ao seguinte resultado:

identificou elevada consistência entre os valores (em termos de ideais estabelecidos), práticas encontradas em diversos ensinamentos de cunho espiritualizante e valores e práticas empregados por líderes aptos a motivar seus seguidores, a criar um clima positivamente ético, a inspirar confiança, a promover relacionamentos positivos no trabalho e a alcançar metas organizacionais, tais como produtividade elevada, reduzidos níveis de *turnover*, maior sustentabilidade e aumento na saúde dos empregados (REAVE, 2005 apud VASCONCELOS, 2008, p.46).

Os possíveis benefícios da EAT estendem-se à PMDF mediante a ação da Capelania Militar. Para facilitar essa visualização, pesquisas sobre EAT, a Portaria PMDF N° 790 e o Plano Estratégico 2011-2022 serão tratados e correlacionados, numa perspectiva de transversalidade em relação a três processos de gestão organizacional: a Gestão de Pessoas, a Gestão da Imagem e a Difusão da Filosofia de Ação.

A CAPELANIA MILITAR E A GESTÃO DE PESSOAS NA PMDF

É ponto pacífico entre estudiosos da Administração, tais quais Chiavenato (1999) e Robbins (2005), que, dentre as várias áreas e aspectos inerentes à Gestão de Pessoas, encontram-se a cultura organizacional, a motivação e a qualidade de vida no trabalho (QVT). Obviamente, a gestão desses componentes não é a razão de ser da Capelania Militar. No entanto, a seguir, será demonstrada em linhas gerais a sua relação com cada um desses aspectos.

Cultura Organizacional

A cultura organizacional é um modo institucionalizado de pensar e agir, construído historicamente, que exprime a identidade da organização e estabelece um padrão de ação para seus componentes, diferenciando-a de outras organizações. Chiavenato (1999, p.138) considera que “cultura organizacional ou cultura corporativa é o conjunto de hábitos e crenças estabelecidos através de normas, valores, atitudes e expectativas compartilhados por todos os membros da organização”. Segundo ele, “toda cultura se apresenta em três diferentes níveis: artefatos, valores compartilhados e pressuposições básicas” (1999, p. 140).

É importante frisar que os valores que compõem a cultura não se tratam de valores impostos, mas sim compartilhados pelos membros da organização. Chiavenato os define como “valores relevantes que se tornam importantes para as pessoas e que definem as razões pelas quais elas fazem o que fazem” (1999, p. 140).

O Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022 pressupõe que “valores são conjuntos de padrões éticos que norteiam a vida cotidiana da organização e a dos seus integrantes” (PMDF, 2011, p.09). Por meio do processo de planejamento estratégico, ficou estabelecido que “são valores da Força Policial Militar do Distrito Federal: a honestidade, a ética profissional, o cientificismo, e o respeito aos direitos humanos” (PMDF, 2011, p.33). Com isso, a Corporação definiu e oficializou os valores que julga ser relevantes e preferíveis para a condução das ações de seus integrantes.

Verifica-se que isso é de suma importância, quando se leva em conta as considerações de Robbins (2005, p. 54) sobre o tema: “os valores representam convicções básicas de que um modo específico de conduta ou de condição de existência é individualmente ou socialmente preferível a modo contrário de conduta ou existência”.

Todavia, apesar da importância da institucionalização estratégica desses valores, ela, por si só, não garante a sua inclusão ou permanência na cultura organizacional, pois é necessário que eles sejam compartilhados pelos seus membros.

É nesse contexto que a Capelania Militar, como veiculadora da EAT, aparece como um elemento importante, tendo em vista que “a questão ética se estende aos valores pessoais – as crenças e atitudes intrínsecas que ajudam a determinar o comportamento individual” (SCHERMERHORN, 2007, p. 51).

Além disso, DAL-FARRA e GEREMIA (2010, p.588) mencionam uma importante ligação entre a espiritualidade e os valores pessoais:

Espiritualidade se refere a um amplo domínio da subjetividade humana, refletindo nos valores e ideais mais preciosos das pessoas, assim como o senso de quem são, as suas crenças, o significado e o propósito de suas vidas junto à conexão que elas estabelecem com os outros e com o mundo em que vivem.

Partindo do pressuposto de que os valores da Corporação definidos no Plano Estratégico - a honestidade, a ética profissional, o cientificismo, e o respeito aos direitos humanos - são compatíveis com

os preceitos bíblicos apregoados na missão religiosa castrense, pode-se concluir que a atuação da Capelania Militar caracteriza um forte instrumento de disseminação e preservação desses valores institucionais.

As NGSAR/PMDF, no artigo 1º, apontam para esse papel institucional:

O Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar do Distrito Federal (SAR/PMDF) tem por finalidade prestar assistência religiosa e espiritual aos policiais militares, aos servidores civis e suas respectivas famílias, **bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas na Corporação, de acordo com as políticas estabelecidas pelo Comandante-Geral e diretrizes do Subcomandante-Geral** (PMDF, 2012, grifo do autor).

Ao se referir à educação moral do efetivo, o texto em destaque traz à tona o papel da Capelania Militar na difusão de valores positivos. Esses valores fundamentam-se originalmente em princípios religiosos e espirituais e contribuem significativamente para o bem pessoal e institucional.

O artigo 18 das NGSAR/PMDF, que trata das atribuições dos capelães militares, reforça essa concepção:

XV – zelar para que cada integrante da Corporação seja um notório exemplo de respeito, compostura e dignidade para a comunidade local;
(...)
XVIII – promover palestras sobre educação moral, social e religiosa para todos os policiais militares na época de incorporação e nos cursos de formação, mediante prévio entendimento com seus respectivos coordenadores; (PMDF, 2012).

Essa previsão normativa encontra paralelos em empresas privadas e outras organizações. Robbins (2005, p. 390) menciona que há empresas que incluem no treinamento de pessoal “sessões sobre como ser uma pessoa melhor, mais acessível e mais disponível para os amigos, familiares e colegas”.

Dessa forma, evidencia-se que a atividade de educação moral, finalidade da Capelania Militar e atribuição dos capelães, interfere na cultura organizacional, especialmente na dimensão dos valores compartilhados, contribuindo para o alcance do anseio da Corporação de consolidar na tropa os valores já consolidados em seu Plano Estratégico. Tal fato vai ao encontro da afirmação de Robbins (2005, p. 390): “as organizações espirituais se preocupam em ajudar as pessoas a desenvolver e alcançar seu pleno potencial”.

Motivação

O Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022 traz, na perspectiva do Aprendizado e Conhecimento, o objetivo de “promover a motivação dos recursos humanos” (PMDF, 2011, p. 72). Para melhor compreender esse objetivo, faz-se necessário entender o conceito.

“O termo motivação é usado na teoria de gestão para descrever forças dentro do indivíduo que são responsáveis pelo nível, direção e persistência dos esforços empregados no trabalho” (SCHERMERHORN, 2007, p. 311). A motivação pode ser estimulada por recompensas extrínsecas ou

intrínsecas. Para esse autor, recompensa extrínseca é aquela proporcionada por outra pessoa ou situação externa, enquanto a intrínseca é a que ocorre naturalmente durante o desempenho de uma função.

No aspecto intrínseco, há uma forte influência dos valores e crenças sobre a motivação. Schermerhorn (2007, p. 82) aponta para isso ao afirmar que “a cultura interna tem o poder de moldar atitudes, reforçar crenças, dirigir comportamentos e estabelecer expectativas de desempenho, além da motivação para alcançá-los”. Robbins (2005, p. 54) está de acordo, pois considera que “os valores são importantes no estudo do comportamento organizacional porque estabelecem a base para a compreensão das atitudes e da motivação, além de influenciarem nossas percepções” (ROBBINS, 2005, p. 54).

A cultura organizacional, que tem nos valores compartilhados uma de suas bases, pode exercer as seguintes funções:

proporcionar um senso de identidade aos membros da organização; servir como divisor de fronteiras entre uma organização e outra; estimular a estabilidade do sistema social; servir como sinalizador de sentido e mecanismo de controle que orienta e dá forma às atitudes e comportamentos dos funcionários e **favorecer o comprometimento com algo maior que os interesses individuais de cada um.** (ROBBINS, 2005, p.378, grifo do autor).

Em regra, o comprometimento do trabalhador é abordado pelos entes institucionais em um nível considerado mais alto do que o pessoal, já que se tem por pressuposto que a instituição é maior que o indivíduo. A Capelania Militar, ao executar a assistência religiosa e espiritual, leva em conta essa realidade, atuando, porém, em um nível de comprometimento ainda mais alto. Em lugar de sugerir que o bem maior é a própria Corporação e que o comprometimento maior do policial deve ser com ela, a Capelania Militar vai além, ao propagar que o comprometimento com os valores e a missão da Polícia Militar deve ser um desdobramento natural do comprometimento com os princípios de Deus. Sendo assim, esse comprometimento passa a ser com o transcendente, isto é, com Deus.

Dessa forma, a motivação também é trabalhada no nível mais alto, indo além dos fatores de higiene e atingindo profundamente os fatores motivacionais²⁸. Consequentemente, a motivação maior para o trabalho passa a ser o desejo de fazer o melhor para agradar e agradecer a Deus, posto que, nesta perspectiva, a responsabilidade e o senso de realização são caracterizados, em sua base, na relação com algo maior que a pessoa e que a instituição. Isso vai ao encontro da afirmação de Robbins (2005, p. 389) de que “as organizações que promovem uma cultura espiritual reconhecem que as pessoas possuem mente e espírito e que elas buscam sentido e propósito no trabalho realizado”.

Como consequência natural disso, o policial comprometido e motivado dessa maneira terá como preceito fundamental de sua vida pessoal e profissional a excelência: princípio maior perseguido pela

²⁸ Teoria dos dois fatores de Herzberg (1959). Segundo esta teoria, os fatores de higiene (condições de trabalho, pagamento, segurança no trabalho, relações no trabalho, política e administração da empresa) não estão relacionados à motivação para o trabalho, mas provocam desmotivação se não atendidos. Os verdadeiros fatores motivacionais são: o trabalho em si, responsabilidade, senso de realização, reconhecimento e perspectivas de evolução).

Corporação, conforme exposto na Apresentação do Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022 (PMDF, 2011, p. 13).

Na prática, essa conclusão encontra respaldo em vários estudos na área. Ao citar pesquisas que investigaram a relação entre a espiritualidade nas organizações e seu impacto nos resultados corporativos, Robbins (2005, p.392) salienta:

Uma pesquisa realizada por uma importante empresa de consultoria revelou que as organizações que adotaram a abordagem espiritualista melhoraram sua produtividade e reduziram significativamente a rotatividade. Um outro estudo revelou que as empresas que oferecem a seus funcionários oportunidades de crescimento espiritual tiveram um desempenho melhor do que as outras. Outros estudos também indicam que a espiritualidade nas organizações está positivamente relacionada à criatividade, à satisfação no trabalho, ao desempenho da equipe e ao comprometimento organizacional.

O trabalho motivacional pode ser realizado em diversas atividades da Capelania Militar, tanto as de caráter coletivo quanto as individuais. AS NGSAR/PMDF utilizam o termo moral também para designar a motivação do policial militar. No artigo 1º, que trata da finalidade do Serviço de Assistência Religiosa, no § 3º, as Normas determinam: “a assistência espiritual busca elevar o **moral individual do policial militar** e possibilitar seu convívio fraternal e harmonioso, tanto em sua organização policial militar, quanto em seu ambiente familiar e comunitário” (PMDF, 2012, grifo do autor).

Da mesma forma, no artigo 11, inciso X, ao versar sobre as atribuições do capelão-chefe, as Normas estabelecem: “apresentar subsídios aos capelães militares, visando a atualização das atividades desenvolvidas, de forma a **oferecer aos integrantes da Corporação o acompanhamento espiritual e moral**, face aos novos desafios da sociedade” (PMDF, 2012, grifo do autor). O artigo 18, inciso IX, rege que é atribuição dos capelães “contribuir para o **bem-estar moral e disciplinar da tropa em geral**, respeitada orientação prévia da DAP e do Subcomando-Geral” (PMDF, 2012, grifo do autor).

Diante do exposto, percebe-se que a motivação - individual e da tropa – um aspecto considerado de grande relevância pelo Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022, também recebe atenção nas Normas Gerais do Serviço de Assistência Religiosa. Apesar de não ser a responsável pela motivação de pessoal, a Capelania Militar pode contribuir de forma significativa para o processo, o que se confirma também nas pesquisas e estudos sobre a EAT.

Qualidade de Vida no Trabalho

O Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022 estabelece, na perspectiva do aprendizado e conhecimento, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento dos recursos humanos, a estratégia de “desenvolver a melhoria da Qualidade de vida e condições de trabalho do efetivo da PMDF” (PMDF, 2011, p.68). Dentre as iniciativas estratégicas propostas, o Plano recomenda “desenvolver projetos e

ações orientadas à melhoria das condições de saúde e qualidade de vida dos policiais militares, seus dependentes e pensionistas (Programa de saúde da família policial militar)” (PMDF, 2011, p. 69).

Schermerhorn (2007, p. 336) discorre sobre a forma com que o trabalho e as vivências nele podem afetar a qualidade de vida da pessoa:

A maioria das pessoas gasta no trabalho muitas horas por semana e muitos anos de sua vida. O que acontece a elas no trabalho, como são tratadas, e as características do trabalho influenciam a qualidade de vida como um todo. Com frequência nossas experiências no trabalho podem ultrapassar os limites da empresa e afetar nossa vida e as atividades fora do trabalho, do mesmo modo como nossas experiências fora do trabalho podem afetar nossas atitudes e o desempenho no trabalho.

Como a religiosidade e a espiritualidade são aspectos de grande relevância para o ser humano, é de se esperar também que sejam relevantes na determinação da qualidade de vida e, por consequência, na Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Nesse sentido, Panzini et al. (2007, p. 109) afirmam que “vários estudos têm apontado a importância da religião/espiritualidade na qualidade de vida”. Esses autores citam as conclusões do estudo de Ferris (2002) em que se investiga a relação entre a espiritualidade e a qualidade de vida (QV):

1) organizações religiosas contribuem para a integração da comunidade, conseqüentemente aumentando a QV; 2) como a freqüência/presença em serviços religiosos esteve imperfeitamente associada com QV, outros fatores deveriam estar atuando; 3) a concepção americana de “vida boa” se baseia fortemente em ideais judaico-cristãos; 4) os princípios da religião podem atrair pessoas com disposição para a felicidade; 5) a religião pode explicar um propósito na vida que promova bem-estar” (PANZINI et al., 2007, p. 108).

Uma análise do artigo 18 das NGSAR mostra que o delineamento das competências dos capelães leva em conta a necessidade de melhoria da qualidade de vida e saúde do policial, conforme propõe o Plano Estratégico, pois estende a assistência religiosa e espiritual às mais diversas situações e contextos. A Capelania Militar pode estar presente na vida do policial militar em situação de enfermidade, de luto, de trabalho, de encarceramento, bem como de casamento, batismo, entre outras. Seja no quartel, nas ruas, nas igrejas, nas casas, nos hospitais ou até mesmo em um cemitério ou presídio, a Capelania Militar estará junto ao policial militar e aos seus familiares, promovendo qualidade de vida.

A ideia da Capelania Militar como promotora da QVT é fiel à sua própria história, tendo em vista que ela origina-se de um ato eminentemente assistencial²⁹. Trata-se da dimensão do cuidar pastoral direcionado à promoção da QV no sentido integral. Essa concepção também encontra sustentação na visão holística sobre a saúde do homem, que a considera como bem estar físico, emocional, social, ambiental e espiritual. Em termos mais práticos, pode-se observar que os fatores religiosos têm forte influência no comportamento humano e que os preceitos espirituais geram valorosos dividendos, seja na esfera pessoal, social ou profissional.

Dessa forma, pode-se elencar pelo menos “três” resultados diretos da assistência religiosa sobre a qualidade de vida no trabalho: 1- o bem estar do assistido; 2- a prevenção de atitudes e consequências

²⁹ O termo capelania surgiu a partir de um ato de São Martinho de Tours: dividir a sua capa com um mendigo.

negativas, potencialmente prejudiciais para a pessoa e para Corporação; 3- difusão de princípios e de uma filosofia de vida benéfica, em todos os aspectos, para a pessoa e para a Corporação.

A CAPELANIA MILITAR E A GESTÃO DA IMAGEM DA PMDF

O Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022, ao dispor sobre o norte do planejamento estratégico, esclarece que “o enfoque se concentrará em ações estratégicas da gestão policial militar direcionadas a: (...) – fortalecer a imagem institucional” (PMDF, 2011, p.15). Dentre os nove itens elencados, encontra-se a imagem institucional, o que revela que essa é uma questão preponderante para a Corporação.

Imagem é um termo que pode ser entendido como o conjunto de impressões, crenças e idéias de uma determinada pessoa ou grupo relativas a um objeto. Esse objeto pode ser uma pessoa, uma instituição etc.. No entendimento de Kotler (2006) existem dois fatores que influenciam a imagem: as características objetivas do objeto e as características subjetivas de quem o vê.

Pinho (1990) trata a imagem institucional como identidade corporativa. Para ele, “a identidade corporativa refere-se aos valores básicos e às características atribuídas a uma corporação pelos seus membros, públicos internos e externos” (PINHO, 1990, p. 117).

Com relação ao público interno, o Plano Estratégico estabelece, na perspectiva dos Processos Internos, a seguinte iniciativa: “desenvolver ações de endomarketing” (PMDF, 2011, p. 83). Essa iniciativa visa o fortalecimento da imagem institucional junto aos seus próprios integrantes, os policiais militares.

Obviamente, essa questão refere-se ao negócio da Comunicação Social da Corporação. Todavia, é evidente que a forma com que os policiais militares são tratados e assistidos em suas necessidades influencia sua percepção sobre a PMDF e a construção que fazem de sua imagem. Nesse sentido, a Capelania Militar, enquanto órgão responsável pela assistência religiosa e espiritual, também oferece sua parcela de contribuição.

Isso pode ser compreendido por meio de uma análise muito simples. Ao estar junto ao policial militar ou aos seus familiares, prestando-lhes assistência em momentos difíceis ou compartilhando momentos felizes, o capelão militar o faz como ministro de Deus e como enviado da Corporação. Com isso, configura-se que é a PMDF quem visita o policial no hospital, em seu lar ou em outro lugar, porque se importa com ele. A sensação de conforto e suporte nessas situações gera a percepção de cuidado institucional e interferem positivamente na construção que essas pessoas fazem da imagem da Corporação.

Nesse sentido, Barreto, Thompson e Feitosa (2011, p. 12) consideram que “a EAT se configura como um novo paradigma com o objetivo de humanizar as organizações”. Na mesma linha, Vasconcelos (2008, p. 46) afirma:

acreditamos que, para uma cultura organizacional demonstrar com veemência inclinação à espiritualidade, certamente deverá abraçar valores humanísticos, tais como atenção, bondade, gratidão, qualidade, reconhecimento, respeito, entre outros, e atos de generosidade. A face mais saliente de uma cultura organizacional espiritualizada tem a ver com um ambiente laboral em que predomina a preocupação de colher resultados benéficos tanto para os empregados como para a organização (VASCONCELOS, 2008, p.46).

Mesmo os eventos coletivos realizados pela Capelania Militar nas dependências da Corporação, tais quais os cultos, missas, reuniões, cursos e palestras, têm impacto positivo na imagem institucional, pois suscitam no policial a percepção de liberdade, de reconhecimento de seus valores pessoais e de humanização do trabalho.

Para se discutir o fortalecimento da imagem institucional junto ao público externo, é necessário pontuar mais alguns aspectos. Aaker (1998) avalia que uma marca possui cinco dimensões: lealdade à marca, conhecimento, qualidade percebida, outros ativos da marca e as associações da marca. Esta última está relacionada à imagem mental que a marca estimula e ao seu posicionamento frente à sociedade. Para ele, “o posicionamento é estreitamente relacionado ao conceito de imagem e associação. (...) Uma marca bem posicionada terá uma atraente posição competitiva suportada por fortes associações” (AEKER, 1998, p. 115).

Algumas dessas associações estimulam sentimentos positivos, os quais se transferem para a marca. A exemplo disso, o Centro de Comunicação Social tem veiculado imagens de policiais militares praticando atos de cidadania associadas ao *slogan* “PMDF – muito mais que segurança”.

Cabe ressaltar mais uma vez, que essa é uma ação típica da Comunicação Social. No entanto, tendo em vista que a cultura do nosso país reconhece a prática religiosa e o cultivo da espiritualidade como características benéficas, positivas e ligadas à paz, a Capelania Militar, responsável pela EAT na PMDF, pode contribuir para o fortalecimento da imagem institucional junto ao público externo. Isso pode ocorrer em eventos religiosos com participação da comunidade, seja no ambiente da PMDF ou em outros locais.

Dessa forma, a Capelania Militar mostra-se também capaz de contribuir com a iniciativa estratégica do Plano Estratégico, na perspectiva da Sociedade, de “aumentar a confiança da população em relação à Polícia” (PMDF, 2011, p. 94).

A CAPELANIA MILITAR E A FILOSOFIA DE AÇÃO DA PMDF

O preceito da participação comunitária está na base do Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022. As declarações de missão e visão da PMDF carregam esse princípio. A razão disso é que o Plano estabelece, dentre as políticas corporativas adotadas pela PMDF: “a adoção de estratégias de aproximação com a comunidade, como principal filosofia de gestão bem como a integração com os diversos setores governamentais e da sociedade” (PMDF, 2011, p. 35).

Por essa razão, a filosofia de polícia comunitária permeia o Plano de forma especial, razão pela qual configura, nos aspectos relativos à identidade estratégica da Corporação, como filosofia de ação da PMDF (PMDF, 2011, p.39). Trojanowicz (1994) apresenta um conceito de Polícia Comunitária:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (apud MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, p. 459-460).

Ao tratar das dificuldades encontradas pelos Conselhos de Segurança, o Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária propõe uma série de ações para superação desses problemas, dentre as quais, a realização de palestras em igrejas. O Curso menciona, ainda, vários exemplos bem sucedidos do envolvimento de lideranças religiosas e igrejas com a polícia comunitária. Em diversas experiências, as igrejas são citadas entre os principais colaboradores.

A razão desse fato é que as instituições religiosas são entidades com alto grau de penetração na comunidade, pois se constituem em um importante ente formador de opinião que reúne semanalmente um grande público. Apesar de reconhecerem esse potencial, por vezes, as autoridades policiais encontram dificuldades para estabelecer a aproximação com a comunidade eclesial.

É nesse contexto que a Capelania Militar pode oferecer uma importante contribuição. As NGSAR/PMDF apontam como atribuição do capelão-chefe – artigo 11, inciso VII – e dos chefes das capelanias militares – artigo 12, inciso VI: “manter contato permanente com as autoridades eclesiais locais, visando a interação dos eventos religiosos a serem realizados no Distrito Federal” (PMDF, 2012). Essa atribuição resulta em uma rede de relacionamentos e contatos e demonstra que os capelães militares podem atuar como mediadores entre as autoridades policiais e as lideranças religiosas da comunidade, tendo em vista que são integrantes tanto da Polícia Militar quanto do segmento religioso. Ações como essa se alinham ao Plano Estratégico que estabelece como objetivos “Fomentar as estratégias de aproximação com a população do DF” (PMDF, 2011, p. 87) e “Aumentar a confiança da população em relação à Polícia” (PMDF, 2011, p. 96).

Outra contribuição da Capelania Militar se dá no campo da disseminação dos valores e princípios da polícia comunitária. Dentre os aspectos importantes na abordagem dos capelães militares devem-se considerar os princípios teológicos da responsabilidade social da igreja e da dignidade do ser

humano, ambos integrantes, de alguma forma, da filosofia de polícia comunitária. Vasconcelos (2008, p. 141) comenta que “uma gestão espiritualizada é, antes de qualquer outra consideração, uma gestão inspirada em princípios humanísticos”.

O posicionamento da Capelania Militar aqui descrito vai ao encontro do conceito de que “Polícia Comunitária é uma atitude na qual o policial, como cidadão, aparece a serviço da comunidade e não como uma força. É um serviço público, antes de ser uma força pública” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, p. 460). Além disso, mostra-se perfeitamente alinhado ao Plano Estratégico, que estabelece o objetivo de “fomentar o respeito aos direitos humanos e garantias constitucionais” (PMDF, 2011, p. 96) e “estabelecer parcerias com a sociedade civil para fomentar a defesa dos direitos humanos e cidadania” (PMDF, 2011, p. 78).

CONCLUSÃO

A Capelania Militar vai muito além da mera reprodução da prática religiosa exercida no meio civil, pois interfere positiva e transversalmente nos processos de gestão de pessoas (cultura organizacional, valores, motivação e qualidade de vida), de gestão da imagem da instituição e de difusão de sua filosofia de ação: a polícia comunitária. No cumprimento de sua missão, opera no contexto estratégico da Corporação, gerando contribuições que, a despeito dos seus diferentes graus de visibilidade, todas corroboram para o alcance dos propósitos institucionais e estratégicos da PMDF.

Com relação à gestão de pessoas, ela apresenta-se capaz de contribuir com a disseminação de valores positivos, bem como de interferir na motivação e no comprometimento dos trabalhadores, resultando em maior produtividade e qualidade de vida no trabalho. Paralelamente, tem potencial para agregar valor à imagem institucional, tanto diante do público interno quanto externo. E neste aspecto, ela revela-se também como elemento estratégico, já que, além de influir na imagem da Corporação, pode servir como catalisadora de sua aproximação com a comunidade.

Esse potencial institucional é confirmado por pesquisas e estudos sobre a Espiritualidade no Ambiente de Trabalho e converge para diversos pontos elencados no Plano Estratégico da PMDF / 2011-2022.

REFERÊNCIAS

AEKER, David A. **Marcas: Brand Equity – Gerenciando o Valor da Marca**. São Paulo: Elsevier, 1998.

BARRETO, Tiago Franca; THOMPSON, Ana Carolina Rolim Tucunduva da Fonseca e FEITOSA, Marcos Gilson Gomes. *ESPIRITUALIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO - REVISÃO DOS CONCEITOS, DIMENSÕES E CRÍTICAS. ANAIS DO XXXI ENEGEP*. Belo Horizonte, 2011.

BÍBLIA SAGRADA. **Nova Versão Internacional**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. Rio de Janeiro: Campo, 1999.

DAL-FARRA, Rossano André; GEREMIA, César. *Educação em saúde e espiritualidade: proposições metodológicas*. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, Dec. 2010 . Acessado em 05/10/2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022010000400015>.

FERREIRA, Damy e ZITI, Lizwaldo Mário. **Capelania Hospitalar Cristã: Manual Didático e Prático para Capelães**. São Paulo: SOCEP Editora, 2010.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. Brasília: SENASP, 2007.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança** [recurso eletrônico]. São Paulo, 2009. Acessado em 23/10/2012. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down247.pdf> .

PANZINI, Raquel Gehrker et al. *Qualidade de Vida e Espiritualidade*. *Revista de Psiquiatria Clínica*. N° 34, supl 1; 2007, p. 105-115, Tradução: Alexandre Augusto Macêdo Corrêa. Acessado em 23/10/2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a14v34s1.pdf> .

PINHO, José Benedito. **Propaganda Institucional: Usos e Funções da Propaganda em Relações Públicas**. São Paulo: Summus, 1990.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI.** Rio de Janeiro: Talagarça, 2011.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Portaria N^o. 790, de 10 de JULHO de 2012. **Dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa e aprova suas Normais Gerais – NGSAR/PMDF.** Brasília-DF, 2012.

ROBBINS, Stephen. **Comportamento Organizacional.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SCHERMERHORN, John. **Administração.** Rio de Janeiro: RTC, 2007.

VASCONCELOS, Anselmo Ferreira. **Espiritualidade no ambiente de trabalho: dimensões, reflexões e desafios.** São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Walmir. **Capelania Escolar – Desafios e Oportunidades.** São Paulo: Rádio Trans Mundial, 2011.

VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER REGISTRADA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2006 à 2011.

Andreia Brito Magalhães³⁰

Helen Cristina Cordeiro Lima³¹

Maria Isabel Barbosa Dias Correia³²

Lincoln Agudo Oliveira Benito³³

Miguel Ângelo Montagner³⁴

RESUMO:

Tratou-se de um estudo que utilizou enquanto referencial teórico-metodológico pesquisa retrospectiva e comparativa potencializada por uma abordagem quantitativa e que se propôs a analisar a questão da violência contra a mulher, registrada no Brasil no recorte histórico formado pelos anos de 2006 a 2011. Para a aquisição dos subsídios necessários a construção do presente estudo, foram solicitados formalmente dados junto a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SNEVM) da Presidência da República (RP), sendo as mesmas caracterizadas enquanto fontes primárias. As fontes secundárias derivaram de buscas bibliográficas informatizadas implementadas em base de dados eletrônicos nacionais e internacionais (BIREME®, CUIDEN®, LILACS®, MEDLINE®, MINERVA-UFRJ®, SABER-USP®, SCIELO®, TESES-FIOCRUZ®). Por meio dos dados foi possível evidenciar que no período analisado, foram registrados um total de 555.204 casos de violência contra a mulher em suas várias formas (física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e outras). Dentre os tipos de violência registradas a física foi aquela que somou a maior frequência, efetivando um total de 30,36% (n=168.561), já a menor frequência identificada foi a patrimonial que somou um total de 0,80% (n=4.495). O estudo demonstrou ainda que nos anos de 2006 a 2010, houve um aumento nos registros de casos de violência contra a mulher, sendo que esse número sofreu uma redução apenas no ano de 2011. A violência contra a mulher se representa enquanto ruidoso fenômeno que poderá permitir o surgimento de complicações tanto de ordem direta quanto indireta na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Mulher; Saúde Pública.

³⁰ Graduada em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Faculdade LS.

³¹ Graduada em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Faculdade LS.

³² Graduada em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Faculdade LS.

³³ Mestre em Gerontologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professor da Faculdade de Enfermagem da Faculdade LS.

³⁴ Doutor em Saúde Coletiva (UNICAMP). Docente da Universidade de Brasília (UnB).

ABSTRACT:

This was a study that used as a theoretical and methodological research retrospective and comparative enhanced by a quantitative approach and that set out to analyze the issue of violence against women registered in Brazil in historical view formed by the years 2006 to 2011. To acquire the necessary subsidies to build the present study were formally requested National Bureau to Combat Violence against Women (SNEVM) of the Presidency of the Republic (PR) data, that was characterized as primary sources. Secondary sources were derived from computerized bibliographic research implemented in national and international electronic database (BIREME®, CUIDEN®, LILACS®, MEDLINE®, MINERVA-UFRJ®, SABER-USP®, SCIELO®, THESES-FIOCRUZ®). Through the data it became clear that during the analyzed period were recorded a total of 555.204 cases of violence against women in its various forms (physical, psychological, moral, sexual, and other assets). Among the types of violence reported to the physical type was the one that recorded the highest frequency effecting a total of 30,36% (n=168.561), otherwise the lowest was the heritage, in a total of 0,80% (n=4495). The study also showed that in the 2006 to 2010, there was an increase of reported cases of violence against women, and that number was reduced only in 2011. Violence against women is represented as a phenomenon that may allow the emergence of directly or indirectly society complication.

KEYWORDS: Violence, Women Public Health.

INTRODUÇÃO:

A violência desenvolvida contra a mulher é na atualidade reconhecida enquanto um tema de grande preocupação social, além de grande e crescente problema de saúde pública sendo identificado em nações desenvolvidas e em desenvolvimento e, tendo ruidosas consequências de curto, médio e longo prazo para pessoas, famílias, comunidades (LIMA et al, 2008).

Nesse sentido, o conceito de violência contra as pessoas do sexo feminino e também, que tem por base a questão primordialmente de gênero, recentemente se constitui enquanto um fenômeno complexo, multifacetado e, com raízes histórico-culturais, que se permeia por questões de ordem inclusive étnico-raciais, além de classe e de geração social (OKABE e FONSECA, 2009).

Historicamente, o ser feminino vem sofrendo vários tipos de violência, seja no âmbito familiar, no trabalho, ou ainda na ausência de respostas das tão necessárias políticas públicas de saúde de, objetivando ampliar a qualidade de acompanhamento à gestação, ao puerpério, no climatério e principalmente nas situações de violência a que a mesma se encontra vulnerável (GARCIA et al, 2008).

A Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou seus esforços contra essa perigosa e crescente forma de violência já na década de 50, com a idealização e implementação da importante Comissão de Status da Mulher, que formulou entre os anos de 1949 e 1962, uma série de tratados internacionais, baseados em provisões da Carta das Nações Unidas e que, afirma expressamente os direitos iguais entre pessoas do sexo masculino e feminino e, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que sustenta que todos os direitos e liberdades humanos devem ser aplicados igualmente, sem nenhuma distinção de qualquer natureza (LUCENA et al, 2012).

Nesse sentido, o fenômeno violência pode ser caracterizado enquanto o “uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio ou contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou possibilite resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (VIEIRA et al, 2008). A complexidade que envolve a problemática da violência contra o ser feminino, abarca as formas de violência física, violência sexual, violência emocional ou ainda psicológica (ARANTES et al, 2010).

Em alguns estudos científicos é identificado que, o fenômeno da violência se constitui ainda enquanto “a negação do ser humano, do ser sujeito caracterizado só como uma violação de direitos humanos, incluindo a dos direitos reprodutivos e sexuais para as mulheres, na perspectiva jurídico-legal (SCHRAIBER et al, 2009).

Assim, o uso de bebida etílica, drogas ilícitas e ainda, o desemprego, a falta de afeto e de diálogo, dentre muitas outras questões, se representam enquanto os principais fatores de riscos desencadeantes das violências contra o ser feminino (VIEIRA et al, 2008).

A complexidade da referida temática se apresenta inclusive enquanto forma de violência doméstica (que pode ser psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), da violência sexual, do abuso e da exploração sexual promovida principalmente contra mulheres, adolescentes e jovens, na forma de assédio sexual no trabalho, do assédio moral, do tráfico de mulheres em suas várias categorias e representações, e também na forma de violência institucional (FONSECA et al, 2009).

Numa importante publicação e, simulando o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo pai de seus filhos, ex-marido ou ainda, pelo atual companheiro, esse degradante

fenômeno chega a ser de aproximadamente oito (8x) vezes maior do que sofrer algum ataque violento na rua ou no local de trabalho (LIMA et al, 2008).

Já no setor saúde, a questão passa a ter suma importância com a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) instituído na década de 80 do século passado (1980), com a proposta de explorar questões de gênero e abordar as necessidades integrais de saúde da mulher em toda a sua plenitude e singularidade (BORSOI et al, 2009).

Desenvolvido por meio do acolhimento disponibilizado no setor de saúde e, definido enquanto um aspecto essencial da importante política de humanização, o mesmo implica enquanto a recepção do ser mulher, desde sua chegada à Unidade de Saúde (US), se responsabilizando por ela, ouvindo de forma atenta suas queixas e também, permitindo com que a mesma se expresse e exponha suas preocupações, angústias e, garantindo atenção resolutiva ao problema emergente e violento (BOMFIM et al, 2010).

O combate à violência contra as mulheres inclui o estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de qualquer uma das numerosas formas de violência infligida contra as mulheres (BARROS et al, 2011). As agressões têm sido minimizadas com a criação de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) que passaram a ser responsáveis pelo registro e apuração de crimes, pelo seu enfrentamento e prevenção, representando, assim, o início da desnaturalização e do controle dessa ação violenta e perigosa (SANTOS et al, 2010).

A partir dos anos 90, além de remeter o problema à área da justiça e da polícia, que demonstraram interesse na incorporação do tema, o movimento de mulheres se inicia por meio de novas estratégias. A discussão da violência contra a mulher foi remetida estratégica e conscientemente para três (03) campos principais, sendo os mesmos o dos direitos humanos, o da saúde e o do desenvolvimento social, os três (03) já consolidados e reconhecidos internacionalmente (GOMES et al, 2011).

Nesse sentido e, por meio da Lei de número 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida enquanto Lei Maria da Penha e, em seu artigo 1º, este documento legislativo cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal (CF), da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

A Lei Maria da Penha, que fortalece a mulher no momento de decisão sobre a denúncia, tendo em vista a pena de detenção e também o afastamento do agressor, pode ser solicitado através de medidas protetivas quando a mulher está em situação de risco (GADONI-COSTA et al, 2009; GARCIA et al, 2008). Já em seu artigo sétimo (7º), o referido “diploma legislativo” aborda, também, várias espécies de violência doméstica e familiar contra a mulher e, como inovação, além da violência física, psicológica e sexual, traz a violência nas categorias patrimonial e moral (PINTO, 2009).

OBJETIVO

Analisar o fenômeno da violência registrada contra a mulher em todo o Brasil, entre os anos de 2006 a 2011.

MATERIAIS, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS:

O referencial teórico-metodológico se caracterizou enquanto pesquisa retrospectiva e comparativa, potencializada por uma abordagem quantitativa e que se propôs a analisar a questão da violência dirigida contra a mulher, no recorte geográfico constituído de todo o Brasil e, no recorte histórico formado pelos anos de 2006 a 2011.

Para a aquisição dos subsídios necessários à construção do presente estudo, foram solicitados formalmente dados junto a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SNEVM) da Presidência da República (RP), sendo as mesmas caracterizadas enquanto fontes primárias. As fontes secundárias derivaram de buscas bibliográficas informatizadas implementadas em base de dados eletrônicos nacionais e internacionais (BIREME®, CUIDEN®, LILACS®, MEDLINE®, MINERVA-UFRJ®, SABER-USP®, SCIELO®, TESES-FIOCRUZ®).

As palavras-chave utilizadas foram adquiridas por meio dos DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), sendo os mesmos “violência contra a mulher” número do registro (50239), “Direitos da Mulher” número do registro (15331) e “Saúde da mulher” número de registro (29154).

Para organização dos dados adquiridos foi utilizado o software Microsoft Office Excel 2010® for Windows®. Também foi implementada análise estatística, verificando a presença de

relação existente entre as categorias pesquisadas. Objetivando permitir melhor análise dos dados adquiridos, os mesmos foram organizados na forma de tabelas.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS:

Durante o processo de organização e análise de dados adquiridos, foram identificadas seis (06) categorias analíticas, estando as mesmas relacionadas ao fenômeno violência contra o ser feminino. As categorias citadas foram o “tipo de violência sofrida”, “tipo de violência psicológica sofrida”, “tipo de violência sexual sofrida”, tipo de violência patrimonial sofrida”, “tipo de relação do agressor com a vítima” e “frequência temporal da violência sofrida”.

Analisando a questão da violência doméstica sofrida por pessoas do sexo feminino entre os anos de 2006 a 2011, foi possível perceber um universo de 236.217 casos registrados. Nesse bojo, o ano de 2010 foi aquele que registrou maior frequência somando um total de 40,60% (n=95.905) e o ano que registrou a menor frequência foi 2007, somando 5,70% (n=13.471) casos, conforme exposto junto a tabela de número 01.

Na categoria “lesão corporal gravíssima”, foram registrados um total de 1.348 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele que somou a maior frequência efetivando 61,20% e o ano de 2009 a menor registrando 2,60% (n=34) casos. Já na categoria que analisou a questão da violência física relacionado à categoria “lesão corporal grave”, os registros apontaram que no ano de 2010 foi obtido o maior percentual efetivando um total de 41,30% (n=4.355) casos e, no ano de 2009 foi registrado um total de 5,00% (n=515) casos.

Nos casos de violência física relacionada à categoria de “lesão corporal leve”, foi registrado no ano de 2010 o maior índice quantitativo com 38,00% (n=58.720) casos, e no ano de 2006 foi verificado um total de 4,50% (n=6.982) registros. Já nos casos de violência física relacionada a categoria de “homicídios”, foi possível verificar que o ano de 2007 obteve o maior somatório efetivando um total de 41,80% (n=79) dos casos e, no ano de 2009 se constatou um total de 2,60% (n=05) casos.

A violência física relacionada à categoria “tentativa de homicídio” no ano de 2010, obteve o maior somatório efetivando 20,60% (n=297) dos casos registrados e, no ano de 2009 se obteve o menor somatório com o quantitativo de 11,70% (n=169) casos.

Observando a frequência de casos relatados de violência psicológica relacionado à categoria “dano emocional/autoestima”, foi evidenciado um total de 20.396 casos registrados, sendo que, no ano de 2010 se obteve um total de 48,30% (n=9.846) casos e, no ano de 2009 se obteve um total de

18% (n=3.694) registros, conforme exposto junto a tabela de número 02. Nos anos de 2006, 2007 e 2008, não foram registrados nenhum caso nesta categoria analítica.

TABELA 01- Frequência de violência registrada contra a mulher no Brasil, entre os anos de 2006 a 2011, por tipo:

Tipo: Violência doméstica		
Ano	Frequência	%
2011	65.851	27,90
2010	95.905	40,60
2009	37.910	16,00
2008	23.080	9,80
2007	13.471	5,70
Total	236.217	100
Tipo: Lesão corporal gravíssima		
2011	158	11,80
2010	421	31,20
2009	34	2,60
2008	116	8,60
2007	266	19,80
2006	353	26,00
Total	1.348	100
Tipo: Lesão corporal grave		
2011	1.277	12,00
2010	4.355	41,30
2009	515	5,00
2008	800	7,60
2007	1.827	17,30
2006	1.769	16,80
Total	10.543	100
Tipo: Lesão corporal leve		
2011	44.279	28,50
2010	58.720	38,00
2009	21.283	13,70
2008	12.967	8,30
2007	10.802	7,00
2006	6.982	4,50
Total	155.042	100,00
Tipo: Homicídio		

2011	26	13,70
2010	45	24,00
2009	5	2,60
2008	14	7,40
2007	79	41,80
2006	20	10,50
Total	189	100
Tipo: Tentativa de homicídio		
2011	213	15,00
2010	297	20,60
2009	169	11,70
2008	264	18,30
2007	211	14,60
2006	285	19,80
Total	1.439	100

FONTE: Presidência da República (PR), 2012.

Já quando analisada a frequência de relatos de violência psicológica relacionados à categoria “negligência”, foi verificado no período analisado um total de 20.396 casos registrados, sendo que o ano de 2006 obteve o maior índice efetivando um total de 75% (n=248) casos, e no ano de 2009 se constatou a menor frequência, com um total de 2,40% (n=08) registros. Nos anos de 2010 e 2011 não foram identificados registros nesta categoria analítica.

TABELA 02- Frequência de violência psicológica registrada contra a mulher no Brasil, entre os anos de 2006 a 2011, por tipo:

Frequência de violência psicológica		
Tipo: Dano emocional/autoestima		
Ano	Frequência	%
2011	6.856	33,70
2010	9.846	48,30
2009	3.694	18,00
2008	-	-
2007	-	-
2006	-	-
Total	20.396	100
Tipo: Negligência		
2011	-	-

2010	-	-
2009	8	2,40
2008	20	6,00
2007	55	16,60
2006	248	75,00
Total	331	100
Tipo: Ameaça		
Ano	Frequência	%
2011	9.393	20,60
2010	15.328	33,60
2009	9.069	20,00
2008	6.558	14,30
2007	3.879	8,50
2006	1.354	3,00
Total	45.581	100
Tipo: Perseguição		
2011	674	17,60
2010	1.018	26,60
2009	738	19,30
2008	737	19,20
2007	375	10,00
2006	281	7,30
Total	3.823	100
Tipo: Assédio moral		
2011	69	20,20
2010	139	40,80
2009	46	13,50
2008	25	7,30
2007	28	8,20
2006	34	10,00
Total	341	100

FONTE: Presidência da República (PR), 2012.

Na frequência de relatos de violência psicológica relacionado à categoria “ameaça”, foi verificado um total de 45.581 casos registrados, sendo que o ano de 2010 obteve o maior somatório efetivando um total de 33,60% (n=15.328) casos, e o ano de 2006 obteve a menor frequência registrando um total de 3% (n=1.354).

Já quando analisado a frequência de relatos de violência psicológica relacionado à categoria “perseguição”, foi possível constatar um somatório total de 3.823 casos registrados, sendo que o ano de 2010 aquele que obteve a maior frequência registrando um total de 26,60% (n=1.018) casos, e o ano de 2006 a menor frequência com 7,30% (n=281) casos identificados.

Já na frequência de relatos de violência psicológica relacionado à categoria “assédio moral”, foi verificado um total de 341 casos registrados, sendo o ano de 2010 obteve a maior frequência com 40,80% (n=139) casos, e o ano de 2008 registrou a menor frequência com 7,30% (n=25).

Já nos casos de relatos de violência sexual relacionado a categoria “assédio sexual” registrados no período em análise, foi verificado um somatório de 387 casos, sendo que o ano de 2010 obteve um total de 36,40% (n=141) casos, e no ano de 2006 e 2008 respectivamente, se constatou um total de 5,70% (n=22) em cada um dos anos, conforme exposto junto a tabela de número 03.

TABELA 03 - Frequência de violência sexual registrada contra a mulher no Brasil, entre os anos de 2006 a 2011, por tipo:

Frequência de violência sexual		
Tipo: Assédio sexual		
Ano	Frequência	%
2011	81	21,00
2010	141	36,40
2009	37	9,50
2008	22	5,70
2007	84	21,70
2006	22	5,70
Total	387	100
Tipo: Atentado violento ao pudor		
2011	-	-
2010	167	40,70
2009	87	21,20
2008	88	21,50
2007	37	9,00
2006	31	7,60
Total	410	100
Tipo: Estupro		
2011	911	25,30
2010	1.467	40,80
2009	390	10,90

2008	303	8,40
2007	277	7,70
2006	246	6,90
Total	3.594	100
Tipo: Exploração sexual		
2011	306	30,50
2010	543	54,00
2009	62	6,00
2008	38	4,00
2007	34	3,40
2006	21	2,10
Total	1.004	100

FONTE: Presidência da República (PR), 2012.

A frequência de relatos de violência sexual relacionado à categoria “atentado violento ao pudor” registrado no ano de 2010, foi identificado um somatório total de 40,70% (n=167) casos, e no ano de 2006 foi evidenciado um total de 7,60% (n=31) registros. Já quando analisado a frequência de relatos de violência sexual relacionado à categoria “estupro”, foi evidenciado que o ano de 2010 obteve o maior somatório efetivando 40,80% (n=1.467) casos, e no ano de 2006 se constatou um total de 6,90% (n=246) registros.

Na frequência de relatos de violência sexual relacionado à categoria “exploração sexual”, foi constatado que no ano de 2010 se somou o maior índice efetivando 54% (n=543) dos casos, e no ano de 2006 foi evidenciado a menor frequência num total de 2,10% (n=21) registros.

Quando analisado a frequência de relatos de “violência patrimonial” registrados no período em análise, se observou que o maior somatório foi identificado no de 2010 efetivando 41% (n=1.840) e, no ano de 2007, contatou-se um total de 3,40% (n=152) registros, conforme exposto junto a tabela de número 04.

TABELA 04 - Frequência de violência patrimonial registrada contra a mulher no Brasil, entre os anos de 2006 a 2011, por tipo:

Frequência de violência patrimonial		
Tipo: Patrimonial		
Ano	Frequência	%
2011	1.227	27,30
2010	1.840	41,00
2009	817	18,00

2008	459	10,30
2007	152	3,40
Total	4.495	100
Tipo: Cárcere privado		
2011	343	28,30
2010	447	37,00
2009	120	10,00
2008	178	14,70
2007	123	10,00
Total	1.211	100

FONTE: Presidência da República (PR), 2012.

Já quando analisado a frequência de relatos de violência patrimonial relacionado ao “cárcere privado”, foi evidenciado que o ano de 2010 obteve o maior somatório efetivando 37% (n=447) casos, e no ano de 2007 e 2009 respectivamente, se constatou um total de 10% (n=120) cada ano. Quando analisada a violência direcionada a pessoa do sexo feminino registrada no Brasil entre os anos de 2007 à 2011, por tipo de relação com a vítima, foram identificados enquanto agressores, amigo, companheira de relação homoafetiva, companheiro, cônjuge, ex-marido, filho, irmão e pai, conforme apresentado junto à tabela de número 05.

TABELA 05 – Violência registrada contra a mulher no Brasil entre os anos de 2010 e 2007, por tipo de relação com a vítima:

Tipo de relação com a vítima: Amigo		
Ano	Frequência	%
2011	202	6,75
2010	362	12,10
2009	1.050	35,09
2008	859	28,71
2007	519	17,35
Total	2.992	100
Tipo de relação com a vítima: Relação homoafetiva (companheira)		
2011	79	0,65
2010	10.002	81,73
2009	692	5,65
2008	1.289	10,53
2007	176	1,44
Total	12.238	100
Tipo de relação com a vítima: Companheiro		

2011	27.222	39,27
2010	31.824	45,91
2009	10.266	14,82
2008	-	-
2007	-	-
Total	69.312	100
Tipo de relação com a vítima: Cônjuge		
2011	14.647	18,40
2010	21.246	26,69
2009	17.789	22,34
2008	15.494	19,46
2007	10.437	13,11
Total	79.613	100
Tipo de relação com a vítima: Ex-marido		
2011	6.850	36,43
2010	9.579	50,94
2009	2.376	12,63
2008	-	-
2007	-	-
Total	18.805	100
Tipo de relação com a vítima: Filho		
2011	1.158	28,82
2010	1.412	35,15
2009	734	18,27
2008	482	11,99
2007	232	5,77
Total	4.018	100
Tipo de relação com a vítima: Irmão		
2011	1.041	27,74
2010	1.301	34,65
2009	718	19,13
2008	431	11,50
2007	262	6,98
Total	3.753	100
Tipo de relação com a vítima: Pai		
2011	445	25,87
2010	625	36,33
2009	312	18,14
2008	207	12,05

2007	131	7,61
Total	1.720	100

FONTE: Presidência da República, 2012.

Na categoria que analisou o tipo de relação que a vítima possuía com o agressor, sendo o mesmo caracterizado enquanto “amigo”, foi identificados um total de 2.992 registros, sendo que o ano de 2009 apresentou a maior frequência com 35,09% (n=1.050) e o ano de 2011 apresentou a menor frequência com 6,75% (n=202). Já na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo identificado enquanto “companheira de relação homoafetiva”, foi evidenciado um total de 12.238 registros, sendo que o ano de 2010 foi aquele que apresentou a maior frequência com 81,73% (n=10.002) e o ano de 2011 a menor frequência com 0,65% (n=79).

Na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo entendido enquanto “companheiro”, foi possível verifica um total de 69.312 registros, sendo que o ano de 2010 apresentou a maior frequência com 45,91% (n=31.824) dos casos registrados e o ano de 2009 a menor frequência com 14,82% (n=10.266) dos casos identificados. Nessa categoria, os anos de 2007 e 2008 não obtiveram nenhum registro.

Já na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo caracterizado enquanto “cônjuge”, foram identificados um total de 79.613 registros, sendo que o ano de 2010 foi aquele dentre os analisados que obteve a maior frequência com 26,69% (n=21.246) dos registros e o ano de 2007 obteve a menor frequência com 13,11% (n=10.437) dos registros.

Na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo “ex-marido”, foram identificados um total de 18.805 registros, sendo que o ano de 2010 obteve a maior frequência com 50,94% (n=9.579) dos casos e, o ano de 2009 obteve a menor frequência com 12,63% (n=2.376) dos casos. Nessa categoria, os anos de 2007 e 2008 não foram identificados registros.

Já na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo o próprio “filho”, foram registrados um total de 4.018 casos identificados, sendo que o ano de 2010 foi aquele que registrou a maior frequência com 35,15% (n=1.412) casos registrados o ano de 2007 somou a menor frequência com 5,77% (n=232) dos casos. Na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo identificado enquanto “irmão”, foram registrados um total de 3.753 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele que somou a maior

frequência totalizando 34,65% (n=1.301) casos e o ano de 2007 somou a menor frequência com 6,98% (n=262) dos casos.

Na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo identificado enquanto o “pai” da vítima, foram registrados um total de 1.720 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele que atingiu a maior frequência com 36,33% (n=625) dos casos e, o ano de 2007 constituiu a menor frequência somando um total de 7,61% (n=131) dos casos identificados.

Outra forma de análise da violência sofrida pelo ser feminino no período em análise e que chamou atenção, foi pela frequência temporal com que esse fenômeno foi identificado e registrado, conforme exposto junto a tabela de número 06.

Quando analisada a frequência da violência direcionada a mulher na categoria “diariamente” foi registrado um total de 131.407 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele com a maior frequência registrando 35,40% (n=46.536) e o ano de 2007 foi aquele com a menor frequência somando um total de 6,95% (n=9.146) casos.

06 – Violência realizada contra a mulher no Brasil entre os anos de 2010 e 2011, por frequência de violência sofrida:

102

Frequência da Violência: Diariamente		
Ano	Frequência	%
2011	31.303	23,80
2010	46.536	35,40
2009	28.606	21,75
2008	15.916	12,10
2007	9.146	6,95
Total	131.407	100,00
Frequência da Violência: Semanalmente		
2011	11.568	28,80
2010	18.281	44,00
2009	5.186	12,00
2008	3.939	9,50
2007	2.395	5,70
Total	41.369	100,00
Frequência da Violência: Mensalmente		
2011	2.822	26,83
2010	4.443	42,24
2009	1.447	13,76

2008	1.018	9,67
2007	790	7,5
Total	10.520	100,00
Frequência da Violência: Raramente		
2011	4.905	31,12
2010	6.506	41,25
2009	1.791	11,35
2008	1.425	9,03
2007	1.143	7,25
Total	15.770	100,00
Frequência da Violência: Uma Vez		
2011	2.782	22,96
2010	4.277	35,30
2009	2.262	18,66
2008	1.630	13,45
2007	1.166	9,63
Total	12.117	100,00

FONTE: Presidência da República, 2012.

Já quando analisada a frequência da violência direcionada a mulher na categoria “semanalmente”, foi identificado um quantitativo total de 41.369 casos, sendo que o ano de 2010 obteve a maior frequência somando um total de 44% (n=18.281) e o ano de 2007 foi aquele com a menor frequência, somando um total de 5,70% (n=2.395).

Na categoria que analisou a frequência da violência direcionada a mulher na categoria “mensalmente”, foi registrado um total de 10.520 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele que registrou a maior frequência com 42,24% (n=4.443) e o ano de 2007 registrou a menor frequência com 7,5% (n=790).

Quando analisada a frequência da violência direcionada a mulher na categoria “raramente”, foi registrado um total de 15.770 casos, sendo que o ano de 2010 registrou a maior frequência no período analisado com 41,25% (n=6.506) e o ano de 2007 registrou a menor frequência com 7,25% (n=1.143). Já quando analisada a frequência da violência direcionada a pessoas do sexo feminino na frequência uma (01) vez, foi verificado um total de 12.117 casos, sendo que o ano de 2010 obteve a maior frequência com 35,30% (n=4.277) de casos e o ano de 2007 obteve a menor frequência com 9,63% (n=1.166) dos casos.

ANÁLISE DE DADOS:

Analisando a frequência da violência cometida contra a mulher, foi possível constatar que na categoria “diariamente” apresentou maior prevalência em todo período pesquisado, sendo que o ano de 2010 teve maior quantitativo. Nesse sentido, houve associação estatística entre as categorias frequência da violência e o ano ($P=0,001$).

Já avaliando o índice de tempo de relação com o agressor, se verificou que houve uma variação de prevalência entre as durações de relacionamentos propostos durante o período analisado onde, a maior frequência ocorreu no ano de 2011 entre vínculos com 10 anos ou mais. Nesse sentido, foi possível constatar ainda que ocorreu associação estatística entre as categorias tempo de relação do agressor e o ano ($P=0,000$).

Quando analisado o tipo de relação existente entre a vítima com o agressor, foi constatado que a maior frequência de agressões registradas ocorreu na categoria analítica companheiro e no ano de 2010. A análise permitiu identificação na associação estatística existente entre as categorias relação da vítima com o agressor e o ano ($P=0,000$).

Já quando analisado o quantitativo de registros de violência doméstica e familiar, registrada no Brasil durante o período analisado, foi evidenciado que o ano de 2010 apresentou o maior número de ocorrências. Através da análise, foi possível verificar que houve associação estatística entre as categorias violência doméstica e familiar e o ano ($P=0,000$).

Analisando os tipos de atendimentos realizados, a maior frequência ocorreu nos serviços de telefonia no ano de 2010 onde, a análise permitiu verificar associação estatística existente entre as categorias tipos de atendimentos realizados e o ano ($P =0,000$).

Já na análise desenvolvida com relação dos filhos da vítima e da violência, foi possível evidenciar que a grande maioria dos filhos da vítima presenciaram agressão, sendo que o maior quantitativo se apresentou no ano de 2010. A análise desenvolvida proporcionou associação estatística entre as categorias relação dos filhos com a vítima e o ano ($P =0,000$).

Considerando as categorias tipos de violência física infligidos contra pessoas do sexo feminino, foi possível verificar que entre as subcategorias agressões e lesão corporal leve, apresentaram o maior quantitativo, sendo que o ano de 2010 evidenciou maior prevalência. Nesse sentido, a análise demonstrou associação estatística existente entre as categorias agressão física e o ano ($P=0,000$).

Na análise desenvolvida sobre os tipos de agressão psicológica registradas, foi possível perceber que a categoria “ameaça”, constituiu os maiores índices de ocorrências, sendo que o

ano de 2010 apresentou a maior frequência. Desta forma, é possível perceber ainda associação estatística nas categorias “agressão psicológica” e “ano” ($P=0,000$).

Quanto à categoria “agressão moral”, foi possível notar que o maior quantitativo está relacionado à categoria “difamação” em todo período analisado, onde, o ano de 2010 apresentou maior prevalência dentre as analisadas. Desta forma, foi possível identificar ainda associação estatística entre as categorias interpretativas “agressão moral” e “ano” ($P=0,000$).

No que se refere a categoria analítica “agressão sexual”, foi possível evidenciar que a categoria “estupro” destaca-se com o maior quantitativo no ano de 2010. Desta forma, faz-se evidente associação estatística no que se refere às categorias “agressão sexual” e o “ano” ($P=0,000$). Já quando investigada a categoria “violência patrimonial”, percebeu-se maior frequência no ano de 2010, entretanto, não foi possível calcular associação estatística (P) entre estas variáveis.

Nos outros tipos de agressão dirigida ao ser feminino, foi possível notar maior quantitativo no ano de 2010 e, desta forma, sendo possível analisar ainda a categoria “cárcere privado”, sendo aquela dentre as analisadas, como a que obteve maior frequência também no ano de 2010. Nesse sentido, não foi possível evidenciar associação estatística por meio do cálculo de P .

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por meio do presente estudo, foi possível verificar uma ampliação no quantitativo de registros desenvolvidos no que se refere ao problema da violência direcionada ao ser feminino, no recorte histórico e geográfico analisado. Verificou-se ainda, a redução na frequência dos registros desenvolvidos deste lamentável e persistente fenômeno social no ano de 2011, fruto de uma complexa gama de ações sociais, políticas públicas, elaboração e promulgação de instrumentos legislativos, dentre numerosas formas organizadas de mitigação desta questão histórica.

O grande quantitativo de casos registrados, bem como, o processo de “tipificação” e de análise da “morfologia” deste complexo crime, apontam para a indiscutível importância disponibilizada pelos vários campos sociais constitutivos e também, em todas as esferas nacionais de atuação.

Essa evidência sugere o impacto provocado pelo diploma legislativo de número 11.340, de 07 de agosto de 2006, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar

contra a mulher, bem como das várias políticas públicas implementadas com esse fim”, e ainda, os esforços desenvolvidos por toda sociedade civil e política, objetivando reduzir e conter seus efeitos sobre na contemporaneidade e sobre as futuras gerações.

O problema da violência contra a mulher, se configura na atualidade enquanto “lamentável” e “ruidosa” questão interdisciplinar e intersetorial, onde, todas os integrantes da sociedade, devem somar e multiplicar os seus esforços e ações desenvolvidas, objetivando permitir com que o cuidado e a defesa integral dos direitos inalienáveis à criatura humana, sejam de forma plena e eficiente salvaguardados.

Nesse sentido, o papel social que se espera de todos os integrantes de uma sociedade fraterna, justa, igualitária e equânime, se constitui enquanto condição *sine quan non* para o combate, o controle e a real redução dos casos de violência contra o ser feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, H.M. et al. (2008). Neuroscience education for health profession undergraduates in a call-center for drug abuse prevention. Drug Alcohol Depend. v.98, n.3:pp. 270-274.

BONFIM, Elisiane Gomes; LOPES, Marta Julia Marques; PERETTO, Marcele. (2010). Os registros profissionais do atendimento pré-natal e a (in)visibilidade da violência doméstica contra a mulher. Esc. Anna Nery. vol.14, n.1: pp.97-104. ISSN 1414-8145.

BORSOI, Tatiana dos Santos; BRANDÃO, Elaine Reis; CAVALCANTI, Maria de Lourdes Tavares. (2009). Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. Interface – Comunic, Saude, Educ. v.13, n.28: pp.165-74.

CORSI, J. (org). (2003). Maltrato y abuso en el ambito doméstico. Buenos Aires: Paidós.

FONSECA, Arilton Martins; et al. (2009). Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. Revista Saúde Pública. v.43, n.5: pp.743-752.

GADONI-COSTA, Lila Maria; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. (2009). Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e coping. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia. v.2, n.2: pp.151-159.

GARCIA, Marilúcia Vieira; et al. (2008). Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública. v.24, n.11: pp.2551-2563.

GIORDANI, Anecy Tojeiro (2006). Violências contra a Mulher. São Paulo: Yendis.

GOMES, Nadirlene Pereira; et al (2009). Enfrentamento da Violência Doméstica contra a mulher a partir da interdisciplinaridade e intersetorialidade. Revi enferm. UERJ. v.17, n.1: pp.14-17.

HERMANN, Leda Maria (2007). Maria da Penha Lei com nome de mulher: violência doméstica e familiar. Considerações à Lei n.º 11.340/2006 comentada artigo por artigo. Servanda: Campinas.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; et al. (2009). Atendimento aos usuários em situação de violência: concepções dos profissionais de unidades básicas de saúde. Rev Gaúcha Enferm. v.30, n.4: pp.625-632.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de; et al. (2012). Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Cad. Saúde Pública[online]. v.28, n.6: pp. 1111-1121.

OKABE, Irene; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; (2009). Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação. Rev. esc. enferm. USP. v.43, n.2: pp.453-458.

PINTO, KAREN DAIANY APARECIDA. (2009). A Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade nas relações homoafetivas e de namoro. Curitiba. XXVII Curso de Preparação à Magistratura. Escola da Magistratura do Estado do Paraná. p.76.

PORTO, Madge (2006). Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS. Psicologia ciência e profissão. v.26, n.3:pp.426-439.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2006). Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível e: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 16 out 2014.

SALIBA, Orlando; GARBIN, Cléa Adas Saliba; GARBIN, Artênio José Ispere; DOSSI, Ana Paula. (2007). Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. Revista Saúde Pública. v.41, n.3:pp.472-477.

108

SANTOS, Ariane Gomes dos; NERY, Inez Sampaio; RODRIGUES, Danielle Carvalho; MELO, Ariel de Sousa. (2010). Violência contra gestantes em delegacias especializadas no atendimento à mulher de Teresina- PI. Rev. Rene. v.11: pp.109-116.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia PL; FRANCA-JUNIOR, Ivan; PINHO, Adriana A. (2002). Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. Rev. Saúde Pública. v.36, n.4:pp.470-477.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; PORDEUS, Augediva Maria Jucá; FERREIRA, Renata Carneiro; MOREIRA, Deborah Pedrosa; MAIA, Potívea Bezerra; SAVIOLLI, Kátia Costa. (2008). Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. Saúde soc. São Paulo. v.17, n.3: pp.113-125.

AGRADECIMENTOS:

Os autores do presente estudo agradecem a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SNEVM) da Presidência da República (RP), pela generosidade e presteza na disponibilização dos dados utilizados na construção desta pesquisa.

A RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E AS TAXAS DE HOMICÍDIO NO DF

Eduardo Péricles Teixeira Cavalcanti³⁵

Klepter Rosa Gonçalves³⁶

RESUMO

Saber se existe alguma relação entre os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) das Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal (DF) e as suas respectivas taxas de homicídio é um conhecimento necessário para se prosseguir em uma definição de indicadores que envolvam essas informações. O fato de o IDH avaliar as regiões analisadas pelas dimensões de longevidade, educação e renda, o torna uma informação socioeconômica mais robusta e compacta. Como as ocorrências de homicídios são estudadas por meio de taxas por 100 mil habitantes, acaba-se considerando também as populações de cada região analisada. Utilizando dados de 2000, limitando-se às 19 RAs da época, por meio de estatísticas relacionadas com a correlação entre as variáveis levantadas, confirma-se que existe uma correlação entre as variáveis estudadas, que neste caso é moderada e negativa. Portanto, quanto maior o IDH da RA menor a sua taxa de homicídio, em relação às outras RAs.

Palavras-chave: IDH. Renda. Educação. Homicídio. Crime.

CONSTRUINDO UM INDICADOR

As taxas de homicídio nas regiões administrativas (RAs) estariam relacionadas com os seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs)? Para alguns, a resposta para tal pergunta é

³⁵ Graduado pelo Curso de Formação de Oficiais, Pós-Graduado em Finanças, Pós-Graduado em Estatística, Especialista em Gestão de Segurança Pública. eduardopericles@gmail.com

³⁶ Graduado pelo Curso de Formação de Oficiais, Bacharel em Direito, Especialista em Gestão de Segurança Pública, Especialista em Gestão Estratégica de Segurança Pública. klepter@gmail.com

óbvia. Mas, mesmo que seja baseada em um conhecimento empírico, será que, apesar de óbvia, ela é a correta?

Para ajudar a esclarecer a questão, este artigo testará a hipótese onde afirma que as taxas de homicídio nas RAs reduzem enquanto os respectivos IDHs aumentam, estando relacionados indiretamente.

Órgãos que fiscalizam o desempenho das instituições governamentais vêm, cada vez mais, exigindo que sejam apresentados os resultados alcançados de forma frequente. Exigem a definição de indicadores que demonstrem a evolução daqueles resultados. Com essas informações, esses órgãos monitoram e verificam se as instituições estão melhorando, cobrando quando não atingem as metas estabelecidas anteriormente.

Além de manter os órgãos de controle informados, os indicadores têm a finalidade de monitorar informações valiosas para a melhor gestão de uma organização. Indicadores de desempenho interno, ao nível de setores, concedem ao gestor verificar a evolução de cada um deles, permitindo a bonificação ou aplicação de sanções. A construção de indicadores, muitas vezes complexos, faz-se necessária para a melhoria no desempenho de uma instituição.

Segundo Minayo (2009, p. 84), indicadores são expressões numéricas empregadas para caracterizar atividades ou eventos com o objetivo de determinar seu valor, seja em termos quantitativos ou qualitativos. Instituições públicas utilizam maciçamente indicadores para medir o alcance de determinados objetivos, metas e resultados. Assim, prestam-se a delinear se os objetivos estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (avaliação de resultados), o que é extremamente importante para a estratégia de uma organização.

Utilizar, de forma comparativa, informações percentuais que representam a variação de determinado crime acaba deixando de lado elementos relevantes. Para se realizar comparações, é preciso de indicadores únicos, que utilizem dados da região que mais interferem nos resultados, como a população e dados socioeconômicos.

Vertentes afirmam que, quanto mais negativos os indicadores socioeconômicos, maiores serão as taxas de homicídio para a localidade estudada. E é especificamente com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano que será verificada tal hipótese (BEATO; REIS, 2000, p. 77). Considerando que as ocorrências de homicídio serão analisadas de acordo com o quantitativo populacional da região (homicídios por 100 mil habitantes).

Com o objetivo de identificar a relação existente entre as taxas de homicídio nas RAs do DF e os respectivos IDHs, este artigo busca apontar os dados demográficos das RAs, como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população; arrolar os dados criminais referentes

aos homicídios nas RAs; e manipular estatisticamente esses dados, a fim de identificar a relação entre eles.

PECULIARIDADE DEMOGRÁFICA DO DF

Foi em 1964, quatro anos após a inauguração da cidade de Brasília, que o território do DF foi dividido em RAs. A lei sancionada dividiu o DF em oito partes, incluindo municípios como Planaltina e Brazlândia, que pertenciam ao Estado de Goiás. Durante os anos, foram sendo criadas novas RAs, e hoje já são 31 (ANUÁRIO DO DF 2012, 2012, p. 9 e 16).

Conforme os seus últimos levantamentos, a Companhia de Planejamento do DF, Codeplan, considera que, apesar de existirem de fato 31 RAs, o DF é composto oficialmente por somente 18 RAs, além de Brasília (NUNES; COSTA, 2007, p. 37), que são: Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte e Candangolândia.

Por ser organizado em RAs, em vez de municípios, como as demais unidades federativas, o DF se torna peculiar e diferente. Porém, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não considera tal divisão. Ao divulgar a população de Brasília (RA – I), por exemplo, soma os moradores desta RA, algo um pouco acima de 200 mil habitantes, com os das demais RAs, contabilizando para Brasília a população que, na realidade, é de todo o DF. Além de trazer uma informação errônea, ao atribuir características de uma unidade federativa a uma única cidade (RA – I), cria sérios obstáculos para a utilização das informações na análise do DF em níveis territoriais menores.

POR QUE HOMICÍDIO?

A eleição do homicídio como o tipo de crime a ser aqui estudado advém do fato de ele apresentar a menor quantidade de sub-registros, quando comparado a outros delitos, além de ser um crime que facilmente se enquadra para comparações entre outras nações.

Beato (1999) afirma que os pesquisadores preferem utilizar os dados de homicídio por apresentarem menos problemas legais de classificação e de sub-registro. O homicídio é

considerado para alguns autores como o crime mais facilmente explicável (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990).

Para se trabalhar os dados de homicídio, são utilizadas as taxas brutas, por 100 mil pessoas/ano. Para Beato *et al* (2001, p.1167), “a taxa bruta é o estimador mais simples para o risco de ocorrência de um evento, definindo-se como a razão entre o número de eventos ocorridos na área e o número de pessoas expostas à ocorrência desse evento”.

Nas últimas décadas, o DF vem expondo taxas de homicídios crescentes, acompanhando uma tendência nacional. Segundo Nunes e Costa (2007, p. 49), a taxa no DF saiu de 12,5 atingindo 37,5 homicídios por 100 mil habitantes, entre os anos de 1980 e 2000, um aumento de 200,5%, pouco abaixo da taxa nacional. Desse crescimento todo, grande parte ocorreu na década de 80, momento em que a taxa subiu 149%, quando chegou a 31,2 homicídios por 100 mil habitantes em 1990. Na década de 90 houve um crescimento bem menor, que foi o correspondente a 20% de aumento da taxa.

Um estudo realizado pelo Ministério da Justiça e pelo Instituto Sangari, divulgado em fevereiro de 2011 por meio do Mapa de Violência 2011, aponta Brasília como a 18ª capital do Brasil no ranking da violência (ANUÁRIO DO DF 2012, 2012, p. 42).

De acordo com a OMS (2003 *apud* KLEINSCHMITT; LIMA; WADI, 2011), o homicídio corresponde a qualquer ação intencional dirigida a outro, por um indivíduo ou um grupo, que resulte em óbito.

Por ser considerado um desvio em relação às normas sociais, o crime se torna objeto de análise da sociologia. Na visão de Durkheim (1995), ele é considerado um fenômeno social normal, bem como necessário. O crime faz parte da natureza humana, já que existiu em todas as épocas, sendo praticamente impossível imaginar uma sociedade onde o comportamento criminoso seja inexistente.

Sob a ótica das faixas de renda familiar, Costa e Souza (2012, p. 302) verificaram a distribuição espacial dos homicídios e perceberam “que as regiões com menor renda familiar são as mais atingidas pela violência”.

Segundo Nunes e Costa (2007, p. 36), o processo de urbanização das regiões metropolitanas do Brasil também é descrito pela estreita correlação entre os índices de violência e os índices econômicos/culturais. A violência letal atinge mais as áreas metropolitanas mais pobres, é o que destacam outros estudos. Por conseguinte, as áreas com renda familiar mais elevada possuem índices de homicídios mais baixos.

Soares (2000, p. 41) já havia verificado algo do tipo quando citou que, nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, os bairros mais pobres eram os que tinham as

maiores taxas de homicídio, sendo que, os mais ricos eram os que tinham as menores taxas. Ele constatou também que o DF guarda uma alta correlação entre as taxas de homicídio e o subdesenvolvimento econômico e social.

Algo semelhante acontece nos demais países. Olhando as taxas de homicídios nos países industrializados, constata-se que são comparativamente mais baixas do que as dos países subdesenvolvidos. Nos Estados Unidos, a primeira variável socioeconômica relacionada com os homicídios, em ordem de importância, é o índice de desigualdade econômica (KLEINSCHMITT; LIMA; WADI, 2011, p. 70).

Peres *et al* (2012, p. 3250) aponta como principais determinantes da redução dos índices de homicídio, encontradas durante a década de 90 em várias cidades dos EUA, as mudanças nos indicadores socioeconômicos e investimentos em segurança pública. Por isso, muitos programas implantados são considerados bem-sucedidos à medida que encontram nas intervenções sociais os melhores resultados, no que se refere ao combate à criminalidade (BEATO, 1998, p. 77).

Muitos outros pensadores atribuíram ao aumento da desigualdade social a responsabilidade pelo crescimento da criminalidade violenta no Brasil, desde as últimas décadas, dentre eles Adorno (1993), Beato e Reis (2000), Cano (1997), Cardia e Schiffer (2000), Minayo (1994) e. Zaluar (1999).

A variável ensino também tem sua cota de responsabilidade. Em uma associação com as taxas de homicídio, Soares (2000, p. 38) alega que, à medida que o nível educacional de um grupo aumenta as taxas decrescem, de acordo com dados individualizados.

No que diz respeito aos crimes violentos contra a pessoa, o estudo realizado por Beato e Reis (2000) afirma que, inclusive o homicídio, apresentou uma correlação com os Índices de Desenvolvimento Humano negativa. Significa dizer que os crimes violentos, como os homicídios, apresentaram uma correlação com o Índice de Desenvolvimento Humano inversa, ou seja, quanto maior o IDH, menor as taxas de homicídio, e vice e versa.

O QUE É IDH?

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2010, p.20), a “[...] ideia de desenvolvimento humano pode ser traduzida pela imagem de pessoas levando vidas felizes, produtivas e realizadas, nas quais elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.” Com um olhar diferente do ponto de vista do crescimento econômico, que avalia a tranquilidade da sociedade somente pela riqueza que ela pode gerar, o

desenvolvimento humano busca diretamente as próprias pessoas, suas experiências e seus problemas, tentando enxergar a totalidade. A fim de resumir as diversas controvérsias em relação aos números e de facilitar a compreensão, sintetizando a questão, o PNUD (2010, p.20) utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano, que nada mais é do que uma medida resumida das condições básicas de vida de uma população, baseada nas informações de saúde, de conhecimento e de renda.

Segundo o Anuário do DF 2012 (2012, p.36), “o IDH é calculado com base em dados econômicos e sociais como educação (anos médios de estudos), expectativa de vida e Produto Interno Bruto (PIB) per capita [...]”. Possui a missão de aferir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida proporcionada à população. Variando entre zero e um, quanto mais perto o índice de um mais adiantado é o país ou a região sob análise.

Como uma medida sintética do desenvolvimento humano, de acordo com o PNUD (2011, p.174), o IDH avalia a região “[...] em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno. O IDH é a média geométrica dos índices normalizados que medem as realizações em cada dimensão.”

O PNUD, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), elabora um relatório anual onde são comparados países, estados e regiões, conforme dados do Anuário do DF 2012 (2012, p.36).

“A Companhia de Planejamento do DF (Codeplan) colocou em um ranking as regiões do DF existentes em 2000 para comparar o IDH das RAs”, conforme o Anuário do DF 2012 (2012, p. 37). Porém, não realizou tal classificação para as RAs em anos seguintes. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o PNUD, responsáveis atualmente pela divulgação do IDH das unidades Federativas e dos municípios do Brasil, não consideram as RAs para o efeito de estudo dos municípios, limitando-se ao DF como um todo, considerando-o como uma única cidade.

A ESTATÍSTICA DA PESQUISA

Para verificar a existência, ou não, de associação entre duas variáveis, Bussab e Morettin (2002, p. 85) consideram o coeficiente de correlação (linear), que é uma medida do grau de associação entre elas e também da proximidade dos dados a uma reta. Ela é definida de modo a variar num intervalo finito, especificamente, de -1 a +1.

Segundo Bussab e Morettin (2002, p. 86), dado n pares de valores $(x_1, y_1), (x_2, y_2), \dots, (x_n, y_n)$, a equação que corresponde à correlação entre duas variáveis X e Y é

$$\text{corr}(X, Y) = \frac{\sum_{i=1}^n x_i y_i - n\bar{x}\bar{y}}{\sqrt{(\sum_{i=1}^n x_i^2 - n\bar{x}^2)(\sum_{i=1}^n y_i^2 - n\bar{y}^2)}}$$

o que satisfaz

$$-1 \leq \text{corr}(X, Y) \leq 1.$$

Segundo Filho e Júnior (2009, p. 119), o sinal do coeficiente de correlação indica direção positiva ou negativa do relacionamento e o valor sugere a força da relação entre as variáveis. Uma correlação perfeita (-1 ou 1) informa que o valor de uma variável pode ser exatamente determinado pelo valor da outra. Do outro lado, uma correlação de escore zero indica que não há relação linear entre as variáveis.

Como os valores extremos (0 ou ± 1) dificilmente são encontrados na prática, Filho e Júnior (2009, p. 119) apresentam conceitos de pensadores sobre a magnitude dos coeficientes:

Para Cohen (1988), valores entre 0,10 e 0,29 podem ser considerados pequenos; escores entre 0,30 e 0,49 podem ser considerados como médios; e valores entre 0,50 e 1 podem ser interpretados como grandes. Dancey e Reidy (2005) apontam para uma classificação ligeiramente diferente: $r = 0,10$ até $0,30$ (fraco); $r = 0,40$ até $0,6$ (moderado); $r = 0,70$ até 1 (forte).

Uma população que tenha duas variáveis não-correlacionadas pode produzir amostras com coeficiente de correlação diferente de zero. Segundo Bussab e Morettin (2002, p. 401), para testar se a amostra foi retirada de uma população onde o coeficiente de correlação entre duas variáveis é nulo, é preciso obter a distribuição amostral da estatística r . É daí que vem o Teste para o Coeficiente de Correlação.

Para mostrar o percentual da variância de uma das variáveis que pode ser explicado do valor da outra, é utilizado o Coeficiente de Determinação, que nada mais é do que o quadrado do Coeficiente de Correlação (R^2).

Segundo Silva (2001, p. 14), perguntas sobre quais forças sociais impulsionam as pessoas a cometerem crimes e o porquê de as taxas variarem de uma comunidade para outra, são questões que dominam o campo teórico da literatura sociológica, em suas abordagens sobre o crime. E são esses tipos de indagações que norteiam este trabalho.

MÉTODO

Quanto ao objetivo, a pesquisa a ser utilizada é classificada como descritiva, e quanto ao delineamento, é classificada como bibliográfica.

É descritiva, uma vez que procura descobrir a associação entre as variáveis IDH e taxas de homicídio. Segundo Vergara (2000, p.47), “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”.

É bibliográfica, uma vez que aos meios de investigação a serem utilizados para embasamento teórico do trabalho serão publicações especializadas, que falam sobre as variáveis abordadas. Para Vergara (2000, p. 48), a pesquisa bibliográfica consiste em um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas que são acessíveis ao público em geral.

Por conta da inexistência de informações referentes aos demais anos, os IDHs das RAs do DF considerados são somente os do ano de 2000, produzidos pela Codeplan no ano de 2003.

Considerando a limitação encontrada pelos dados de IDH, toda a análise foi feita com dados referentes ao ano de 2000.

Em 2000, existiam oficialmente no DF somente 19 RAs, que são: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte e Candangolândia. Os IDHs gerados pela Codeplan se limitam a estas RAs, sendo elas a que nos referimos durante este estudo.

Para se trabalhar os dados de homicídio, são utilizadas as taxas brutas, por 100 mil pessoas/ano das áreas das RAs citadas acima. Na formação dessa taxa, o quantitativo de homicídios é proveniente do Datusus (2000) e os dados das populações das RAs são as informadas pela Codeplan.

Na análise, foi utilizado o Coeficiente de Correlação (r), por meio do Microsoft Office Excel 2007, programa de planilha eletrônica com ferramentas para efetuar cálculos utilizando de fórmulas, gráficos e outras funções. Foi empregado, também, o Teste para o Coeficiente de Correlação, para confirmar, ou não, o resultado encontrado com o Coeficiente de Correlação. E, para definir o percentual de interferência da variável explicativa sobre a variável independente, foi utilizado o Coeficiente de Determinação.

Tanto na pesquisa, quanto no tratamento dos dados, foi empregado o método quantitativo.

RESULTADOS

Conforme explicado anteriormente, os dados referentes ao IDH dos municípios brasileiros são divulgados atualmente pelo IPEA e pelo PNUD. Porém, os dados das RAs, que nada mais são que as cidades da unidade federativa DF, não são estudados separadamente, portanto, não são divulgados. Os únicos resultados encontrados durante as pesquisas, a esse nível, foram os provenientes de um estudo realizado pela Codeplan, em 2003, utilizando dados de 2000. Portanto, por conta da existência de somente esse período, no que se referem ao IDH das RAs, os demais dados a serem considerados serão somente do ano de 2000.

Na Tabela 1, pode-se verificar a distribuição das ocorrências de homicídio por cada uma das 19 RAs. Verifica-se, também, as suas populações e as informações referentes à taxa de homicídio por 100 mil habitantes, no ano de 2000.

Olhando somente os dados brutos, encontra-se a Ceilândia como a Região Administrativa (RA) com maior quantidade de homicídio, com 124 ocorrências, seguida de Taguatinga, com 69 ocorrências.

Porém, ao voltar-se para as taxas de homicídio, nota-se que a ordem das RAs se altera, vendo que o destaque de maior índice vai para o Recanto das Emas, com 58,96 homicídios/100mil habitantes, estando bem próximo do Paranoá, com taxa de 58,28.

Em uma classificação crescente das informações, alguns detalhes ficaram em evidência, como, por exemplo, os dados de Brazlândia, onde os valores brutos de homicídios representavam apenas o 8º lugar dentre as 19 RAs, sendo que, após se considerar o quantitativo de habitantes, ficou classificada em 16º lugar entre as demais regiões. O mesmo ocorreu com o Paranoá, que em valores brutos aparecia em 10º, mas dentre as taxas ficou em 18º. De forma positiva, aparece Taguatinga que, no primeiro quesito, estava em 18º, e no segundo, foi melhor em 8 colocações, ficando em 10º lugar.

Tabela 1: População, quantidade de homicídio e taxa de homicídio, por RA, no ano de 2000.

RA	População	Homicídios	Classif. Homic.	Homicídio Tx (/100mil hab)	Classif. Taxa
Brasília	198422	29	9º	14,62	5º
Gama	130580	34	12º	26,04	8º
Taguatinga	243575	69	18º	28,33	10º
Brazlândia	52698	20	8º	37,95	16º
Sobradinho	128789	37	13º	28,73	11º
Planaltina	147114	66	17º	44,86	17º
Paranoá	54902	32	10º	58,29	18º
Núcleo Bandeirante	36472	9	6º	24,68	7º
Ceilândia	344039	124	19º	36,04	15º
Guará	115385	39	14º	33,80	13º
Cruzeiro	63883	6	4º	9,39	4º

Samambaia	164319	59	16°	35,91	14°
Santa Maria	98679	33	11°	33,44	12°
São Sebastião	64322	10	7°	15,55	6°
Recanto das Emas	93287	55	15°	58,96	19°
Lago Sul	28137	2	2°	7,11	2°
Riacho Fundo	41404	3	3°	7,25	3°
Lago Norte	29505	8	5°	27,11	9°
Candangolândia	15634	0	1°	0,00	1°

Fonte: Codeplan e DATASUS.

Já na Tabela 2, estão informações produzidas pela Codeplan, que fizeram parte do IDH, referentes à Renda, à Educação e à Longevidade. É a média destes três valores que resultou no IDH divulgado.

No IDH – Renda, o destaque positivo vai para o Lago Sul, que alcançou o valor máximo do índice, que é 1, seguido pelo Lago Norte, que atingiu 0,978. Do lado negativo desponta o Recanto das Emas, com 0,598, acompanhado do Paranoá, com 0,612.

O Cruzeiro foi o melhor IDH – Educação, com 0,992, colado com Brasília, com 0,991. Na outra ponta apareceu Planaltina, com 0,872, e Brazlândia, com 0,906. A amplitude encontrada neste índice (0,120) é bem menor que a encontrada no IDH – Renda (0,402).

É no IDH – Longevidade que Brasília surge como melhor, com 0,870, ficando logo à frente do Lago Norte, com 0,864. Brazlândia, com 0,734, e Planaltina, com 0,769, são as que tiveram a pior avaliação. Neste índice, a amplitude (0,136) também foi bem inferior que a do IDH – Renda.

Analisando a classificação de cada RA nas três informações, destaca-se Sobradinho que, nos IDH – Renda e IDH – Longevidade, ficou em 8° e 7° lugares, respectivamente, sendo que, no IDH – Educação, chegou ao 15° lugar, melhor que 4 RAs somente. Outra que chama a atenção é o Núcleo Bandeirante que, nos IDH – Renda e IDH – Educação, esteve em 5° e 3° lugares, respectivamente, mas ficou em 11° lugar no IDH – Longevidade.

Tabela 2: IDH – Renda, IDH – Educação e IDH – Longevidade, por RA, no ano de 2000.

RA	IDH					
	Renda	Classif. 1	Educação	Classif. 2	Longevidade	Classif. 3
Brasília	0,948	3°	0,991	2°	0,870	1°
Gama	0,720	10°	0,942	11°	0,784	16°
Taguatinga	0,806	7°	0,944	9°	0,816	9°
Brazlândia	0,642	15°	0,906	18°	0,734	19°
Sobradinho	0,763	8°	0,923	15°	0,824	7°
Planaltina	0,652	14°	0,872	19°	0,769	18°
Paranoá	0,612	18°	0,942	12°	0,800	13°
Núcleo Bandeirante	0,896	5°	0,988	3°	0,811	11°
Ceilândia	0,670	13°	0,910	17°	0,773	17°
Guará	0,831	6°	0,944	8°	0,826	6°
Cruzeiro	0,934	4°	0,992	1°	0,857	3°
Samambaia	0,629	16°	0,921	16°	0,791	14°
Santa Maria	0,627	17°	0,934	14°	0,820	8°

São Sebastião	0,714	11°	0,944	10°	0,804	12°
Recanto das Emas	0,598	19°	0,937	13°	0,791	15°
Lago Sul	1,000	1°	0,982	4°	0,854	4°
Riacho Fundo	0,706	12°	0,958	5°	0,815	10°
Lago Norte	0,978	2°	0,958	6°	0,864	2°
Candangolândia	0,761	9°	0,947	7°	0,850	5°

Fonte: Codeplan.

O IDH, disposto em RAs pela Codeplan, vem apresentado na Tabela 3, acompanhado das classificações do resultado de cada uma das regiões.

Auxiliado principalmente pelo IDH – Renda, o Lago Sul foi a RA que originou o melhor IDH. Segundo o Anuário do DF 2012 (2012, p. 37), na época em que a Codeplan realizou a pesquisa, em 2003, se o Lago Sul fosse um país independente, seria o melhor de qualidade de vida no mundo, com o índice de 0,945, desbancando a Noruega do posto de primeiro lugar.

Apesar de ter sido o pior IDH dentre as RAs (0,761), segundo o Anuário do DF 2012 (2012, p. 37), no ano de 2003, Brazlândia ocuparia, como país independente, a 90ª posição no ranking, à frente até mesmo do Brasil (0,757), no 93º lugar.

Ao analisar as distribuições espaciais dos índices, nota-se um movimento de piora à medida que se afasta do centro do DF. Os cinco melhores resultados: Lago Sul (0,945); Brasília (0,936); Lago Norte (0,933); Cruzeiro (0,928); e Núcleo Bandeirante (0,898), fazem parte das RAs mais centralizadas do DF. Já os cinco piores índices: Brazlândia (0,761); Planaltina (0,764); Recanto das Emas (0,775); Samambaia (0,781); e Ceilândia (0,784), estão entre as RAs mais distantes do centro, com seus territórios já fazendo fronteira com estado de Goiás.

Tabela 3: IDH, por RA, no ano de 2000.

RA	IDH	Classif. IDH
Brasília	0,936	2°
Gama	0,815	12°
Taguatinga	0,856	7°
Brazlândia	0,761	19°
Sobradinho	0,837	9°
Planaltina	0,764	18°
Paranoá	0,785	14°
Núcleo Bandeirante	0,898	5°
Ceilândia	0,784	15°
Guará	0,867	6°
Cruzeiro	0,928	4°
Samambaia	0,781	16°
Santa Maria	0,794	13°
São Sebastião	0,820	11°
Recanto das Emas	0,775	17°
Lago Sul	0,945	1°
Riacho Fundo	0,826	10°

Lago Norte	0,933	3°
Candangolândia	0,853	8°

Fonte: Codeplan.

A Tabela 4 apresenta os coeficientes de correlação, que assumem apenas valores entre -1 e 1. Os resultados indicam o grau de correlação entre as variáveis taxa de homicídio e IDH, inclusive seus subgrupos.

O Coeficiente de Correlação encontrado entre as variáveis taxa de homicídio e IDH foi de -0,649, portanto, a taxa de homicídio tem uma associação linear inversa, o que também pode ser verificado no Gráfico 1. Isto significa dizer que, quanto maiores as taxas encontradas, menores são os IDHs. O mesmo ocorre com o IDH – Renda ($r = -0,618$), o IDH – Educação ($r = -0,579$) e o IDH – Longevidade ($r = -0,604$).

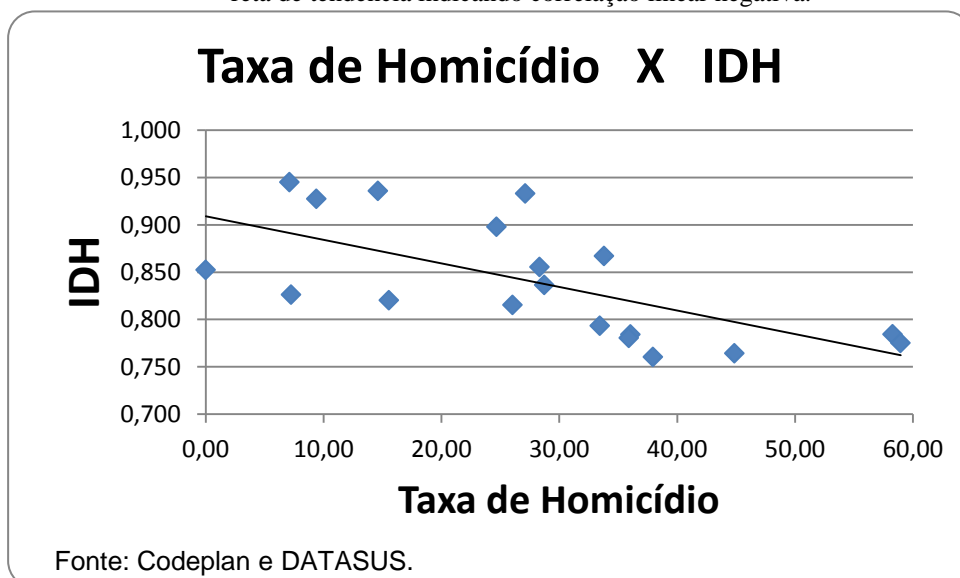
Por estarem entre -0,5 e -1, os valores do Coeficiente de Correlação encontrados podem ser interpretados como grandes, segundo Cohen (1988 *apud* FILHO; JÚNIOR, 2009, p. 119), ou serem interpretados como moderados, por estarem entre 0,4 e 0,7, conforme Dancey e Reidy (2005 *apud* FILHO; JÚNIOR, 2009, p. 119).

Tabela 4: Coeficiente de Correlação entre taxa de homicídio e IDH das RAs, em 2000.

Coeficiente de Correlação (r)	IDH	IDH		
		Renda	Educação	Longevidade
Homicídio Tx (/100mil hab)	-0,649	-0,618	-0,579	-0,604

Fonte: Dados Codeplan e DATASUS.

Gráfico 1 – Gráfico de dispersão entre as taxas de homicídio e IDH das RAs, em 2000, com reta de tendência indicando correlação linear negativa.



O Teste para o Coeficiente de Correlação entre a taxa de homicídio e o IDH retorna que, para as hipóteses

$$H_0: \rho = 0; H_1: \rho \neq 0$$

e para $t(17) = 2,110$, onde $\alpha = 0,05$, a região crítica é

$$RC = (-\infty, -2,110] \cup [2,110, +\infty).$$

Utilizando a estatística T, considerando $n = 19$, $r = -0,649$ e $r^2 = 0,421$, o coeficiente de correlação retorna o $t_0 = -3,515$. E como $t_0 \in RC$, rejeitou-se H_0 . Portanto, confirma-se a dependência entre as variáveis taxa de homicídio e IDH.

O Coeficiente de Determinação (r^2) indica que a taxa de homicídio nas RAs é explicada pelo IDH em 42,12%.

DISCUSSÃO

Como demonstraram os resultados, estatisticamente obtidos e manipulados, o coeficiente de correlação entre as taxas de homicídio e os IDHs das RAs do DF pode ser considerado, ao menos, de grau moderado. E, de acordo com o coeficiente de determinação, o IDH seria responsável por 42,12% das informações de taxas de homicídio.

Atenta-se para o fato de que tal relação existe por conta de uma correlação moderada negativa, que significa afirmar que os crimes violentos letais apresentaram uma correlação com o IDH inversa. Portanto, quanto maior o IDH das RAs, menor as suas taxas de homicídio, e vice e versa.

Apesar de isso não estar evidente, mas as informações apresentadas sobre taxa de homicídio, IDH – Renda, IDH – Educação e IDH – Longevidade já apresentavam certa tendência semelhante.

Tal informação abre a possibilidade de se utilizar o IDH das RAs do DF em indicadores que envolvem suas próprias taxas de homicídios. Porém, dependendo da complexidade do indicador, torna-se necessário um maior aprofundamento no assunto abordado por este estudo.

Estas constatações dão o suporte às instituições de segurança distritais para que, junto ao governo local, possam planejar macropolíticas de segurança pública integrando os demais

órgãos e setores da administração, envolvidos com a educação, a saúde e a renda da população. Tais medidas conseguiriam aumentar o IDH do DF, o que acabaria por refletir na redução das suas taxas de homicídio.

Um destaque foi a constatação de um comportamento radial do IDH, com as RAs localizadas mais ao centro do Distrito Federal apresentando os melhores valores, e, à medida que se desloca para as periferias, tal valor reduz, chegando aos piores índices.

Isto vai muito de acordo com o que Costa e Souza (2012, p. 301) afirmam, considerando, inclusive, a própria afirmação da existência da correlação entre as taxas de homicídio e o IDH das RAs. Para eles, os índices de violência letal são mais baixos no centro, enquanto as taxas mais elevadas aparecem na periferia pobre. Para entender a espacialidade da violência urbana no DF, consideram ser fundamental a compreensão de como Brasília e seu aglomerado urbano foi formado.

Para os economistas, a erradicação da pobreza exige a diminuição da desigualdade social e o estímulo ao crescimento econômico. Segundo Kleinschmitt, Lima e Wadi (2011, p. 88), uma expansão econômica se torna mais eficaz no combate à pobreza quando a desigualdade de renda é menor, com isso o crescimento econômico tem um impacto regional maior.

Altas taxas de crescimento econômico aliadas a um crescimento estável da população apresentam melhoras nos indicadores de qualidade de vida da região. Já a região com crescimento econômico baixo, além de mostrar pouco desenvolvimento, têm menos melhorias no bem-estar.

O crescimento econômico possibilita investimento maior em educação, e, aliado à qualidade de ensino, acaba impactando positivamente no IDH daquela região.

Dessa forma, a redução das desigualdades educacionais, com mais investimento no acesso à educação básica e na sua qualidade, a ampliação da capacidade produtiva da economia, com mais investimentos em infraestrutura e novas tecnologias, e a melhoria na força de trabalho, com incentivos ao treinamento, cooperam para a elevação do nível de vida da população, promovendo o desenvolvimento social e reduzindo as taxas de criminalidade.

É recomendado que, à medida que a Codeplan divulgue informações mais atualizadas referentes ao IDH de cada RA, sejam feitos novos levantamentos sobre o problema apresentado por este trabalho, a fim de se verificar a manutenção, ou mudança, dos resultados aqui encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das taxas de homicídio e dos IDHs de cada RA do DF do ano de 2000, que foram obtidos e manipulados estatisticamente, pode-se concluir que:

- Os resultados sugerem uma relação entre as taxas de homicídio nas RAs e os seus IDH;
- A pesquisa aponta que o IDH das RAs seria estatisticamente responsável por 42,12% das suas informações de taxas de homicídio;
- A relação seria de uma correlação moderada negativa, ou seja, quanto maior o IDH das RAs, menor as suas taxas de homicídio, e vice e versa;
- Os resultados podem orientar o governo local no planejamento e definição de indicadores de macropolíticas de segurança baseados nos IDHs das RAs;
- Dependendo da complexidade do indicador, torna-se necessário um maior aprofundamento no assunto abordado por este estudo;
- As políticas sociais do governo distrital, bem como futuros pesquisadores, podem nortear-se pelos resultados apresentados;
- Tornam-se necessários novos estudos, à medida que a Codeplan divulgue informações mais atualizadas referentes ao IDH de cada RA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **A criminalidade urbana violenta no Brasil**: um recorte temático. Boletim Informativo Bibliográfico. Rio de Janeiro, 1993. V.35, n.1, p. 3-24.

ANUÁRIO do DF 2012. 1. ed. Brasília: Mark Comunicações e Marketing, 2012.

BEATO, C. **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 1998. V.13, n.37, p. 1-19.

BEATO, C. **Políticas Públicas de Segurança**: Equidade, Eficiência e Accountability. Recife: Massangana, 1999.

BEATO, C.; REIS, I. **Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime**. São Paulo: IPEA, 2000.

BEATO, C. et al. **Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999**. Cadernos Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2001. V.17, n.5, p. 1163-1171, set-out.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CANO, I. **Análise territorial da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

COSTA, Arthur T. M.; SOUZA, Dalva B. **A violência no eixo Brasília-Goiânia**. Rev.Bras.Segur.Pública. São Paulo, 2012. V.6, n.2, p. 298-311, ago-set.

DURKHEIM, E. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CODEPLAN. Evolução do IDH do Distrito Federal e dos municípios da Área Metropolitana de Brasília... In: BRASÍLIA EM DEBATE, 2013, Brasília. **Relatório...** Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/IDHM%20DF%20e%20AMB.pdf>>. Acesso em: 20 set, 2013.

FILHO, D. B. F.; JÚNIOR, J. A. S. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)**. Revista Política Hoje. Recife, 2009. V.18, n.1, p. 115-146.

GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. **A General Theory of Crime**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

KLEINSCHMITT, S. C.; LIMA, J. F.; WADI, Y. M. **Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores?**. Interseções. Rio de Janeiro, 2011. V.13, n.1, p. 65-90, jun.

MINAYO, Maria C. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1994. V.10, n.1, p. 7-18.

MINAYO, Maria C. **Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças.** Revista Brasileira de Educação Médica. Rio de Janeiro, 2009. V.33, 1Supl. 1, p. 83-91.

NUNES, Brasilmar F.; COSTA, Arthur. **Distrito Federal e Brasília:** dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. Cadernos Metrópole. São Paulo, 2007. N.17, p. 35-57, 1ºsem.

PERES, Maria Fernanda T. et al. **Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008:** um estudo ecológico de séries temporais. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2012. V.17, n.12, p. 3249-3257.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2009/2010:** Valores e Desenvolvimento Humano 2010. 1. ed. Brasília: Ultra Digital Gráfica Editora Ltda, 2010.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 - Sustentabilidade e Equidade:** Um Futuro Melhor para Todos. 1. ed. EUA: Colorcra of Virginia, 2011.

SILVA, Bráulio F.A. **Criminalidade Urbana Violenta:** uma análise espaço-temporal dos homicídios em Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SOARES, G. A. D. Homicídios no Brasil: Vários factoides em busca de uma teoria. In: REUNIÃO DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2000, Miami. **Trabalho...**
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZALUAR, A. **Violência e crime.** São Paulo: Ed. Sumaré, 1999.